

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia
Programa de Pós Graduação em Economia

Letícia Barbosa Pimentel

**O projeto de ciência moderna e os caminhos epistemológicos
da economia:**
marginalismo e materialismo histórico dialético

Rio de Janeiro
2013

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia
Programa de Pós Graduação em Economia

Letícia Barbosa Pimentel

**O projeto de ciência moderna e os caminhos epistemológicos da
economia:**
marginalismo e materialismo histórico dialético

Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Rio de Janeiro como exigência
parcial à obtenção do título de Mestre em
Economia.

Orientadora: Angela Ganem

Rio de Janeiro
2013

P644 Pimentel, Letícia Barbosa.

O projeto de ciência moderna e os caminhos epistemológicos da economia :
marginalismo

e materialismo histórico dialético / Letícia Barbosa Pimentel. -- 2013.

123 f. ; 31 cm.

Orientadora: Angela Ganem.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia,

Programa de Pós-Graduação em Economia, 2013.

Bibliografia: p. 120-123.

1. Racionalidade científica moderna. 2. Epistemologia. 3. Materialismo histórico
dialético. 4. Economia política. I. Ganem, Angela. II. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia
Programa de Pós Graduação em Economia

Letícia Barbosa Pimentel

**O projeto de ciência moderna e os caminhos epistemológicos da
economia:**
marginalismo e materialismo histórico dialético

Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Rio de Janeiro como exigência
parcial à obtenção do título de Mestre em
Economia.

Orientadora: Angela Ganem

Aprovado em __/__/____

Banca Examinadora

Professora Angela Ganem

Professora Maria Mello de Malta

Professor Antonio Frederico Saturnino Braga

*Dedico este trabalho ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
personificado em todos os seus funcionários, professores e alunos.*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ter me proporcionado um ensino público e de qualidade. Ao Instituto de Economia, pelo conhecimento que me foi passado e pela resistência na heterodoxia, pelos excelentes professores e atenciosos funcionários.

Agradeço à Professora Angela Ganem, que tanto na qualidade de professora quanto na de orientadora me mostrou ser possível abordar a economia de uma outra forma, sempre refletindo de maneira crítica e transpondo os limites da disciplina, abrindo caminho para novas visões. A ela devo boa parte da sustentação do meu interesse pela economia, como também o vislumbre de outros horizontes do conhecimento. Devo mencionar, ainda, seu papel essencial durante toda a constituição deste trabalho – das primeiras leituras às correções finais.

Agradeço ao Professor Fabio Freitas, coordenador do Programa de Pós Graduação em Economia quando de minha discência como mestranda, que sempre se mostrou aberto aos caminhos que escolhi percorrer durante o curso, sendo atencioso em todas as conversas e orientações.

Agradeço a todos os professores do IE, tanto da graduação quanto do mestrado, pela dedicação e pelo conhecimento que me foi transmitido, primando pela visão crítica e pelo humanismo. Agradeço também a todos os funcionários do IE, sem os quais o funcionamento deste instituto não só não seria possível como também seria menos alegre.

Agradeço a todos os meus colegas de PPGE, sem os quais esses anos seriam muito menos contentes e descontraídos. Em especial ao Fernando, a Luiza, ao Zé, ao André, ao Id, ao Lucas, amizades pra muito além da economia.

Agradeço aos meus pais, Ana e Geraldo, por todo carinho que me deram a vida toda e pelo apoio incondicional à minha escolha de fazer mestrado, sempre se mostrando dispostos a me ajudar no que fosse possível. Agradeço à minha irmã, Mariana, e aos meus sobrinhos, Juju e Pedrinho, pelas alegrias e risadas.

Agradeço aos meus amigos queridos: Edu, Marina, Tand, Gê, Bebel, Ju, Sofia e muitos outros mais, pelas trocas e pelo afeto, me fazendo lembrar sempre que “todos juntos somos fortes”.

A todos mencionados nesses agradecimentos, mais uma vez, meu mais sincero obrigada!

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral investigar o surgimento da ciência moderna e de seus respectivos critérios de cientificidade para questionar de que forma o método e o ideal científico moderno se fazem presentes na economia – tanto no sentido da apropriação, quanto no sentido da crítica. Com isso, busca-se compreender o processo pelo qual a economia – principalmente em sua expressão ortodoxa, mas também em diversos ramos da heterodoxia – tornou-se mais e mais uma ciência positiva e matemática, espelhando-se na física e na matemática para construir seus métodos e elaborar suas teorias. Mais ainda, também pretende-se apresentar uma alternativa a este caminho percorrido pela economia ao longo dos séculos em busca de um lugar no campo das ciências exatas. Alternativa esta que enxerga a economia enquanto uma ciência fundamentalmente social, baseada em relações sociais e imbricada em condicionantes históricos, políticos, institucionais, etc. O recorte temporal da pesquisa compreende o período que vai da Revolução Científica Moderna, nos séculos XVI e XVII, até a Revolução Marginalista, ocorrida em fins do século XIX, destacando o pensamento de Adam Smith e de Karl Marx. Deve-se ressaltar, por fim, que o trabalho tem como enfoque principal os aspectos epistemológicos das teorias apresentadas. Não obstante, estes serão postos em conexão tanto com as teorias às quais são subjacentes, quanto ao contexto histórico, social e político em que se inserem. Ademais, também buscar-se-á apontar os pressupostos ideológicos, os sistemas de valores, as visões de ciência e de mundo que estão implicadas em cada abordagem metodológica.

Palavras-chave: epistemologia; metodologia; Revolução Científica Moderna; Adam Smith; Revolução Marginalista; Marx; dialética; materialismo histórico

Abstract

This work has as main objective to investigate the emergence of modern science and its scientific criteria and to question how the modern scientific method and ideal are present in the economics – in the sense of appropriation as well as in the sense of criticism. Thus, we seek to understand the process by which the economy - especially in its orthodox expression, but also in various branches of heterodoxy - became more and more a positive science, reflecting itself on the physics and mathematics to build its methods and develop their theories. Furthermore, it also aims to provide an alternative to this path taken by the economics over the centuries in search for a place in the field of exact sciences. Alternative that sees the economics as a fundamentally social science, based on social relationships and imbricated in historical, political and institutional conditions. The temporal cut of the research concerns the period of Modern Scientific Revolution in the sixteenth and seventeenth century until the Marginal Revolution that occurred in the late nineteenth century, highlighting the thought of Adam Smith and Karl Marx. It should be noted, finally, that the work has as its main focus the epistemological aspects of the theories presented. Nevertheless, these shall be explored in connection with the theories they underlie, and the historical, social and political context in which they operate. Furthermore, we also will seek to point the ideological assumptions, value systems, visions of science and the world that are involved in each methodological approach.

Key words: epistemology; methodology; Modern Science Revolution; Adam Smith; Marginal Revolution; Marx; dialectics; historical materialism.

Sumário

Introdução	9
Capítulo I – O projeto de ciência moderna e a economia: a Revolução Científica Moderna	13
I.1 – Contextualização histórica, social e política.....	14
I.2 – A gênese da racionalidade científica moderna: algumas observações preliminares	25
I.3 – Revolução Científica Moderna: Copérnico, Galileu e a síntese newtoniana.....	27
I.4 – Racionalismo e empirismo: dois pilares da ciência moderna	34
Capítulo II – A extensão da racionalidade científica moderna para as ciências humanas e sociais: o caminho até Adam Smith	39
II.1 – Marcos da racionalização do social: o contrato social de Hobbes e Locke.....	40
II.2 –A fisiocracia de Quesnay.....	43
II.3 – A teoria da propriedade de Locke.....	45
II.4 – Filósofos éticos: Mandeville e Hume.....	49
II.5 – Adam Smith e a explicação da ordem social através do mercado.....	53
Capítulo III – Revolução Marginalista e racionalidade científica moderna	60
III.1 – Revolução marginalista: cálculo marginal, utilidade e homem econômico racional	62
III.2 – Revolução Marginalista e racionalismo: Walras e a Teoria do Equilíbrio Geral	71
III.3 – Revolução Marginalista e empirismo: Marshall e a teoria do equilíbrio parcial.....	78
Capítulo IV – Marx e o materialismo histórico dialético: um outro caminho possível	86
IV.1 – A economia política como chave para a compreensão da sociedade capitalista e o materialismo histórico	87
IV.2 – Lógica dialética: o ponto de vista da totalidade.....	93
IV.3 – Materialismo histórico dialético: algumas observações preliminares	99
IV.4 – O método de Marx: a elevação do abstrato ao concreto	104
IV.5 – Materialismo histórico dialético: lógica e história, pensamento e realidade.....	109
Considerações finais	115
Referências bibliográficas	120

Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral investigar o surgimento da ciência moderna e de seus respectivos critérios de cientificidade para questionar de que forma o método e o ideal científico moderno se fazem presentes na economia – tanto no sentido da apropriação, quanto no sentido da crítica. Permeando todo o trabalho está, portanto, a racionalidade científica moderna – seu processo de construção e seus princípios fundamentais – e a relação desta com a economia.

Com isso, busca-se compreender o processo pelo qual a economia – principalmente em sua expressão ortodoxa, mas também em diversos ramos da heterodoxia – tornou-se mais e mais uma ciência positiva e matemática, espelhando-se na física e na matemática para construir seus métodos e elaborar suas teorias. Mais ainda, também pretende-se apresentar uma alternativa à este caminho percorrido pela economia ao longo dos séculos em busca de um lugar no campo das ciências exatas. Alternativa esta que enxerga a economia enquanto uma ciência fundamentalmente social, baseada em relações sociais e imbricada em condicionantes históricos, políticos, institucionais, etc.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período que vai da Revolução Científica Moderna, nos séculos XVI e XVII, até a Revolução Marginalista, ocorrida em fins do século XIX, destacando o pensamento de Adam Smith e de Karl Marx. Será exposto o contexto histórico deste período para então prosseguir na investigação. O primeiro passo desta, por sua vez, será a compreensão da Revolução Científica Moderna a partir de seus principais autores, explicitando a construção da racionalidade científica moderna, seus critérios e valores. Em seguida, será investigado o processo de constituição das ciências sociais a partir de seu espelhamento nesta racionalidade científica moderna, destacando alguns autores e movimentos teóricos relevantes neste processo.

No campo da economia, Adam Smith será investigado enquanto o autor inaugural da economia política e também como grande expressão, neste campo, do projeto de ciência moderna. Deve-se ressaltar que Smith, porém, não incorporava todos os critérios da racionalidade científica moderna, posto que sua abordagem continha complexidades referentes a uma visão ainda não totalmente quantitativista e positiva da economia. Foi com

a Revolução Marginalista que a economia se aprofundou na tentativa de equiparar-se às ciências exatas. Neste sentido, este movimento teórico será exposto, explicitando-se seus principais aspectos epistemológicos e também seus principais pontos de convergência com o projeto de ciência da modernidade. Em seguida, a abordagem teórico-metodológica de Marx – mais especificamente, seu método materialista histórico dialético – será apresentada ao mesmo tempo como expressão de alguns aspectos da ciência moderna, e como uma forma alternativa e crítica à racionalidade científica moderna, em sua visão do conhecimento e da economia.

A escolha do recorte teórico utilizado no âmbito da economia – o surgimento da economia política em Adam Smith, e os posteriores desenvolvimentos metodológicos da revolução marginalista e de Marx – se justifica por dois motivos. Primeiramente, pelo fato de que estes dois métodos tiveram grande importância na história do pensamento econômico e político dos séculos XIX e XX, e, em adição a isto, porque ainda permanecem influentes nos dias atuais – tendo sofrido, claro, diversas transformações e interpretações ao longo do tempo.

O marginalismo é o método por excelência da escola de pensamento neoclássica – considerada ainda hoje o pensamento dominante na economia (*mainstream*), uma vez que traduz à perfeição a lógica do mercado capitalista, a partir de seus aspectos funcionais e de eficiência. Já o método de Marx permitiu a este autor construir sua crítica ao modo de produção capitalista – crítica esta que repercutiu teórica e politicamente não só na economia, mas em diversos outros campos do pensamento e da realidade. Em segundo lugar, a dicotomia presente na contraposição dos métodos ressalta os principais traços de cada um, tornando a sua compreensão mais rica e complexa do que se fossem tomados isoladamente.

Por fim, deve-se ressaltar que, durante toda a explanação, o trabalho terá como enfoque principal os aspectos epistemológicos das teorias apresentadas. Não obstante, estes serão postos em conexão tanto com as teorias às quais são subjacentes, quanto ao contexto histórico, social e político em que se inserem. Ademais, também buscar-se-á apontar os pressupostos ideológicos, os sistemas de valores, as visões de ciência e de mundo que estão implicadas em cada abordagem metodológica. Dito isso, é possível prosseguir para um maior detalhamento da estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo concerne à contextualização histórica do período estudado, bem como à apresentação da Revolução Científica Moderna a partir do pensamento de Copérnico, Galileu e Newton. Busca-se, assim, compreender o processo de construção da racionalidade científica moderna, mais especificamente, seus principais critérios e valores.

O segundo capítulo, por sua vez, compreende a constituição das ciências sociais através da apropriação do método científico moderno pelas teorias sociais e humanas, bem como o caminho percorrido até a inauguração da economia política enquanto disciplina a partir da teoria de Adam Smith. Como o primeiro movimento teórico expressivo dentro da teoria social a espelhar-se na física e na matemática para elaborar sua teoria, será apresentado o contratualismo – através do pensamento de Hobbes e Locke.

Sendo o objetivo do capítulo compreender de que forma e sob que influências Adam Smith erigiu seu edifício teórico – grande expressão da modernidade e momento inaugural da economia política – será feito um recorte no sentido de apresentar os autores que mais influenciaram este autor. Neste sentido, será apresentado o pensamento de Locke, de Quesnay e dos filósofos éticos – em específico, Mandeville e Hume. Por fim, então, será investigado o pensamento de Smith, em especial os principais pontos de convergência e divergência deste em relação à racionalidade científica moderna.

No terceiro capítulo, apresenta-se a Revolução Marginalista e seus principais autores – Menger, Jevons, Walras e Marshall – de forma a compreender um dos caminhos tomados a partir do pensamento de Smith. Caminho este que resultou numa redução do escopo da economia e numa aproximação desta aos critérios de cientificidade propostos pela racionalidade científica moderna. Neste processo, o termo “política” foi eliminado da denominação da economia, que cada vez mais buscou formular teorias exatas, universais, determinísticas e inexoráveis.

Em contraposição a este posicionamento teórico-metodológico será apresentado o método de Marx, qual seja, o materialismo histórico dialético. A este está subjacente uma noção da realidade e da economia enquanto fenômenos complexos e contraditórios, baseados em relações sociais e inseridos em um contexto histórico específico. A lógica dialética, então, será colocada em contraposição à lógica formal subjacente à racionalidade científica moderna, bem como o materialismo será colocado em contraposição à

perspectiva individualista e ahistórica que a modernidade imprime à ciência e à sociedade capitalista.

Como resultado, pretende-se mostrar que uma visão histórica, social, qualitativa e complexa da economia é possível. Ainda que a economia seja concebida por grande parte dos teóricos como uma ciência fechada, coerente, exata, universal e inexorável – pensamento bastante adequado aos critérios da racionalidade científica moderna –, esta visão não se coaduna com seu caráter profundamente social e histórico. Faz-se necessário, então, resgatar estas dimensões do objeto econômico, de maneira a enriquecer sua compreensão. Uma das formas de fazê-lo é tentar compreender de que maneira a economia passou a ser concebida como uma ciência exata e de que forma construiu-se uma das principais abordagens críticas a esta concepção.

Capítulo I – O projeto de ciência moderna: Revolução Científica Moderna

O presente trabalho tem como centro o conceito de “racionalidade científica moderna”, seu processo de construção – no campo das ciências matemáticas e da natureza – e de apropriação pelas ciências humanas e sociais – em especial na economia, campo do saber a ser explorado mais detidamente neste trabalho. A racionalidade científica moderna consiste numa determinada forma de ver a ciência e o mundo, o que implica na adoção de determinados métodos, valores e práticas científicas. É exatamente esta dimensão epistemológica¹ da razão científica moderna que se pretende analisar.

Aqui cabe uma importante observação. Apesar do recorte teórico feito neste trabalho ser o da epistemologia, a pesquisa tem como pressuposto a unidade entre teoria e método. Isto é, entende-se que as escolhas metodológicas são, ao mesmo tempo, reflexo e causa de determinada concepção de ciência e de mundo. Justamente por isso, algumas vezes serão abordados aspectos da teoria dos autores tratados de maneira a explicitar esta relação imbricada entre as duas instâncias.

Segundo Ganem (2000), o projeto de ciência moderna pode ser analisado em três planos teóricos. O primeiro é o plano científico-físico, que deve ser estudado a partir da Revolução Científica Moderna dos séculos XVI e XVII, tendo como autores principais Galileu Galilei (1564 – 1642) e Isaac Newton (1643 – 1727). O segundo plano diz respeito às principais questões metodológicas da modernidade, que são representadas nas ideias de René Descartes (1596 – 1650) e Francis Bacon (1561 – 1626), autores seminais do racionalismo e do empirismo, respectivamente. Por fim, há o âmbito da filosofia moral e política, que está relacionado à apropriação do ideal das ciências físicas e naturais pelas ciências humanas e sociais na tentativa de compreender a emergência e o funcionamento da ordem social. Este último plano pode ser analisado através da obra de alguns autores

¹ Japiassu define a epistemologia – de maneira ampla, mas bastante satisfatória – como: “o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais” (Japiassu, 1977, p. 16).

² A concepção de Smith enquanto autor inaugural da economia política não significa que o econômico não tenha sido objeto de estudo de outros pensadores (contemporâneos e até anteriores a Smith), mas sim que, somente após a publicação da “Riqueza das Nações”, a economia foi vista como uma disciplina.

³ É justamente nesta época que o empirismo e o pragmatismo baconiano se sobrepõem ao racionalismo cartesiano como modelo cognitivo dominante – não deixando de lado o grande legado de Descartes, qual seja,

representativos, quais sejam, Maquiavel, Hobbes, Locke, Mandeville e os filósofos éticos, dentre os quais se destaca Adam Smith. Este último é o ponto de chegada do desenvolvimento que se inicia neste capítulo e finda no seguinte, que têm como um de seus objetivos mostrar de que maneiras a construção de um saber científico moderno influenciou o surgimento da economia política² enquanto disciplina.

Por fim, deve-se observar também que a pesquisa parte do pressuposto de que as condições históricas, sociais, culturais e políticas em que se deram os desenvolvimentos a serem apresentados são de extrema importância para a compreensão dos mesmos. Isto não significa, porém, que as ideias são vistas – de maneira determinista – como consequência direta da estrutura socioeconômica e cultural, mas sim que, ainda que se desenvolvam de forma desinteressada em relação a esta estrutura, as teorias não o fazem de maneira autônoma, uma vez que obedecem a normas e ideias socialmente determinadas (Japiassu, 1984). Há, portanto, uma relação dialética de determinação mútua entre as ideias e os determinantes socioeconômicos, culturais e históricos. Por isso, será feita uma breve exposição do contexto social, histórico e político do período em que a investigação se situa. Cabe ressaltar, ainda, que esta exposição não visa esgotar todos os aspectos do período em questão, mas sim tem como objetivo destacar os pontos de maior relevo para a compreensão dos conteúdos que serão explanados em seguida.

I.1 – Contextualização histórica, social e política

Antes de iniciar esta seção, deve-se colocar em relevo a importância da contextualização histórica para a compreensão do objeto de pesquisa. O primeiro fator a se destacar é que a ciência e as ideias não se encontram desconectadas da realidade histórica, isto é, não são transcendentais em relação à sociedade e nem ahistóricas. Japiassu (1984), afirma que a ciência, para além do âmbito cognitivo, faz parte de um projeto social, que tem

² A concepção de Smith enquanto autor inaugural da economia política não significa que o econômico não tenha sido objeto de estudo de outros pensadores (contemporâneos e até anteriores a Smith), mas sim que, somente após a publicação da “Riqueza das Nações”, a economia foi vista como uma disciplina.

objetivos de ordem prática, e não somente intelectual. Corroborando com esta visão, Luz (1988) afirma que a ciência deve ser considerada como parte das forças de produção da base econômica e parte também da estrutura de reprodução das relações de poder e da ideologia, uma vez que participa do processo de construção de sujeitos que permite a perpetuação das relações existentes dentro do modo de produção capitalista.

Sobre a relação entre a produção do conhecimento e a realidade social, histórica e política, deve-se pontuar, mais uma vez, a determinação recíproca entre estas esferas, que se relacionam dialeticamente, e não segundo uma determinação causal, unívoca e funcional. Segundo Bartholo (1986): “As formações histórico-culturais são totalidades sintéticas, e é sempre no interior de tais sínteses que as formas simbólicas dos ‘saberes’ se constituem” (p.35).

No que diz respeito ao objeto de pesquisa deste trabalho em específico, qual seja, a racionalidade científica moderna, sua origem remonta à Revolução Científica dos séculos XVI e XVII. Esta, por sua vez, foi engendrada no momento de ruptura com a forma de compreensão teológica medieval do mundo e da subsequente formulação de novos critérios e métodos de apreensão da realidade e dos fenômenos – critérios e métodos estes que viriam a constituir a ciência moderna. Esta transição se deu justamente no interior do processo de derrocada do feudalismo e na passagem para o capitalismo. Neste momento de transição para a ordem social do capitalismo, a compreensão do mundo como fruto da vontade divina, sobre a qual os seres humanos não possuíam nenhuma influência passa a ser incongruente com a ideologia individualista e meritocrática da burguesia, que ascendia enquanto classe dominante. Assim, as condições materiais postas pelas transformações sociais urgiam por uma nova forma de enxergar a natureza e a realidade, que fosse ideologicamente condizente com os preceitos da nova classe dominante – que então, ainda era revolucionária.

No que diz respeito aos aspectos mais relevantes desta passagem do feudalismo para o capitalismo, Luz (1988) elenca alguns. Primeiramente, como já mencionado, ocorre nesta transição a emergência de novas classes e grupos sociais, dentre os quais se deve destacar a burguesia, que se encontrava num processo de ascensão à posição de classe dominante – e levava consigo uma nova estrutura ideológica e de valores. Concomitante a esta escalada da burguesia ao poder está a consolidação econômica e social do capital mercantil, de cujo

movimento originou-se um mercado internacional. Este estabelecimento de uma rede de comércio internacional foi de extrema importância para a consolidação da burguesia e do modo de produção capitalista. Por fim, pode-se mencionar também o estabelecimento do monarca como fundamento e garantia da ordem social em oposição ao poder religioso da Igreja. Todos estes processos contribuíram para a cisão com o saber teológico e a visão holista do universo e da sociedade, características marcantes do feudalismo. Constituiu-se, desta forma, um rompimento com a visão medieval e a ordem social feudal, possibilitando, assim, a emergência do capitalismo e da modernidade.

Deve-se ressaltar que a religião não perdeu seu poder e influência, mas sim passou a ser questionada enquanto saber dominante, tornando-se defasada neste sentido. Isto porque a doutrina religiosa, centrada nas noções de graça, oração e salvação, não se adequava a visão de mundo burguesa (Japiassu, 1984). Assim, os saberes relevantes para a ortodoxia católica não eram os mesmos para o projeto burguês-capitalista, que valorizava a técnica, a eficácia e a dominação – traços marcantes do projeto de ciência moderna.

A ordem social feudal era caracterizada pela divisão da sociedade em estamentos imutáveis (Bianchi, 1987). Mais ainda, segundo a visão medieval, o universo seria um todo orgânico, em que cada elemento possuiria um significado de acordo com seu finalismo imanente – o que acarreta uma concepção por parte dos indivíduos de que sua posição na sociedade é um dado natural, resultante de um desígnio divino – e a natureza também é compreendida enquanto uma instância de realização da vontade divina (Bartholo, 1986).

A visão moderna, em contraposição, promove uma ruptura entre coisa e valor, epistemologia e ética, o que faz com que os objetos e fenômenos deixem de possuir um valor imanente, cabendo ao indivíduo conferir valor e finalidade a estes (Bartholo, 1986). Neste contexto, a pergunta científica primordial passa a ser “como” e as respostas a este questionamento não visam a formulação de normas éticas, mas somente o estabelecimento de critérios de como fazer ou não algo. Assim, opera-se uma ruptura com a inteligibilidade teológica-qualitativa característica do feudalismo, que tinha como questionamento fundamental o “por quê”. Em seu lugar, postula-se uma inteligibilidade científica-quantitativa, própria da sociedade moderna desencantada, isto é, destituída de significações e explicações divinas.

Japiassu (1984) aponta duas grandes mudanças, engendradas a partir do século XII, que foram fundamentais para o rompimento com o saber teológico e a ordem social feudal: o crescimento da urbanização e o desenvolvimento das técnicas – fontes de energia, minas, agricultura, etc.. Estes dois fatores permitiram que a vida material progredisse e novas atividades, como o comércio, a indústria e os bancos, se desenvolvessem. Neste sentido, inúmeros autores apontam o surgimento de um sistema monetário-financeiro como outro fator determinante do rompimento com a síntese social medieval. Isto porque a sociedade medieval se baseava e tinha como fato necessário à sua manutenção a ideia de que o sistema social de produção era estático, fechado e autossuficiente. Com a revolução comercial, emergiram as ideias de crescimento e expansão, contribuindo para o rompimento das relações sociais tradicionais.

Neste contexto de início da “atividade” moderna, isto é, aquela que visa o lucro, o crescimento, a produção, a eficácia, etc., a ciência moderna se torna, simultaneamente, possibilidade e necessidade (Japiassu, 1984). Possibilidade, pois novos sistemas de pensamento e atividade - como aqueles quantitativos e experimentais –, se tornavam mais consistentes. Necessidade, pois as novas atividades requeriam novos métodos e saberes. Nas palavras de Japiassu:

Por isso, a sociedade dessa época, não somente preparou, mas engendrou a ciência, quer ofertando-lhe uma nova ontologia, quer aprimorando novos instrumentos e novos critérios metodológicos. A ciência nasce, não apenas enquanto sistema cognitivo, mas encarnando certo projeto social: ela é estruturada, do interior, em vista da ação eficaz, da dominação da natureza. Não se trata mais de contemplar o real e de nele encontrar os traços da sabedoria divina, a expressão de uma ordem absoluta. Trata-se de conseguir e realizar o domínio das forças naturais. (Japiassu, 1984, p.116)

Esta relação de determinação recíproca entre sociedade e ciência moderna também é apresentada por Bartholo, quando este formula que a economia monetária tem como “complementação teórica no nível da representação simbólica” (Simmel apud Bartholo, 1986, p.39) a interpretação matemática e quantitativa da natureza, característica da racionalidade científica moderna. Além disso, a aparência de infinitude da riqueza monetária a respeito de sua multiplicação também se relaciona simbolicamente com a concepção de um universo ilimitado, reforçando esta última ideia.

Por fim, há uma afinidade estrutural entre o dinheiro e o racionalismo – compreendido como o cálculo matemático abstrato –, uma vez que ambos possuem um caráter instrumental neutro. Assim, se conclui, segundo Bartholo (1986), o circuito econômico-científico-tecnológico que constitui o eixo dinâmico do desenvolvimento da sociedade industrial moderna: acúmulo da riqueza monetária-financeira como condição de bem-estar; concepção matemática da natureza; e dominação da natureza pelo cálculo racional a serviço da prática instrumental.

No que diz respeito à monetização da economia, Dumont (2000) observa que, na sociedade moderna, ocorre uma inversão de prioridade, segundo a qual as relações entre os indivíduos – valor predominante nas sociedades tradicionais – passam a ser subordinadas às relações entre os indivíduos e as coisas. A explicação desta inversão, por sua vez, se encontra na mudança processada na concepção de riqueza. Na sociedade feudal – e em muitas outras sociedades – a riqueza imobiliária era sinônimo de poder e riqueza. Com a ampliação e desenvolvimento da riqueza monetária-financeira – e todo um sistema de bancos e instituições que permitiu este desenvolvimento – esta se autonomiza em relação à riqueza imobiliária, subordinando-a e rompendo o vínculo entre direito sobre a terra e poder.

Este circuito econômico-científico-tecnológico da modernidade se caracteriza pela expropriação dos produtores, não somente no sentido de lhes serem alienados os meios de produção, mas também no sentido de uma condição existencial total (Bartholo, 1986). O trabalhador assalariado moderno, supostamente livre, mas na verdade forçado a vender sua força de trabalho para assegurar sua sobrevivência, é cindido e confinado nas unidades produtivas fabris, com a intenção de que isto potencialize sua disponibilidade e, portanto, aumente sua exploração e, assim, os ganhos do capitalista. O processo produtivo, dentro deste ambiente, é composto por tarefas padronizadas e normatizadas, provenientes de uma decomposição analítica e executadas num movimento mecânico contínuo. Mais ainda, a lógica do acúmulo de capital e o conseqüente desenvolvimento da eficácia instrumental produtiva fez com que as máquinas passassem a desempenhar funções antes próprias dos seres humanos.

Mais uma vez encontra-se um paralelo com a ciência moderna, que, assim como o sistema industrial, promove “a decomposição do objeto a serviço de uma recombinação

potencializadora do controle” (Bartholo, 1986, p.41) e descreve a natureza e a sociedade como máquinas. Assim, o mecanicismo presente na racionalidade científica moderna emana das próprias condições de produção postas pelo capitalismo, que padroniza a ação humana, colocando-a como mais uma peça de um sistema funcional cujas etapas se articulam segundo relações de causa e efeito.

Outra característica do contexto social, histórico e cultural na qual se origina e desenvolve a ciência moderna é a nova forma de relacionar o trabalho intelectual e o trabalho prático – sendo esta justamente uma das condições de possibilidade da emergência das relações sociais e forças produtivas capitalistas.

No contexto medieval, a intelectualidade – dominada pelos escolásticos – era completamente separada do trabalho manual, que se baseava em saberes práticos, com pouca ou nenhuma influência do conhecimento teórico conceitual. As corporações de ofício medievais, por sua vez, se baseavam no monopólio dos conhecimentos técnicos e na exclusividade de sua aplicação produtiva. Com a mudança do centro da sociedade do poder divino para o poder do comércio, dos bancos e da indústria, empresários, capitalistas e técnicos em geral passaram a ter papéis de destaque, e a técnica e as atividades práticas foram valorizadas do ponto de vista do status social. Isto porque a burguesia nascente necessitava de instrumentos práticos e teóricos que permitissem o desenvolvimento de suas atividades.

Observa-se, portanto, que “todo o desenvolvimento da sociedade comercial, industrial, técnica e científica (...) se inscreve no programa prático da racionalidade burguesa” (Japiassu, 1984, p.118/119), posto que servem como instrumentos de aperfeiçoamento do sistema que fornece à burguesia a posição de classe dominante. Disto não se deve depreender, no entanto, que são as ideias e os saberes – práticos ou teóricos – que geram a dominação burguesa sobre as demais classes. Pelo contrário, esta configuração social tem suas raízes em processos históricos e sociais concretos, e não nas ideias. O que se pretende pôr em relevo é que a ciência moderna, enquanto um saber engendrado pelo processo de consolidação e afirmação do modo de produção capitalista, está intrinsecamente ligado à ideologia e aos valores burgueses, aos quais está condicionada. Assim, o desenvolvimento das técnicas, conhecimentos e práticas de acordo com a

racionalidade científica moderna – a qual está subjacente a racionalidade burguesa – acaba por realimentar e aprofundar a estrutura social do modo de produção capitalista.

Com a transição das corporações de ofício medievais para as manufaturas e, posteriormente, para a indústria, a habilidade técnica foi passível de ser subordinada ao pensamento racionalista, movimento que representou uma grande ruptura histórica. Com isso, a matemática e as ciências naturais passaram a fazer parte do mundo do trabalho, refletindo sobre os procedimentos técnicos conhecidos, de forma a aperfeiçoá-los ou a combiná-los de maneira inovadora, dando origem a novas técnicas e tecnologias. A teoria e a técnica, o pensar e o fazer, a ciência e a prática, deixam de ser dois universos simbólicos separados. No entanto, esta nova relação se dá sob a forma de uma relação de desigual dentro do próprio processo produtivo – que se torna uma síntese entre ciência, técnica e indústria –, representada pelo “triunfo do método matemático-experimental de Galileu, uma fusão que redefine o mundo tecnológico através de uma reconstrução racionalizante que subordina o ‘fazer técnico’ ao ‘pensar científico’” (Bartholo, 1986, p.42).

Observa-se, portanto, que a nova visão de mundo burguesa engendrou novas normas metodológicas que foram apropriadas pela ciência, sendo fundamentais para seu desenvolvimento moderno (Japiassu, 1984). Pode-se tomar como exemplo a importância e predominância em relação aos outros métodos concedidas à quantificação. Esta, por sua vez, necessitou de dois fatores fundamentais para que se tornasse epistemologicamente dominante: primeiramente, a decisão de que o conhecimento deveria ser quantificado; e, em adição a isto, os métodos e equipamentos adequados para tal – cálculo, álgebra, balanças – estavam disponíveis e foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo (Japiassu, 1984). Desta forma, no momento histórico do surgimento da ciência moderna, com a valorização dos engenheiros e dos empresários, da técnica e do lucro, a quantificação possuía um papel determinante na prática social – o que ajuda a explicar seu papel dominante no ideal de ciência moderno.

Outra consequência desta nova visão de mundo é que desde o início da ciência moderna seu valor sempre foi avaliado segundo sua eficácia prática. Isto não significa que a ciência moderna tenha se constituído como um empreendimento puramente utilitário, mas sim que a verdadeira ciência passou a ser estabelecida em relação aos ideais práticos da sociedade. Isto se reflete na escolha dos temas – cinemática, hidráulica, resistência de

materiais – e dos procedimentos – quantificação, experimentação – dos cientistas modernos.

Esta perspectiva experimental da ciência reflete o projeto de dominação, previsão e manipulação da natureza presente na modernidade. Não se pode, no entanto, confundir esta importância dada aos fatores empíricos e às implicações práticas da ciência com uma primazia do objeto de estudo em relação ao método. Pelo contrário, o que se buscava era adequar a realidade aos métodos da ciência moderna, modificando-a segundo seus padrões de cientificidade de forma a dominá-la.

O fim da cisão entre conhecimento teórico e atividades práticas, entre o pensador e o artesão foi característico do Renascimento, amplo movimento artístico, filosófico, científico e tecnológico, que resultou em grandes modificações no comportamento político, cultural e econômico, levando a uma profunda alteração nos sistemas de costumes e ideias. Japiassu (1984), afirma que, ainda que do ponto de vista interno das pesquisas científicas o Renascimento tenha tido uma contribuição quase nula para o nascimento da ciência moderna, em relação a outros fatores pode-se dizer que desempenhou um papel fundamental – como no exemplo supracitado da relação entre técnica e saber formal.

Mais especificamente, a Revolução Científica Moderna pode ser datada do século XVI, período da fase avançada do Renascimento (Luz, 1988). Aqui, deve-se fazer uma ressalva, a de que, ainda que a racionalidade moderna esteja presente no Renascimento, Luz (1988) afirma que esta época histórica é caracterizada, ao mesmo tempo, por muitas transformações e mudanças – havendo grandes rupturas com a ordem vigente anterior –, mas também por sínteses e continuidades. Assim, possui traços de modernidade e de medievalidade. Já Bianchi (1987), postula que, por romper definitivamente com o sistema feudal de organização social, política, cultural e econômica, o Renascimento é, de fato, o momento inaugural da modernidade. De toda forma, o que se faz relevante, neste trabalho, é apresentar os traços do Renascimento que contribuíram para a construção da racionalidade científica moderna.

No contexto do Renascimento, o indivíduo enquanto força criativa independente teve grande destaque, tendo a contribuição individual de diversos pensadores sido decisiva nas artes, nas ciências, na filosofia, na moral e na política. Uma das consequências desta nova visão do indivíduo enquanto sujeito da mudança é a marca do antropocentrismo

humanista em praticamente todas as áreas do pensamento (Luz, 1988). Aí, portanto, já se pode enxergar um embrião do individualismo moderno e, mais ainda, encontra-se, certamente, o surgimento da centralidade do sujeito para o conhecimento – e não mais de uma autoridade divina.

Segundo Bianchi (1987), é nesta época que se completa o processo de ruptura com a doutrina da Igreja Católica enquanto saber dominante na sociedade ocidental. Um fato importante a se observar é que, ao contestar e minar o poder da Igreja enquanto organizadora e reguladora da ordem social, o Renascimento não contesta apenas os limites do que se pode pensar ou no que se deve crer, mas também do que se pode ser e o que se deve fazer – os limites da ação humana (Luz, 1988). Assim, como alternativa à realidade e ao modo de pensar feudal, o Renascimento

propõe o homem pensante, sujeito a um sem-número de paixões, dotado de vontade própria e apto a conhecer a realidade por meio de seus sentidos. Mais ainda, concebe um ser capaz de impor-se à natureza inanimada e domar a história por intermédio da razão. (Bianchi, 1987, p.48).

Portanto, mais do que desvincular a explicação da natureza de um agente divino e centrá-la no ser humano, o antropocentrismo trata da “afirmação do homem como proprietário da natureza. O antropocentrismo renascentista é prático, conquistador e colonizador” (Luz, 1988, p.18). Com isso, opera-se não somente uma separação entre a ordem divina e a ordem humana, mas também entre a ordem humana e a ordem natural. Esta visão de mundo em que o indivíduo se constitui enquanto sujeito do conhecimento e é visto como sendo capaz de desvendar e modificar a natureza – objeto do conhecimento, externo ao sujeito – expressa alguns traços relevantes da racionalidade científica moderna, quais sejam, o individualismo e a separação sujeito/objeto, tanto no plano do pensamento quanto no da práxis.

Após o período Renascentista, deve-se mencionar, por sua importância e abrangência, o movimento intelectual do Iluminismo, que data do século XVIII. Este movimento é descrito por Bianchi (1987) como “uma combinação peculiar de fatos econômicos, políticos e sociais com especulações filosóficas, discussões éticas, descobertas científicas, obras artísticas e literárias” (p.72), sendo caracterizado por uma percepção otimista da humanidade e seus rumos.

O que distingue o Iluminismo do período anterior é a consolidação e desenvolvimento de diversas tendências existentes desde o Renascimento, mas que até então ainda se encontravam em estado latente (Bianchi, 1987). Isto pode ser observado na crença na razão enquanto instrumento transformador da realidade ³, expressa concretamente no grande desenvolvimento das ciências neste período. A investigação científica enquanto prática sistemática se torna cada vez mais comum entre os pensadores e pesquisadores, levando a diversas descobertas e invenções, que ao mesmo tempo, aumentam o poder do ser humano sobre a natureza – como a invenção do para-raios – e aprofundam o questionamento do saber teológico – como as pesquisas sobre vulcões extintos, que levam uma concepção da escala de tempo distinta daquela depreendida da Bíblia. Assim, houve também uma ruptura com os dogmas religiosos, que dão lugar, no pensamento científico, a uma valorização da natureza, bem como das leis e direitos naturais (Bianchi, 1987).

Ademais, neste período ocorre a consolidação do individualismo, fundamento da ideologia liberal, que se torna cada vez mais predominante com a ascensão da burguesia ao poder – tendo como sua expressão máxima a Revolução Francesa de 1789. Como já mencionado, o valor pessoal do indivíduo passa a ser medido pela sua riqueza mobiliária – não mais pelas terras – e a burguesia faz uso das relações de dependência que havia desenvolvido com as elites dominantes durante o período mercantilista para reivindicar maior participação no poder (Bianchi, 1987). As revoluções liberais burguesas se espalharam pela Europa e, mesmo nas nações em que a burguesia não tomou o poder se estabeleceu um “despotismo esclarecido” (Bianchi, 1987), no qual os monarcas governavam segundo a razão e buscavam uma administração eficiente e equilibrada, o que resulta em reformas administrativas que antevêm o caráter burocrático do Estado moderno.

Por seus resultados tão profundos, a Revolução Francesa é um marco da ascensão da burguesia ao poder, o que está profundamente associado com a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção predominante. Por isso, deve-se mencionar, antes

³ É justamente nesta época que o empirismo e o pragmatismo baconiano se sobrepõem ao racionalismo cartesiano como modelo cognitivo dominante – não deixando de lado o grande legado de Descartes, qual seja, a linguagem e o método matemático como a única forma verdadeira de se construir e expressar o conhecimento. A caracterização mais precisa e a distinção entre estes dois sistemas de pensamento será feita mais à frente.

desta revolução, aquela que se deu um pouco antes, na Inglaterra, qual seja, a Revolução Industrial. Segundo Hobsbawm (2012), este fenômeno tem seu ponto de partida localizado entre 1780 e 1800 e, apesar de ser também resultado de um processo de expansão econômica que já vinha ocorrendo ao longo do século XVIII, é principalmente uma ruptura – daí o nome de revolução – que se caracteriza pela “criação de um ‘sistema fabril’ mecanizado que por sua vez produz em quantidades tão grandes e a um custo tão rapidamente decrescente a ponto de não mais depender da demanda existente, mas de criar seu próprio mercado” (Hobsbawm, 2012, p. 64). Esta revolução influenciou e determinou o ritmo de desenvolvimento e expansão econômica de todo continente Europeu, tornando a industrialização possível e fortalecendo a classe social burguesa.

No que diz respeito à Revolução Francesa, Hobsbawm afirma: “Se a economia do mundo foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (Hobsbawm, 2012, p. 97). Ainda que não tenha sido um fenômeno isolado dentro do contexto das agitações políticas de fins do século XVIII, a Revolução Francesa se destaca por ter sido uma revolução social de massa, além de ter sido mais radical que qualquer outro levante. Esta revolução influenciou todas as revoluções subsequentes de seu tempo. Não obstante, não deve-se perder de vista que a Revolução Francesa foi sobretudo uma revolução burguesa, cujas ideias eram provenientes do liberalismo clássico (Hobsbawm, 2012). Defendia-se, assim, a propriedade enquanto um direito natural, reforçando a identificação da ordem capitalista com a ordem social em geral.

Muito mais pode ser dito acerca destas revoluções, mas o cerne da questão se encontra no fato de que as duas, conjuntamente, representam a ruptura definitiva com as estruturas econômicas, políticas e sociais feudais, tendo tido grande influência sobre todos os outros países da Europa ocidental em seu processo de transição para o capitalismo. Não obstante, somente na década de 1830 é que ocorreu, de uma maneira geral, “a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa ocidental” (Hobsbawm, 2012, p. 186), havendo um verdadeiro aceleração do ritmo de mudança social e econômica neste continente.

Deste período também data “o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente” (idem), fato que culminou na onda revolucionária

de 1848, em que levantes ocorreram quase que simultaneamente em diversos países da Europa. Nenhuma insurreição, porém, foi vitoriosa, e o que ocorreu, depois de 1848, foi a industrialização maciça da Europa, consolidando o processo de nascimento das áreas industriais que havia se dado entre 1830 e 1848 (Hobsbawm, 2012). Observa-se, então, que, no século XVIII, o capitalismo e a burguesia já estavam estabelecidos a tal ponto de já haver uma classe antagônica, o proletariado, e também a necessidade, por parte da classe dominante, de manter seu poderio diante da classe revolucionária.

Após este breve contextualização histórica, pode-se passar ao processo de construção da racionalidade científica moderna, apoiando-se nos seus principais autores para explicitar seus traços mais fundamentais.

I.2 – A gênese da racionalidade científica moderna: algumas observações preliminares

Antes de iniciar a descrição e análise dos processos de gênese e desenvolvimento da racionalidade científica moderna, devem ser feitas algumas observações sobre o termo “racionalidade”. Segundo Luz (1988), este termo é utilizado para designar “um modo típico de ordenação do mundo que supõe o enunciado de certos princípios de articulação e um modo específico de produção de saberes” (p.29), contendo, portanto, múltiplos significados: o de ideologia da formação histórico-social do capitalismo; de estrutura do conhecimento moderno; e de estrutura simbólica da sociedade ocidental. Ademais, o termo racionalidade se aproxima do conceito de “racionalidade científica”, colocando a ciência como a melhor e mais válida forma de conhecimento e ordenação da natureza. Segundo Luz (1988):

[...] a ciência moderna é mais que uma forma de ‘desvendamento’ do mundo. Ela é, sobretudo, uma forma de ordenação do mundo. Trata-se, é verdade, também de decodificações de significados, mas principalmente de atribuição de ordens de sentidos, através da prática sistemática de um conjunto de operações, a ser seguidos na ordem lógica e na prática dos gestos, que constituem o método. (Luz, 1988, p.29)

Esta formulação está em congruência com o pensamento de Ganem (2000), que afirma que o projeto de ciência moderna pode ser descrito como a busca de uma explicação

da ordem social que prescindia de fatores divinos e tenha o indivíduo como ponto de partida – tanto no que diz respeito à compreensão do ser humano individual como sendo anterior à sociedade, como na ideia de que é o ser humano o sujeito do conhecimento, capaz de desvendar a realidade sem precisar recorrer às explicações teológicas. Pode-se dizer, portanto, que a tentativa de explicar a emergência e o funcionamento da ordem natural ou social sem recorrer à explicação divina é a grande questão motivadora dos pensadores modernos.

A racionalidade moderna tem sua expressão máxima na ciência, isto é, na racionalidade científica moderna, que pode ser vista como uma forma específica de produção de enunciados de verdade, na qual o método se torna mais relevante do que a realidade dos conteúdos (Luz, 1988). Estes últimos são mutáveis e impermanentes, se modificando ao longo do tempo. O que os une em torno deste mesmo arcabouço denominado de racionalidade científica moderna é o método, este sim perene e fixo. Observa-se aí um privilégio da forma em relação ao conteúdo, traço marcante da racionalidade científica moderna e da lógica formal subjacente a esta.

Mais ainda, a mutabilidade dos conteúdos é o que define a racionalidade moderna enquanto racionalidade científica, uma vez que permite a produção permanente de verdades e, portanto, a revolução periódica, dando a impressão de um avanço da razão, que, porém, permanece igual no que diz respeito aos seus princípios de ordenação da realidade – o que pode ser visto pela fixidez do método (Luz, 1988). Percebe-se, portanto, que o que se faz premente é a adequação dos conteúdos a uma forma previamente determinada, havendo uma primazia do método em relação aos conteúdos, que acabam alijados de alguns de seus elementos essenciais para poderem ser encaixados no formato adequado à racionalidade científica moderna e, portanto, ao modo de produção capitalista.

Mais ainda, a racionalidade científica moderna também tem como consequência a subordinação de outras formas de enunciar verdades – as artes, a moral, a filosofia, a religião – à razão científica (Luz, 1988). Isto porque os resultados da ciência moderna passam a ser vistos como possuindo validade universal, tanto no que diz respeito às áreas do conhecimento, quanto no que concerne às épocas históricas. Sobre este último aspecto, pode-se observar a expressão, na racionalidade científica moderna, de uma perspectiva

natural e ahistórica do conhecimento, que passa a ser visto como transcendente à história e às determinações sociais (Bartholo, 1986).

Agora é possível aprofundar a análise da racionalidade científica moderna apresentando sua gênese, com a Revolução Científica Moderna, que perpassa os séculos XVI e XVII. Foi a partir desta revolução que o conhecimento científico passou a ser a forma de decifrar e se apropriar da natureza, tornando-se fonte de poder e riqueza. Para a compreensão deste movimento na história das ideias, serão apresentados os autores que inauguraram e constituíram a ciência moderna e seus critérios.

I.3 – Revolução Científica Moderna: Copérnico, Galileu e a síntese newtoniana

Copérnico (1473 – 1543) foi o primeiro autor a confrontar o sistema geocêntrico de Ptolomeu, que baseava toda uma noção teológica acerca do indivíduo e da humanidade. Este pensador postulava como hipótese o fato de a Terra girar em torno do Sol, sendo este último – e não mais a primeira – o centro do universo. Galileu, posteriormente, comprovou a validade da hipótese de Copérnico, finalizando a ruptura com as estruturas dogmáticas vigentes. Isto porque a ideia de que a Terra é apenas um fragmento de um universo aberto vai de encontro à imagem do universo finito criado e comandado por Deus.

Com Galileu o rompimento com a representação dos mundos antigo e medieval é completada, havendo grandes mudanças na forma de enxergar a natureza e a ciência. A postulação do universo como um todo infinito e quantificável, a redução do real ao geométrico e a concepção mecanicista do mundo são traços fundantes do pensamento de Galileu, que acabaram por se consolidar como características da concepção de ciência moderna.

Aqui cabe esclarecer o que se compreende por mecanicismo: uma visão do mundo como um conjunto de fenômenos funcionalmente relacionados, cujas leis podem ser desvendadas através da razão e da experiência, sendo traduzidas em linguagem matemática (Luz, 1988). Sob o ideal mecanicista, o estudo dos fenômenos consiste, fundamentalmente, na identificação de seus elementos últimos e na descoberta de leis – imutáveis e inexoráveis,

sendo, portanto, ahistóricas e universais – que os regem. Com isso, abandona-se o questionamento das causas finais – o "por quê" – para se ocupar apenas da forma, das relações de causalidade eficiente – o "como". O primeiro questionamento passa a ser considerado como sendo da alçada da filosofia (ou da sociologia do conhecimento), ao passo que apenas o segundo seria científico.

Outra grande inovação introduzida por Galileu foi a elaboração de um método matemático e experimental, realizando a união destes dois conceitos – ainda que o primeiro se impusesse ao segundo. De acordo com Japiassu (1984), este pensador formulou novos conceitos de experiência e teoria baseados na matemática. Assim, “sua revolução consiste no momento em que propõe que a matemática deve definir, no cerne da natureza, os sistemas acessíveis de fenômenos observáveis” (Japiassu, 1984, p.57). Com isso, a realidade passa a ser a configuração matemática da natureza, pressupondo-se que as formas matemáticas se encontram realizadas na natureza.

Subjacentes a esta noção de uma natureza geométrica estão dois aspectos da ciência moderna. Primeiramente, há a noção de que a realidade é uma esfera de realização do pensamento, como se este pudesse existir de maneira separada da prática e dos fenômenos reais – mais ainda, como se houvesse uma relação causal unívoca que vai da teoria à realidade. Em segundo lugar, pode-se observar também a redução da natureza e da realidade de forma a se adequar aos critérios científicos estabelecidos. Assim, o conhecimento científico da natureza exige que esta seja considerada apenas em seus aspectos quantificáveis e mensuráveis, isto é, passíveis de serem encaixados na ideia da natureza enquanto expressão da geometria e da matemática.

Neste contexto, a experiência é apenas um segundo momento, no qual as leis matemáticas são aplicadas. Isto porque, em Galileu, a ciência é elaborada a priori, a teoria é anterior aos fatos. A evidência empírica é substituída pela evidência matemática, e a experiência passa a ser tão somente a colocação de questões – formuladas em linguagem matemática – à natureza (Japiassu, 1984).

Finalmente, um elemento de enorme relevância nesta revolução operada por Galileu foi o estabelecimento do domínio e controle do ser humano sobre a natureza como objetivo final do conhecimento da mesma. Assim, a ciência moderna passa a visar primordialmente a modificação da natureza com vistas à reprodução e ampliação do modo de produção

capitalista. Deve-se ressaltar, mais uma vez, que isto não significa que as descobertas científicas tenham se dirigido intencionalmente a servir os interesses do modo de produção e da ideologia capitalistas. O que se está colocando é a determinação sociohistórica do conhecimento produzido. Este importante traço do pensamento moderno se apresenta também em Newton, que avançou sobre as inovações metodológicas de Galileu, formulando uma nova síntese epistemológica.

A síntese newtoniana “parte do pressuposto de que nem as experiências diretas, sem uma interpretação sistemática, nem a dedução das causas primeiras, sem uma evidência experimental, podem conduzir à construção de uma teoria confiável” (Bartholo, 1986, p.77). Esta importância conferida por Newton aos dados da experiência é consequência de sua concepção de prática científica, segundo a qual as leis imanentes do universo não poderiam ser descobertas através de princípios abstratos, mas somente pela observação e coleta de dados. O caminho percorrido por Newton para se chegar a uma formulação teórica pode ser descrito da seguinte forma: “as proposições particulares são inferidas dos fenômenos, e depois tornadas gerais pela indução” (Newton apud Japiassu, 1984, p. 158).

Deve-se ressaltar que, ainda que Newton buscasse ultrapassar, de certa forma, a dicotomia entre indutivismo e dedutivismo, o fazia segundo noções mecanicistas, em que os fenômenos são enxergados apenas em seus aspectos imediatos e a conexão entre eles é definida segundo relações funcionais de causa e efeito. De todo modo, no pensamento de Newton, devem-se destacar os princípios empiristas – ainda que este pensador conferisse enorme importância à quantificação, mensurabilidade e comprovação matemática de suas teorias.

Os pilares básicos do conhecimento, portanto, seriam a experimentação e o raciocínio indutivo. Assim, Newton opunha ao ideal dedutivo cartesiano a análise do que é dado diretamente pela observação (Cerqueira, 2006). Segundo Newton, ao movimento de análise – aquele que extrai de fenômenos particulares as leis gerais que regem a natureza – deveria se seguir o de síntese. Este último, na concepção newtoniana, consistiria em partir dos princípios últimos estabelecidos pela análise para “explicar todos os fenômenos que são suas consequências e provar nossas explicações” (Maclaurin apud Cerqueira, 2006, p. 691).

Percebe-se, neste método, os traços do mecanicismo mencionado anteriormente, uma vez que os fenômenos são postos em relações de causa e efeito. Ademais, observa-se

também a intenção de formular leis universais que explicassem o sistema da natureza num todo coerente tão comum aos pensadores modernos. Por fim, deve-se atentar para o fato de que as leis de funcionamento da natureza não somente deveriam ser derivadas de experimentos empíricos – no momento de análise – mas também deveriam ser confrontadas pelos fenômenos empíricos – no momento de síntese – para que sejam válidas.

A concepção de um universo regido por leis imutáveis possibilita a previsão precisa de seus fenômenos e, assim, a manipulação e transformação dos mesmos. Este é outro traço do mecanicismo – forma de ordenação social e exploração da natureza que se tornou dominante na modernidade –, que tem no método newtoniano sua grande inspiração. Uma vez que a natureza é compreendida enquanto máquina – precisa e exata – basta o desvendamento de seus mecanismos de funcionamento para que seja possível transformá-los e adaptá-los às vontades humanas.

Além disso, à perspectiva de que os fenômenos da natureza se relacionam segundo causalidades funcionais e mecânicas, já presente na teoria de Galileu, Newton acrescenta uma concepção atomista do universo, postulando que todas as partículas elementares que constituem a natureza possuem a mesma substância material. Com isso, é possível reduzir analiticamente fenômenos complexos a elementos simples, a partir dos quais seriam estabelecidas relações funcionais. Este reducionismo é fruto da dessacralização e desespiritualização da natureza promovida pelo pensamento moderno e expressa o ideal mecanicista – neste aspecto fortemente inspirado pelo racionalismo – de possibilidade de decomposição dos fenômenos aos seus elementos últimos para compreensão dos mesmos através de relações funcionais e quantitativas.

Esta decomposição se dá, no pensamento, pelo movimento de abstração, que separa e isola os elementos do todo para melhor analisá-los. A abstração, deve-se ressaltar, é um dos traços mais essenciais da lógica formal, que, por sua vez, é a lógica da racionalidade científica moderna. O movimento de abstração, uma vez que separa os fenômenos do todo, leva a uma compreensão dos mesmos dissociada de seus determinantes históricos e sociais, conduzindo à ideia de que são eternos e ahistóricos. Assim, torna-se completa a noção, já engendrada pelo pensamento de Copérnico e, principalmente, Galileu, do universo e da natureza enquanto sistemas mecânicos, com leis imutáveis e imanentes, capazes de serem desvendadas através da razão científica e, portanto, passíveis de serem previstas.

Por fim, se faz necessário apresentar a concepção da natureza engendrada pelo pensamento científico moderno. Como já mencionado, sob o ideal mecanicista, a pergunta a ser formulada para se desvendar os fenômenos deixa de ser “porque” – isto é, quais são as causas finais dos mesmos - e passa a ser “como” – isto é, de que formas estes ocorrem. Esta mudança se relaciona com uma outra, ocorrida na forma como a natureza é vista pela ciência moderna, que precisou adaptar e adequar seu objeto de conhecimento de forma que este pudesse ser expresso na linguagem matemática geométrica. Para tal, a natureza foi destituída de todo e qualquer elemento qualitativo, sendo vista apenas segundo seus aspectos quantificáveis e mensuráveis. Ademais, também operou-se uma cisão desta – objeto do conhecimento – em relação ao indivíduo – sujeito do conhecimento.

Assim, enquanto na visão medieval, os elementos da natureza eram vistos como possuindo um finalismo imanente (Bartholo, 1986), um valor intrínseco, na modernidade passa a haver uma separação entre o mundo dos valores – ao qual pertencem os questionamentos acerca das causas formais e finais (o “por quê”) – e o mundo dos fatos – ao qual pertencem os questionamentos acerca das causas materiais ou eficientes (o “como”) (Japiassu, 1984). Daí decorre uma redefinição dos critérios de verdade das proposições científicas, cuja validade passa a se relacionar com seu valor prático, unindo intimamente conhecimento e poder (Bartholo, 1986).

Na concepção moderna, portanto, cabe aos indivíduos conferir sentido e finalidade à natureza, através da descoberta de suas leis imanentes. Para tal, é utilizado o método analítico de decomposição dos fenômenos em seus elementos últimos, através da abstração, e a posterior recombinação destes de forma a constituir o universo-máquina, cujas leis podem ser desvendadas pela razão e expressas em linguagem matemática.

Esta concepção da natureza como algo que pode ser decodificado e traduzido em leis matemáticas é uma das mais importantes características do ideal de ciência moderna – quantitativo, mecanicista, objetivo, neutro e atemporal –, sendo fruto justamente desta dessacralização e “desvalorização” da natureza. A isto, segue a substituição da dicotomia ser humano/Deus, pela dicotomia ser humano/natureza, ou ainda, sujeito/objeto (Japiassu, 1984). Esta dualidade fundamental entre natureza e ser humano se desdobra em muitas outras dualidades típicas da modernidade – matéria/espírito, qualidade/quantidade,

sentidos/razão, organismo/mente – que têm como traço em comum o fato de serem dicotômicas, não admitindo terceiros princípios ou sínteses (Luz, 1988).

Segundo Luz (1988), a percepção da natureza enquanto objeto externo, independente e objetivamente cognoscível – que surge com o Renascimento e se consolida na Revolução Científica – é o que torna possível ao ser humano conhecê-la e modificá-la – de acordo com os critérios da racionalidade científica moderna –, moldando-a segundo a ordem racional. Nas palavras da autora:

A existência objetiva e independente da natureza face ao mundo humano é, desta forma, condição epistemológica e ontológica para que o homem possa conhecê-la e moldá-la, para que coloque sobre o reino da natureza o selo de sua ordem. A ordem da Razão. (Luz, 1988, p.21).

Esta separação natureza/ser humano, portanto, fundamenta e possibilita a compreensão do universo como um sistema mecânico, com leis imutáveis e imanentes, uma vez que se encontram fora da relação com o sujeito. Assim, a natureza é vista como instância externa ao sujeito, na qual este não está implicado e tampouco estabelece relações.

Na visão moderna, portanto, conhecer a natureza, isto é, descobrir sua ordenação racional/maquinal, deixa de significar a mera contemplação de uma ordem divina e eterna, e passa a ser um processo de construção e recriação contínua de sua ordem racional (Luz, 1988). Adequa-se, através desta compartimentalização e reconstrução, a natureza aos padrões de cientificidade modernos. Assim, o conhecimento da ordem imanente da natureza, operado através da descoberta de seus elementos últimos e das relações entre eles, resulta numa fragmentação da própria natureza enquanto objeto do conhecimento. Esta decomposição da natureza permite ainda a interferência e modificação da mesma, pois a reorganização de seus elementos no plano intelectual – de forma a construir a ordem racional imanente da natureza – se coloca também no campo da práxis. Por isso, é possível dizer que a natureza, em sua significação moderna, torna-se uma força produtiva, a serviço dos indivíduos e do modo de produção capitalista (Luz, 1988)⁴.

⁴ Aqui cabe ressaltar que o controle humano sobre a natureza através de meios mecânicos não é algo que surge com a modernidade. O que se coloca como específico e verdadeiramente novo na modernidade é a “elevação deste campo de controle a um nível até então desconhecido e na construção de um processo cognitivo e normativo que vai fundir epistemologia e tecnologia, racionalismo cartesiano e pragmatismo baconiano” (Bartholo, 1986, p. 76).

A esta fragmentação do objeto do conhecimento corresponde uma fragmentação do sujeito cognoscente. Este, assim como o conhecimento, passa a ser compartimentado em suas diversas instâncias – razão, paixão, sentidos, vontade – havendo um saber para cada uma delas (ciência, ética, artes, etc.). No campo da prática, a fragmentação se expressa na divisão social do trabalho, e na normatização e padronização das tarefas, que se tornam cada vez mais específicas e maquinais.

Além disso, na transição para o sistema moderno de pensamento ocorre uma importante mudança – que diz respeito à ideologia moderna e seu sistema de valores como um todo, mas se centra no sujeito individual. Nas sociedades tradicionais – incluindo aí a sociedade feudal – há uma visão holista da ordem social – valoriza-se prioritariamente a conformação de cada elemento, cada indivíduo ao seu papel na sociedade como um todo –, isto é, as necessidades individuais se subordinam às da sociedade, o que implica na afirmação da hierarquia como valor central da vida social. Já nas sociedades modernas, a visão predominante é a do individualismo, isto é, a de uma valorização prioritária do ser humano individual, visto como sendo uma encarnação de toda a humanidade, sendo portanto igual aos outros e livre⁵. Mais ainda, no sistema individualista, as necessidades sociais se subordinam às do indivíduo (Dumont, 2000).

Esta concepção do indivíduo moderno é subjacente à racionalidade científica moderna, na medida em que essa tem como característica fundamental a crença na capacidade do ser humano de conhecer e modificar seu meio. Mais ainda, também é reflexo da centralidade do sujeito para a ciência moderna, tanto como ponto de partida do conhecimento, quanto no que diz respeito à finalidade do mesmo.

Ao longo da exposição acerca da gênese e do desenvolvimento da racionalidade científica moderna, muitas observações foram feitas acerca de seu caráter simultaneamente racional e empírico, teórico e experimental, intelectual e prático. Este aspecto do projeto de ciência moderna merece ser analisado mais detidamente, o que será feito através da exposição dos dois grandes sistemas cognitivos da modernidade, quais sejam, o racionalismo de Descartes e o empirismo de Bacon.

⁵ Deve-se ressaltar que esta ligação necessária entre holismo e hierarquia, de um lado, e individualismo, liberdade e igualdade, de outro, se dá numa instância puramente lógica. No plano da realidade, as sociedades são caracterizadas de acordo com suas características globais, havendo, obviamente, traços e ideias contraditórias e conflitantes com sua definição mais geral (Dumont, 2000).

I.4 – Racionalismo e empirismo: dois pilares da ciência moderna

No que diz respeito às suas bases epistemológicas, o projeto de ciência moderna só pode ser compreendido de maneira completa se estudado em referência aos dois sistemas cognitivos que formam seus fundamentos metodológicos. Estes sistemas cognitivos são o empirismo e o racionalismo, que têm como autores seminais Bacon e Descartes, respectivamente. Cabe agora a investigação destas duas epistemologias, tomando como base seus teóricos fundadores.

Francis Bacon (1561 – 1626) rompe com a ideia de uma ciência especulativa ao afirmar que as teses devem ser provenientes dos fatos e não de teorias afirmadas *a priori*. Para este pensador, o conhecimento parte necessariamente da experiência, sendo os sentidos responsáveis pela coleta de dados, posteriormente traduzidos em enunciados científicos através da indução. Esta proposição já havia sido feita na história da ciência, mas Bacon introduz um elemento novo, qual seja, a investigação científica – e não mais a especulação – como única forma de enunciar verdades científicas (Bianchi, 1987). Ao mesmo tempo, também coloca a importância do aspecto útil e funcional da ciência, que deve deixar de lado seu viés contemplativo para ter um sentido prático, sendo capaz de intervir na natureza e, mais ainda, dominá-la. Este último aspecto teve grande influência e se encontra expresso de maneira exemplar na racionalidade científica moderna.

René Descartes (1596 – 1650), por sua vez, “fornece a consistência interna metódica que completa o perfil da racionalidade científica inaugurada” (Ganem, 2003, p.122) ao propor como fundamento de toda e qualquer ciência o método matemático – universal e atemporal. Sendo assim, pode-se dizer que a grande contribuição de Descartes se assenta na defesa do método analítico e dedutivo, rigorosamente moldado de acordo com os parâmetros da lógica formal e da matemática, como o único meio de se alcançar enunciados de verdade científicos (Bianchi, 1987). Esta concepção de ciência enquanto o conhecimento que pode ser comprovado matematicamente e, mais ainda, que é formalmente coerente, é justamente um dos traços fundamentais da racionalidade científica moderna.

Como já mencionado, estes dois pensadores são considerados os autores seminais das duas correntes metodológicas de maior relevância na modernidade: da teoria de Bacon

surge o empirismo, enquanto da de Descartes se origina o racionalismo. O racionalismo parte de ideia de que há um apriorismo das ideias inatas para a compreensão da realidade, havendo uma primazia do sujeito no ato do conhecimento, uma vez que os fenômenos só se tornam objetos do conhecimento através de sua interação com o sujeito. Esta noção de que o objeto só existe em seu contato com o sujeito acabou por não ser disseminada dentro da concepção moderna de ciência, na qual predominou a ideia de que o mundo é externo ao sujeito.

No entanto, o racionalismo contribuiu de maneira decisiva para a ciência moderna ao postular a matemática como linguagem científica por excelência. Mais ainda, a matemática é, no racionalismo, não somente a forma de traduzir a realidade, sendo a única linguagem verdadeiramente científica, mas sim uma característica presente no próprio objeto do conhecimento – há uma matematização do mesmo. Como já mencionado, observa-se aqui uma adequação do objeto em relação ao método, posto que a natureza é alijada de seus elementos qualitativos e contraditórios para ser vista como instância de realização de uma ciência quantitativa e formal.

Por fim, cabe afirmar que o método racionalista é fundamentalmente dedutivista, isto é, parte de hipóteses abstratas e apriorísticas para chegar, através da dedução, a formulações de validade universal. A universalidade das formulações certamente tornou-se um valor no interior da racionalidade científica moderna. No entanto, a elaboração do conhecimento a partir de postulados totalmente abstratos foi, num primeiro momento, sobrepujada pela necessidade de se referenciar ao real e ao empírico nas formulações teóricas⁶.

Já o empirismo tem como método o indutivismo, segundo o qual a observação de um número limitado de fenômenos é capaz de levar a formulação de leis gerais. Cabe ressaltar que, segundo Bacon, o método dedutivo é válido para garantir o rigor lógico do pensamento, mas apenas o método indutivo é capaz de originar novas teses (Bianchi, 1987). Assim, no empirismo, a matemática cumpre a função de ser apenas a linguagem na qual o

⁶ Como será visto mais adiante, Adam Smith foi um pensador de inspiração empirista. No entanto, no que diz respeito ao campo da economia, os autores marginalistas resgataram em grande medida o viés dedutivista e hipotético do racionalismo cartesiano, expresso de maneira exemplar na Teoria do Equilíbrio Geral de Walras.

conhecimento deve se expressar para ser considerado científico⁷. A fonte primeira do conhecimento, porém, é a observação e a experimentação, devendo o pensamento ser constantemente submetido ao teste de dados.

Percebe-se, portanto, que, nesta corrente, há uma primazia do objeto, em relação ao qual o sujeito é um observador externo. Este sujeito enxerga os fenômenos como sendo independentes de si próprio, o que lhes confere uma existência em separado. Cabe ao cientista, portanto, identificar suas leis de funcionamento – regulares e formais – para então intervir nestes fenômenos, introduzindo nos mesmos forças, substâncias e estímulos. Como já mencionado, foi esta noção de uma natureza externa ao sujeito que se tornou característica marcante da racionalidade científica moderna.

Esta, por sua vez, acabou por incorporar elementos de ambos modelos cognitivos, sendo um de seus traços característicos a ligação entre o dedutivismo – os raciocínios lógicos, os enunciados abstratos de verdade, os princípios explicativos – e a ação efetiva – os problemas práticos, os resultados tangíveis, a utilidade, a intervenção na realidade. A razão moderna que busca desvendar a natureza é, portanto, ao mesmo tempo racionalista – pois busca uma ordem lógica e matemática de relações funcionais entre os fenômenos – e empirista, na medida em que tenta reafirmar seus postulados a partir da observação e comprovação empírica dos fenômenos (Luz, 1988).

A influência do racionalismo no ideal de ciência moderna se observa na ideia de que todos os fenômenos são passíveis de serem conhecidos através da decomposição analítica de suas partes e da mensuração, bem como na concepção quantitativista da natureza e da ciência. Ademais, a modernidade também incorpora o dualismo cartesiano, segundo o qual há dois domínios separados na natureza: a matéria e o espírito. Esta dualidade se reflete na cisão entre sujeito e objeto típica da racionalidade moderna. Já o pragmatismo baconiano se reflete na vinculação entre a busca da verdade na prática científica e os critérios de construção de um conhecimento voltado para o domínio e o controle da natureza – isto é, entre a validade das proposições científicas e seu caráter útil ou eficaz (Bartholo, 1986).

⁷ Cabe sublinhar, com o risco de parecer redundante, que tanto o método hipotético-dedutivo quanto o empírico indutivo utilizam a linguagem quantitativista e formalista da matemática, que se tornou a linguagem científica por excelência.

Assim, o método científico moderno se utiliza do racionalismo e do dedutivismo, mas também é fundado no empirismo (ou experimentalismo, termo utilizado por Luz, 1988). Este último é definido por Luz (1988) como sendo originário de uma atitude pragmática em relação ao mundo, que tem como objetivo primordial a utilidade e a finalidade práticas, o que se traduz na busca por solucionar problemas imediatos postos pela realidade. Assim, expressa-se outra característica do método experimental, qual seja, sua face interventora, que consiste em explicar a natureza para, assim, dominá-la (Luz, 1988; Japiassu, 1984).

A partir desta análise, pode-se dizer que houve, na construção da racionalidade científica moderna, um predomínio das ideias de inspiração empirista em detrimento ao racionalismo – ainda que se encontrem, na ciência moderna, traços característicos dos dois métodos. Isto porque o mecanicismo – tornado ideal metodológico da ciência moderna a partir da síntese newtoniana – tem inspiração fundamentalmente empirista, uma vez que parte de problemas postos pela realidade e tem como finalidade última não só a explicação do mundo, mas também sua dominação pelo homem, transformando-se em um projeto de cunho pragmático, e não somente intelectual. O racionalismo cartesiano, pelo contrário, abordava temas de conteúdo metafísico, distante dos problemas que a ciência moderna se propôs a resolver (Bianchi, 1987). Não se deve deixar de lado, porém, o papel fundamental da razão quantificadora e calculadora para este programa mecanicista, que postula a matemática como linguagem científica por excelência, sendo a única forma verdadeira de desvendar e definir enunciados científicos objetivos e neutros – traço de inspiração claramente racionalista.

Aqui cabe ressaltar que a racionalidade científica moderna, expressa no modelo mecanicista de explicação da realidade e formulação de teorias, se tornou predominante não somente no âmbito das ciências naturais e exatas, mas se constituiu enquanto o modelo científico a ser seguido por todas as áreas do conhecimento. Assim, para serem reconhecidas enquanto conhecimento válido, as ciências sociais e humanas se espelharam no método da racionalidade científica moderna.

Esta apropriação será o objeto de estudo do próximo capítulo. Nele, serão apresentados, primeiramente, os autores contratualistas, uma vez que estes foram um marco na tentativa de explicação da ordem social sem recorrer a elementos divinos e utilizando os critérios de cientificidade provenientes da física e da matemática.

Como o objetivo do capítulo é apresentar a teoria de Adam Smith enquanto expressão, dentro das ciências humanas e mais especificamente da economia, da racionalidade científica moderna construída a partir da Revolução Científica Moderna, será feita uma exposição das principais influências teóricas deste pensador. Neste sentido, serão expostas as ideias de Quesnay, Locke, Mandeville e Hume. Por fim, será apresentado o pensamento de Smith, analisado enquanto expressão do ideal moderno de ciência. Deve-se ressaltar, mais uma vez, que os autores apresentados não serão analisados em todos os seus aspectos teóricos, havendo um recorte, qual seja, o da epistemologia. Pode-se, então, seguir para a análise do processo de adequação das ciências sociais à racionalidade científica moderna.

Capítulo II – A extensão da racionalidade científica moderna para as ciências humanas e sociais: o caminho até Adam Smith

As teorias sociais e humanas, principalmente a partir do século XVII, passaram a espelhar-se no modelo de ciência proveniente das ciências exatas e da natureza⁸, apropriando-se de seu método como forma de produzir um conhecimento compatível com os critérios estabelecidos pela racionalidade científica moderna. Esta apropriação, por sua vez, baseava-se na suposição de que as leis da razão, por serem universais, são aplicáveis não somente à natureza, mas também ao ser humano e suas relações sociais. Mais ainda, tinham também como base a noção de que o conhecimento científico – ou seja, válido e verdadeiro – seria apenas aquele que seguisse os critérios estabelecidos pelo ideal de ciência moderno.

A isto se associa o fato de que a racionalidade científica, enquanto forma de apreender e ordenar o mundo – isto é, compreendida como modo de produção de verdades – tornou-se um elemento constitutivo da ordem econômica, social e política da sociedade moderna (Luz, 1988). Assim, constituiu-se também enquanto um dos aspectos mais importantes das relações sociais, qual seja, “aquele que classifica, nomeia, estabelece as ordens legítimas de sentidos entre as coisas, entre os homens e destes com o mundo (Luz, 1988, p.57).

Neste contexto, o método mecanicista da racionalidade científica moderna teve grande influência sobre os filósofos sociais – morais e políticos – dos séculos XVII, XVIII e XIX. Esta influência se reflete na utilização de categorias como lei, força, ordem, corpo, etc. dentro do próprio pensamento social, que, por sua vez, foram empregadas na definição de diversos conceitos. A questão fundante para as ciências sociais inseridas na racionalidade científica moderna, passa a ser, então, a que diz respeito à emergência e à regulação da ordem social (Ganem, 2000). Busca-se, desta forma – assim como ocorreu nas ciências

⁸ Deve-se ressaltar que, ainda que a concepção mecanicista do mundo já não seja a visão dominante no próprio campo que a engendrou – a física –, tendo sido superada pela física quântica e pela teoria da relatividade, a metodologia baseada nesta visão permaneceu – e ainda permanece – vigente em muitas disciplinas, incluindo as do campo social e humano (Luz, 1988; Bartholo, 1986).

naturais e exatas – engendrar uma explicação do mundo que prescindia de fatores explicativos divinos e que parta do indivíduo.

Pode-se destacar como uma primeira apropriação da racionalidade científica moderna para as ciências sociais os autores do contrato social. Hobbes e Locke serão tomados como os pensadores, dentro desta abordagem, que mais espelharam sua teoria nos ideais da ciência moderna. A próxima seção, portanto, será dedicada à exposição do pensamento destes teóricos, com destaque para os aspectos que se fazem relevantes no escopo do presente trabalho, quais sejam, aqueles que dizem respeito ao método, e à concepção de ciência e de mundo subjacentes à teoria.

II.1 – Marcos da racionalização do social: o contrato social de Hobbes e Locke

Os autores contratualistas – em especial Hobbes (1588 – 1679) e Locke (1632 – 1704) – podem ser citados como uma primeira apropriação deste ideal científico moderno, uma vez que se propuseram a desenvolver uma física social, segundo a qual seria possível conceber a sociedade de acordo com alguns princípios racionais, dos quais derivar-se-iam leis naturais de seu funcionamento (Luz, 1988). Para os contratualistas, haveria uma passagem do estado natural – entendido como estado original – para o estado social através de um pacto firmado entre os indivíduos.

Este pacto é o que levaria à instituição da sociedade e do Estado. Tanto para Hobbes quanto para Locke a motivação do contrato – que aliena ao Estado diversos direitos que, no estado de natureza, são próprios dos indivíduos – é a proteção de direitos naturais e fundamentais do indivíduo. O que difere nestas duas abordagens é a caracterização destes direitos: para Hobbes, a vida é o único direito natural e fundamental, ao passo que em Locke é a propriedade⁹ – que compreende a vida, a liberdade e os bens materiais – que assume este papel.

⁹ O pensamento de Locke e a questão da propriedade enquanto direito natural serão retomados mais adiante quando da exposição sobre a emergência da categoria econômica enquanto disciplina.

Segundo Bobbio (1986), o método utilizado por estes autores – que Bobbio denomina jusnaturalistas – é o método racional, significando a redução da política e da moral a uma ciência demonstrativa. Ainda que tanto Hobbes quanto Locke sejam considerados empiristas (Bobbio, 1986; Bianchi, 1987; Ganem, 2002), ambos buscaram formular uma ética racional através de princípios universais extraídos da análise da natureza – no sentido de essência – do gênero humano. Nas palavras de Bobbio:

Se há um fio vermelho que mantém unidos os jusnaturalistas e permite captar uma certa unidade de inspiração em autores diferentes sob muitos aspectos, é precisamente a ideia de que é possível uma ‘verdadeira’ ciência moral, entendendo-se por ciências verdadeiras as que haviam começado a aplicar com sucesso o método matemático. (Bobbio, 1986, p.18)

Está presente no pensamento contratualista, portanto, a noção engendrada pela racionalidade científica moderna de que a linguagem matemática seria a única forma verdadeiramente científica de expressar uma teoria. Assim, havia uma ambição de aplicar o rigor do método matemático às teorias moral e política, de maneira a formular, através de demonstrações lógicas – ainda que com base em fatos ou experiências empíricas –, leis e teoremas que descrevessem com precisão e universalidade as características do comportamento humano.

Além disso, há outras convergências com a racionalidade científica moderna, como pode ser observado no caráter ahistórico desta teoria. Isto porque a emergência da ordem social era explicada não por uma história social, mas sim por um caminho lógico (Bobbio, 1986) ou por uma história natural, de inspiração evolucionista (Luz, 1988). Assim, a análise da conduta humana se fundava numa concepção da natureza do homem abstraída das condições sociohistóricas específicas de cada povo e cada época, o que tornava possível a formulação de leis universais e atemporais.

Ademais, o contratualismo tem como um de seus pilares fundamentais o individualismo metodológico, isto é, a concepção do indivíduo como sendo anterior à sociedade. Sob este ponto de vista, parte-se do indivíduo isolado para estudar a sociedade, compreendendo esta última enquanto uma mera soma de indivíduos autônomos e compreendendo o próprio indivíduo como sendo uma instância representativa de toda sociedade. A centralidade e valorização do indivíduo típica da racionalidade científica moderna está, portanto, presente nesta concepção.

Além disso, a noção de que a sociedade é produto da vontade individual expressa mais duas características fundantes da ciência moderna. Primeiramente, pode-se observar a ideia de que a realidade seria um produto do pensamento ou da teoria – uma vez que o social é produto de uma ação refletida dos indivíduos, qual seja, a afirmação do pacto social. Mais ainda, sendo o indivíduo anterior à sociedade, suas características passam a ser vistas como transcendentais a esta. Desta forma, perdem-se de vista as determinações sociais e históricas dos sujeitos. Neste sentido, atributos específicos dos indivíduos inseridos na sociedade burguesa são naturalizados enquanto atributos dos indivíduos em geral. Assim, coloca-se o modo de produção capitalista como sendo uma ordem imutável e imanente, uma vez que se identifica com a ordem gerada pelo pacto social firmado pelos indivíduos.

Ainda que o desenvolvimento teórico dos contratualistas tenha ocorrido no século XVII, é no século XVIII que a produção teórica concernente às disciplinas sociais verdadeiramente se intensifica (Luz, 1988). Não por acaso, este é o século do Iluminismo, no qual se consolida a crença, já presente no Renascimento, na razão como instrumento de transformação do mundo¹⁰. Deve-se ressaltar que a razão consolidada no Iluminismo não é a razão cartesiana, mas sim o que vem sendo denominado de racionalidade científica moderna, cujo estado da arte é a síntese newtoniana. Isto porque, ao invés de partir de princípios apriorísticos, como o faz o racionalismo cartesiano, a razão Iluminista é vista como um dom, que se torna potência através da observação de objetos externos aos sujeitos. Neste contexto, então, a prática científica se dá através da experiência empírica e seu objetivo tem caráter profundamente utilitário (Bianchi, 1987). Percebe-se, portanto, o caráter empirista desta racionalidade. Não obstante, as ideias de quantificação, mensurabilidade, relações funcionais – típicas do mecanicismo e inspiradas pela matemática – também são características fundantes desta racionalidade, revelando a influência do racionalismo.

A racionalidade descrita acima teve grande influência sobre os filósofos éticos, grupo de pensadores majoritariamente britânicos do século XVIII, que têm em comum o fato de terem concentrado sua produção intelectual no estudo dos componentes éticos e normativos do comportamento humano. Dentre estes pensadores está Adam Smith, tido

¹⁰ Uma melhor contextualização de descrição do período Iluminista foi feita no capítulo I.

como autor inaugural da economia política. Antes de adentrar o pensamento destes autores, porém, cabe investigar ainda – no âmbito do pensamento econômico – dois importantes antecedentes da teoria de Smith, quais sejam, Locke e Quesnay.

II.2 –A fisiocracia de Quesnay

O fato de Adam Smith ser considerado o autor inaugural da economia política não significa que os fenômenos econômicos não tenham sido tratados por outros autores e correntes de pensamento anteriormente. Pelo contrário, muitos se ocuparam de temas econômicos, como, por exemplo, os mercantilistas. Assim, antes de Smith, já havia o reconhecimento da economia como uma matéria e também do que seriam os temas concernentes a mesma. Faltava, porém, a existência de uma coerência interna, uma unidade, que permitisse a existência da economia como uma disciplina separada tanto da política quanto da moral (Dumont, 2000). Com isto não se pretende afirmar que o objeto econômico não possui conteúdos políticos ou morais, mas sim que sua afirmação enquanto disciplina se deu através da constituição de um objeto de estudo próprio, distinto em relação às outras teorias.

A obra de Smith, por exemplo, só pode ser compreendida de maneira completa se pensada em sua relação com a filosofia política e moral dos séculos XVII e XVIII (Ganem, 2000). Assim, o nascimento da economia em Smith não ocorre através de um rompimento com a moralidade – pelo contrário, se dá em relação a uma teoria moral específica, que serve de fundamento para a teoria da ordem social smithiana – e nem desvinculado de questões políticas. Ainda que a explicação para a ordem social de Smith prescindia do Estado, sendo esta uma grande inovação, sua teoria não pode ser tirada das relações sociohistóricas com o contexto em que foi formulada, qual seja, a de ascensão da burguesia ao poder e construção do ideário liberal. Cabe agora, portanto, examinar quem foram os principais predecessores e influências deste autor, isto é, quais foram os pensadores cujas teorias possibilitaram e influenciaram de alguma forma a formulação smithiana, iniciando pela fisiocracia de Quesnay.

A primeira formulação da economia enquanto um sistema coerente constituído de partes ligadas entre si por relações lógicas se encontra no “Tableau Économique” de Quesnay (1694 – 1774) – autor representativo da fisiocracia. Dumont (2000) defende a tese de que Quesnay partia de uma concepção holista da realidade, que se origina não de um ponto de vista puramente econômico, mas “da projeção sobre o plano econômico da concepção geral do universo como um todo ordenado” (Dumont, 2000, p.59). Assim, ao mesmo tempo em que a visão política e social deste autor possui marcas bastante tradicionais – como a afirmação da terra enquanto única forma de riqueza, inseparável do poder sobre os indivíduos e totalmente distinta dos bens móveis ou a crença em uma lei divina ordenadora do mundo – no cerne da mesma se encontra um pensamento econômico marcadamente moderno.

Isto porque estão presentes, no pensamento fisiocrata de Quesnay – ainda que, por vezes, de forma incipiente – elementos que posteriormente apareceriam também na economia política clássica. No que concerne a estes aspectos de continuidade é possível destacar os seguintes pontos. Primeiramente há, no esquema fisiocrata, uma separação entre produção e circulação, que permite identificar a criação de valor como algo que ocorre exclusivamente na primeira. Percebe-se, então, que Quesnay, assim como os clássicos, levou sua investigação a um plano mais profundo do que a aparência imediata do sistema econômico, qual seja, a esfera das trocas e da circulação.

Este aspecto se relaciona com outro, qual seja, a identificação de uma “entidade única, autossuficiente, [que] encerrava a razão do processo econômico” (Dumont, 2000, p. 63). Ainda que representada pela terra – que posteriormente seria substituída pelo trabalho na visão da economia política clássica – a formulação de uma substância para o valor é de extrema importância para a constituição do saber econômico. Assim, é possível observar no esquema apresentado por Quesnay traços da racionalidade científica moderna, tanto na explicação da realidade através de um sistema fechado constituído de relações lógicas entre os fenômenos, quanto na tentativa de identificar uma substância do valor econômico, ao qual este pode ser reduzido e, através da mesma, reconstituído.

Algumas características da visão fisiocrata, porém, vão de encontro ao pensamento moderno, divergindo também da economia política clássica. Primeiramente, as relações entre os fenômenos são formuladas de acordo com uma ordem teológica, em que o ser

humano não se encontra separado da natureza. A isto está conectado o fato de que o indivíduo não é o ponto de partida desta teoria, caracteristicamente holista. Logo, o individualismo metodológico, elemento fundamental do projeto de ciência moderna em sua dimensão social, não se faz presente na fisiocracia – ainda que esta contenha traços incipientes do individualismo, como a concepção do indivíduo enquanto entidade autossuficiente (Dumont, 2000).

A passagem da perspectiva holista para a individualista tem como primeira expressão a obra dos autores contratualistas, cujo projeto de explicação da ordem social é marcadamente moderno, como visto na seção anterior. Vale lembrar que o pensamento contratualista se caracterizava principalmente pelo pensamento empirista, pela tentativa de formulação de uma física social através da aplicação do rigor matemático à análise da sociedade, e pelo individualismo metodológico. Dentre estes autores cabe destacar Locke, devido à importância de sua teoria da propriedade para o estabelecimento e legitimação da ordem social liberal subjacente ao modo de produção capitalista, da qual se tornou o fundamento jurídico institucional (Ganem, 2000). O pensamento de Locke e sua teoria da propriedade serão objeto da próxima seção.

II.3 – A teoria da propriedade de Locke

Para Locke, a instituição da sociedade se dava como forma de garantir os direitos naturais dos indivíduos, que seriam sintetizados, como já visto, no direito de propriedade. Deve-se reforçar, ainda que já tenha sido mencionado, que a propriedade, no pensamento lockeano, incluía não somente os bens materiais, mas também a vida e a liberdade. A propriedade dos bens materiais, por sua vez, estaria incluída no rol dos direitos naturais individuais por ser fruto do trabalho humano, tido como propriedade inerente do indivíduo.

Ao postular o trabalho como fonte da propriedade, justificando assim seu caráter de direito natural individual, Locke justifica também a distribuição desigual dos bens e da riqueza através das diferentes capacidades individuais. Sobre esta questão, Dumont (2000) faz uma importante observação. Ao justificar o estabelecimento da propriedade sobre os

bens materiais como um direito natural devido à sua origem no trabalho humano, Locke deriva algo exterior ao indivíduo de algo pertencente ao mesmo – seu corpo e seu esforço. Com isso, o caráter de direito natural conferido ao sentido mais amplo de propriedade – que inclui a vida e a liberdade – é utilizado para estabelecer o mesmo caráter para o sentido mais restrito – propriedade de bens. Desta forma, a relação jurídica entre seres humanos e coisas passa a ser derivada de uma propriedade intrínseca do homem como indivíduo, e não de condicionamentos sociais e históricos. Como Dumont (2000) coloca: “o que o homem pode alienar pertence-lhe provavelmente com mais segurança se confundirmos isso com o que ele não pode alienar.” (p.83).

Observa-se, portanto, que há, neste desenvolvimento teórico, mais uma vez, uma naturalização de condições sociohistóricas específicas. Ao colocar em um mesmo conjunto o direito à propriedade e o direito à vida, Locke iguala conceitualmente uma propriedade intrínseca do ser humano a uma relação social e historicamente determinada. Logo, as condições sociais do capitalismo são postas como condições inerentes à vida humana como um todo. A teoria, neste ponto, expressa o caráter ahistórico da ciência moderna, que se pretende formuladora de leis universais e imutáveis.

Mais ainda, a formulação da propriedade como fenômeno que origina e garante o estabelecimento da ordem social é a base da construção do individualismo – tanto enquanto método característico da racionalidade científica moderna, quanto como fundamento ideológico moderno – e da consolidação da primazia do econômico frente ao político na visão moderna (Dumont, 2000). Antes de prosseguir, porém deve-se ressaltar que na obra de Locke não há o econômico propriamente dito, mas sim uma “dimensão econômica *in statu nascendi*” (Dumont, 2000, p. 77). Portanto, não é possível afirmar que Locke tenha produzido uma teoria econômica consistente, ainda que seu pensamento tenha sido de grande contribuição para a constituição da economia enquanto disciplina.

Dito isso, é possível identificar duas transformações importantes operadas por Locke no que diz respeito à relação entre economia e política, mediadas por sua teoria da propriedade e por sua concepção individualista da ordem social. Primeiramente, a relação hierarquizada, em que a economia é um meio através do qual se alcança a finalidade de prosperidade e força do Estado – como se dá no mercantilismo – é substituída por uma relação de primazia, que está dada na natureza, uma vez que a propriedade é um direito

natural, o que implica uma “eficácia causal preeminente” (Dumont, 2000, p.78) da economia em direção à política. Isto porque, segundo Locke, é o direito de propriedade - um direito econômico, em sua acepção mais estrita - que impulsiona a organização social e o estabelecimento do Estado através do pacto.

Ademais, na obra de Locke também se expressa, através do individualismo metodológico, uma relação de primazia do indivíduo em relação à sociedade, característica marcante do pensamento moderno. Como já mencionado, isto expurga da análise do indivíduo - visto na modernidade como centro de todo conhecimento - qualquer condicionamento histórico e social. Mais ainda, uma vez que a sociedade é resultante de um pacto firmado por estes indivíduos ahistóricos, a ordem social passa a ser também livre de condicionamentos históricos. Assim, a ordem social em abstrato - indeterminada e geral - é identificada com a ordem social capitalista. Com isso, opera-se a afirmação do capitalismo enquanto a ordem social mais adequada aos atributos e vontades vistos como inerentes aos seres humanos.

Além disso, Locke propõe uma nova forma de compreender as relações dos seres humanos com as coisas - inanimadas ou animadas, como os animais ou a natureza - e também dos indivíduos entre si. Na visão tradicional, a relação dos seres humanos com as coisas era vista de maneira semelhante à relação com escravos e súditos - tidos como indivíduos inferiores - cujo traço fundamental seria a subordinação. Locke, contrariamente, estabelece um corte bastante claro entre humanos e não-humanos, entre os quais passa a haver um vínculo de propriedade (Dumont, 2000). Observa-se, portanto, a presença do dualismo indivíduo/natureza, sujeito/objeto da racionalidade científica moderna no pensamento lockeano.

Já no que diz respeito aos seres humanos, não deveria haver uma relação de hierarquia entre estes, uma vez que, sob a perspectiva individualista, são todos livres e iguais perante Deus - no plano normativo¹¹. Desta forma, abre-se caminho para uma formulação do poder como sendo fundado na propriedade e na riqueza, e não mais no

¹¹ A subordinação aparece na obra de Locke como uma necessidade empírica da sociedade política e é entendida como sendo possível somente pelo consentimento unânime dos indivíduos desta sociedade. Assim, a subordinação desaparece como princípio social e seu papel passa a ser desempenhado pela obrigação moral (Dumont, 2000).

domínio de alguns indivíduos sobre os demais. Neste ponto, expressa-se, mais uma vez, o estabelecimento do primado da economia em relação à política (Bianchi, 1987).

Outro aspecto relevante de Locke a ser destacado é sua filiação ao empirismo. Antes de mais nada, deve-se ressaltar que, ainda que o autor não tenha formulado uma teoria capaz de embasar uma epistemologia sólida, a concepção de Locke do entendimento humano teve grande importância na história do pensamento e influenciou significativamente a filosofia social. O empirismo de Locke se expressa, primeiramente, na rejeição pelo autor das noções de ideias inatas e verdades autoevidentes instituídas pelo pensamento cartesiano. Como alternativa a estas concepções racionalistas do processo cognitivo, Locke afirma que o mundo deve ser apreendido através dos sentidos, que preenchem a mente humana – inicialmente “em branco” – com conhecimento. Esta formulação foi reproduzida por diversos autores posteriormente e é conhecida como a teoria da *tabula rasa*.

É importante apontar que, não obstante, o racionalismo tem lugar no pensamento de Locke, que destaca a reflexão como fonte de conhecimento e coloca a razão como a grande força diretriz da vontade humana (Bianchi, 1987). Assim, ainda que este autor seja classificado como empirista, encontra-se em seu pensamento a síntese típica da racionalidade científica moderna, em que princípios do racionalismo – como o pensamento dedutivo e o elogio da razão enquanto forma única de alcance das verdades científicas – se fazem presentes mesmo no interior de um sistema de pensamento marcadamente empirista.

Por fim, deve-se pontuar o caráter teleológico da ética contida na teoria de Locke, que postula como objeto de avaliação moral as consequências da conduta individual, sendo o bem e o mal estabelecidos em relação ao que as ações provocam (Bianchi, 1987). A ética teleológica – que surge na modernidade de maneira exemplar na obra de Maquiavel – se contrapõe à ética predominante no feudalismo, de caráter marcadamente religioso. Esta ética cristã é denominada de deontológica, significando a existência de princípios claros distinguindo o certo e o errado, a partir dos quais as condutas são julgadas (Bianchi, 1987).

Locke, portanto, contribuiu em grande medida para o estabelecimento da ética teleológica enquanto predominante na sociedade burguesa, o que se reflete no abandono das noções de bem e mal como critérios de avaliação das condutas, que são, então,

substituídos pelas noções de útil e eficaz. A conduta do indivíduo, desta forma, passa a ser vista segundo uma perspectiva “técnica”, para a qual o que importa é a conformação ou não em relação aos fins pretendidos. Observa-se, neste ponto, que o que está posto como primordial é a instrumentalidade da conduta, ou seja, a sua racionalidade, medida pela adequação entre a finalidade e os meios para alcançá-la. Nesta concepção de ética pode-se perceber também reflexos da racionalidade científica moderna. Esta expressa-se, primeiramente, na primazia do caráter instrumental da conduta individual sobre os outros critérios de avaliação da mesma. Ademais, também se faz presente na noção de conformidade da conduta em relação aos fins, que pode ser vista de maneira análoga ao princípio da coerência entre premissas e conclusões subjacente à lógica formal.

Este aspecto da teoria de Locke teve grande influência sobre os pensadores que o procederam. Na economia, por exemplo, pode-se destacar de maneira exemplar o utilitarismo de Bentham, dentre muitas outras correntes teóricas. No que concerne à continuidade da exposição deste trabalho, cabe destacar que os filósofos éticos foram profundamente influenciados por esta concepção ética de Locke. Além disso, estes pensadores compartilhavam com o autor contratualista o método empirista e a teoria da tábula rasa subjacente a este. Por sua grande influência no pensamento de Smith – que inclusive pode ser denominado um filósofo ético – este grupo de pensadores será tratado mais detidamente na próxima seção.

II.4 – Filósofos éticos: Mandeville e Hume

As teorias dos filósofos éticos foram, em larga medida, inspiradas pelo modelo newtoniano para as ciências naturais (Cerqueira, 2012). Ainda que incluíssem a razão no processo de formulação das regras gerais da moralidade, estes autores acreditavam que as respostas às questões por eles postuladas¹² só poderiam ser encontradas através da

¹² Segundo Smith (1996), no que diz respeito à moralidade, duas questões principais deveriam ser consideradas: “em que consiste a virtude?” e “por qual poder ou faculdade de espírito este caráter, seja ele qual for, nos é recomendado?”

experiência. Assim, nesta síntese entre racionalismo e empirismo – em que o segundo prevalece sobre o primeiro – pode-se perceber um primeiro ponto de convergência em relação à racionalidade científica moderna.

Uma vez que o objetivo deste capítulo é destacar os pensadores que tiveram influência significativa sobre a obra de Smith será feito um recorte no extenso universo teórico dos filósofos éticos. Desta forma, serão apresentadas apenas as ideias de dois desses pensadores – Mandeville e Hume – uma vez que de suas abordagens teóricas é possível extrair as principais influências desta escola de pensamento sobre Adam Smith.

Mandeville (1670 – 1733) pode ser visto como o autor cuja teoria mais contribuiu para a emancipação da economia em relação à moralidade vigente (Bianchi, 1987). Deve-se atentar para o fato de que o que ocorreu foi uma diferenciação da economia em relação ao curso geral e comum da moralidade, e não a completa eliminação da última do campo econômico. Isto porque a teoria de Mandeville abre caminho para a construção de uma noção segundo a qual a economia está ligada a um caráter moral específico (Dumont, 2000)¹³.

Esta moralidade específica se traduz na formulação de Mandeville – “vícios privados, benefícios públicos” – segundo a qual a busca do interesse privado levaria ao bem estar comum. Pode-se observar, neste ponto, a noção ética teleológica mencionada na seção anterior, posto que as condutas morais, para Mandeville, passam a ser julgadas de acordo com sua finalidade, e não mais em si mesmas como certas ou erradas. É justamente esta perspectiva ética que leva o autor a afirmar os vícios privados como possivelmente benéficos para a sociedade. Deve-se ressaltar também que esta conexão do interesse privado com o benefício público pode ser vista como uma primeira formulação da noção de “mão invisível” apresentada por Smith (Ganem, 2000).

Mandeville, porém, afirma que, para que sejam favoráveis ao bem estar coletivo as ações viciosas devem ser mobilizadas dentro de um quadro legal e institucional, sendo o governo responsável por disciplinar as paixões individuais (Bianchi, 1987). Aqui se deve atentar para o fato de que, seguindo a tradição individualista, o indivíduo é concebido como

¹³ Cabe aqui uma diferenciação entre os contratualistas e os filósofos morais. Em Hobbes e Locke a especulação se dá através do artificialismo, perspectiva em que as normas estão presentes desde o início. Os filósofos morais, por sua vez, adotam um viés empirista, estudando o mundo exterior como um fenômeno natural.

sendo anterior à sociedade e, portanto, não-social em sua natureza. O que torna os indivíduos sociáveis e a sociedade próspera são os males naturais – que consistem nos obstáculos à preservação da vida – e morais – que compreendem, principalmente, as paixões voltadas para a satisfação das necessidades materiais dos indivíduos. Observa-se, portanto, a presença de um traço fundante da modernidade: a primazia da relação entre indivíduos e coisas em detrimento da relação dos indivíduos entre si – a sociedade (Dumont, 2000). Mais uma vez, também, é possível perceber a noção de um indivíduo livre de determinações sociohistóricas.

Esta primazia do indivíduo em relação à sociedade e a conseqüente visão ahistórica do mesmo são, como já mencionado, características fundamentais do individualismo, que se aprofunda ainda mais na teoria moral de Mandeville. Isto porque este autor opera uma transição da moralidade tradicional para a ética utilitarista, segundo a qual o que se busca é a maior felicidade para o maior número de pessoas (Dumont, 2000; Ganem, 2000). Enquanto no sistema moral tradicional os sujeitos interiorizam a ordem social através das regras morais, definindo suas condutas pela referência à sociedade, no sistema utilitarista – que é o ponto de vista moral da ordem social liberal – a conduta individual é definida apenas em referência ao próprio interesse, sendo a sociedade tão somente o mecanismo através do qual os interesses se harmonizam. Mais ainda, como visto anteriormente, as ações são julgadas pelos seus efeitos e não mais em si mesmas.

Após esta exposição do pensamento de Mandeville – em especial dos aspectos que se conectam com o pensamento de Adam Smith – é possível passar para a investigação das ideias de Hume. Antes de apresentar este autor, porém, deve-se fazer um parêntese acerca dos conteúdos moral e econômico na obra de Adam Smith. Isto porque a obra de Hume influenciou, principalmente, a teoria moral smithiana – presente na “Teoria dos Sentimentos Morais”. Assim, se fosse considerado que há uma ruptura no pensamento de Smith, havendo, de um lado, a teoria moral, e de outro a econômica – expressa na “Riqueza das Nações” –, não faria sentido explorar o pensamento humeano. No entanto, se a obra de Smith é pensada enquanto um todo integrado, de forma que a Riqueza das Nações deva ser

lida considerando os escritos filosóficos da Teoria dos Sentimentos Morais¹⁴ – perspectiva adotada no presente trabalho –, o pensamento de Hume é de extrema importância.

Nesta segunda visão a noção de interesse não se encontra reduzida ao “self interest”, uma vez que possui uma moralidade subjacente a noção de amor próprio. Este conceito, por sua vez, reflete não somente a busca de ganhos pessoais, mas também a necessidade de reconhecimento e aprovação pelo outro (Ganem, 2012). Para explicar essa dimensão do interesse é central o conceito de “simpatia”, primeiramente formulado por Hume e posteriormente adotado por Smith em sua teoria moral.

A ideia de simpatia de Hume (1711 – 1776) se baseia na noção de que o indivíduo se constrói enquanto sujeito através de sua relação com o outro, o que se reflete nos sentimentos de aprovação e adequação. A simpatia é justamente a propriedade humana que possibilita que os indivíduos se identifiquem e mobilizem-se com o que acontece a outrem, ou seja, é a capacidade de compartilhar os sentimentos alheios (Cerqueira, 2012; Ganem, 2000). Para Hume, o juízo que um indivíduo faz do outro pode ser considerado como a atividade moral primitiva (Bianchi, 1987). Assim, o sentimento de aprovação e adequação seria o que define a atitude moral benéfica, e a busca por esta aprovação seria um dos motores das atitudes individuais.

Observa-se, neste ponto, uma certa divergência em relação ao ideal da ciência moderna, segundo o qual o indivíduo é autônomo e independente de qualquer determinação social. É certo que no conceito de simpatia não está presente um condicionamento social no sentido de um processo histórico no qual os indivíduos estão inseridos em relações sociais específicas, imbricadas em determinado modo de produção. No entanto, deve-se reconhecer que está subjacente a este conceito humeano de simpatia a ideia de que o social – as relações, o outro – tem influência significativa sobre o indivíduo.

Desta investigação das paixões, Hume deriva suas ideias econômicas. Para este pensador, a atividade econômica seria proveniente de um subconjunto de paixões, responsável por sua laboriosidade (Bianchi, 1987). Mais ainda, a sociabilidade humana é vista como sendo fundada no desejo de ganho, sendo a sociedade um meio de chegar a determinados fins, realizando desejos e suprindo necessidades. Observa-se, portanto, que o

¹⁴ O debate acerca da unidade ou não da obra de Smith foi colocado pela escolar histórica alemã e ficou conhecido como “Das Adam Smith Problem”.

autor coloca as paixões como elemento explicativo do comportamento humano (Ganem, 2000).

Ademais, Hume afirma que todo estudo acerca da natureza humana deve se basear na experiência, rejeitando tanto as afirmações de que as distinções morais seriam provenientes da educação ou da mobilização de paixões, quanto a tese de que os juízos morais seriam princípios transcendentais – esta última típica do pensamento racionalista. Assim, se expressa a filiação empirista deste filósofo, que postula a razão como sendo subordinada à sensibilidade moral – que seriam os sentimentos despertados pelas ações dos indivíduos e as paixões que as movem (Cerqueira, 2012).

Através desta breve apresentação do pensamento e das teorias destes filósofos éticos percebe-se sua grande influência sobre o pensamento de Smith, sendo possível destacar duas frentes principais. A filiação ao empirismo – ainda que a razão desempenhasse papel fundamental – e a inspiração no método newtoniano presentes na obra destes pensadores são traços fundantes da epistemologia de Smith. Mais ainda, são os filósofos éticos que formulam pela primeira vez a noção de que pode haver uma harmonia entre egoísmo e altruísmo, preparando o terreno para a teoria da mão invisível smithiana.

A explicação da ordem social prescindindo não somente de Deus, mas também do Estado foi a grande inovação da teoria smithiana frente às outras teorias sociais e políticas da época. Mais ainda, o autor formulou uma compreensão sistêmica do objeto econômico também inédita em seu tempo, investigando-o tanto do ponto de vista da circulação quanto da produção. Deve-se, então, partir para a exposição das ideias de Smith, buscando ressaltar seus principais aspectos epistemológicos e também os reflexos da modernidade nelas existentes.

II.5 – Adam Smith e a explicação da ordem social através do mercado

Adam Smith (1723 – 1790) formula, na “Riqueza das Nações”, uma explicação sistematizada da ordem social capitalista, fundada na solução da “mão invisível”, segundo a qual os interesses privados em interação no mercado – entendido não somente como locus

em que demanda e oferta se encontram, mas principalmente como operador social (Ganem, 2000) – geram o bem estar público. A ideia proveniente de Locke do direito de propriedade como sendo uma extensão do direito a vida, constituindo-se, dessa forma, enquanto direito natural, é o que permite, do ponto de vista jurídico-institucional, a construção de uma teoria da ordem social sem recorrer ao pacto social ou ao Estado. Desta forma, Smith, assim como Locke, enxerga o direito de propriedade de maneira ahistórica, afirmando o modo de produção capitalista enquanto ordem social natural, posto que seria o único compatível com a garantia dos direitos naturais.

Observa-se também a influência de Quesnay na tentativa de formular um modelo global de explicação do processo econômico – e da ordem social –, bem como na separação feita pelo autor entre produção e circulação (Dumont, 2000). À diferença dos fisiocratas, porém, Smith tem como ponto de partida metodológico o indivíduo, e não a sociedade vista de maneira holista. Com esta explicação da ordem social fundada sobre o indivíduo e prescindindo do Estado, Smith formula um arcabouço teórico adequado ao ideário liberal burguês.

Ademais, o individualismo metodológico, como já mencionado, reflete a dualidade indivíduo/sociedade existente no pensamento moderno, segundo a qual os sujeitos seriam independentes das determinações sociohistóricas. Mais ainda, com a afirmação de que o desejo de ganho é comum a todos os indivíduos, a economia se transforma no centro explicativo da sociedade, isto é, “o terreno sobre o qual a ‘harmonia social’ pode ser pensada” (Ganem, 2012, p.127). Aí, faz-se presente a primazia da economia em relação às outras ciências na explicação da ordem social.

Antes de prosseguir, cabe postular que Smith, assim como a maioria dos filósofos morais, foi fortemente inspirado pelo método newtoniano. Isto resultou numa perspectiva segundo a qual a tarefa da filosofia seria a de fornecer uma explicação dos diversos fenômenos que os unisse em uma cadeia lógica e fosse derivada de um número reduzido de princípios (Cerqueira, 2012). Para Smith, assim como para Newton, o conhecimento deveria se assentar primordialmente na experiência e na indução. Esta última, por sua vez, seria uma operação racional, o que autoriza argumentar que as regras gerais de funcionamento da natureza e da sociedade, segundo Smith, são derivadas da razão (Cerqueira, 2006). No entanto, as primeiras percepções do sujeito cognoscente “bem como todas as outras

experiências sobre as quais quaisquer regras gerais se fundam, não podem ser objeto da razão, mas do sentido e sentimento imediatos” (Smith apud Cerqueira, 2006, p. 695).

Fica sublinhado, portanto, o caráter empirista do sistema de investigação smithiano. Assim, a exposição dedutiva da conexão entre os diversos fenômenos segundo princípios universais só é possível após a operação de indução a partir da experiência, que leva à formulação destes princípios. Mais ainda, Smith afirma a existência objetiva, externa e independente do mundo sensível – objeto do conhecimento – em relação ao sujeito cognoscente (Cerqueira, 2006). Reafirma-se, desta maneira, a noção moderna da natureza e da realidade, segundo a qual haveria uma separação destas instâncias em relação ao sujeito.

Observa-se, então, que o pensamento de Adam Smith é uma das grandes expressões da racionalidade científica moderna, uma vez que se inspira no método de Newton para chegar a um sistema explicativo da ordem social, que, por sua vez, tem como base o individualismo e prescinde do Estado.

Neste ponto, deve-se ressaltar, mais uma vez, que a teoria de Smith não pode ser reduzida a um reflexo da síntese newtoniana. Há alguns aspectos de seu pensamento que não estão em plena convergência com os ideais de ciência moderna. A noção de indivíduo, por exemplo, não pode ser reduzida ao agente racional maximizador. Pelo contrário, o sujeito smithiano é complexo e aberto – vide a referência ao outro contida na noção de amor próprio. Além disso, o mercado, em Smith, é mais do que um mero locus de compatibilização entre oferta e demanda, uma vez que envolve dimensões morais e políticas, sendo um operador social.

Não obstante, a teoria smithiana busca desvendar o funcionamento da sociedade através das relações econômicas, compreendidas segundo relações de causa e efeito, e buscando a formulação de um sistema fechado, no qual seria possível chegar à explicação da ordem social. Por isso, este autor é considerado por muitos pensadores como o resultado mais bem acabado da modernidade (Ganem, 2012).

Estes aspectos epistemológicos marcadamente modernos da teoria smithiana são de grande importância tanto para sua teoria moral, quanto para a econômica. Uma vez que, da perspectiva do presente trabalho, a teoria econômica de Smith se encontra em profunda relação com sua teoria moral, cabe um breve exame desta última para que se possa compreender melhor a primeira.

A esfera da moralidade em Smith é construída a partir da noção de simpatia (Cerqueira, 2012), conceito inicialmente formulado por Hume, como já mencionado. Em Smith, a simpatia é a capacidade do indivíduo de compartilhar qualquer sentimento alheio através de um ato de imaginação. Deve-se ressaltar que a simpatia, em Smith, não pode ser identificada com a benevolência, nem tampouco se configura enquanto uma paixão, uma vez que é tão somente uma correspondência de sentimentos (Cerqueira, 2012).

É a partir do ato de imaginação da simpatia que as avaliações morais se constroem e as ações individuais são julgadas – sendo classificadas como adequadas ou não a partir da convergência de sentimentos entre aquele que a pratica e os espectadores. Nas palavras do próprio Smith: “aprovar ou desaprovar as paixões de alguém é o mesmo que observar sua concordância ou discordância com as nossas” (Smith apud Cerqueira, 2012, p.75).

Além disso, a transformação dos indivíduos em agentes morais se dá justamente pela simpatia. Isto porque os indivíduos buscam aprovação e reconhecimento dos outros membros da sociedade e, por isso, procuram adequar suas ações aos critérios de moralidade vigentes, antecipando a avaliação externa. Desta forma, os indivíduos internalizam o espectador, constituindo-se como um espectador imparcial de si mesmos.

Como já mencionado na exposição das ideias de Hume, esta importância dada ao olhar do outro expressa uma divergência com a ideia de indivíduo totalmente autônomo em relação à sociedade presente na racionalidade científica moderna. Isto não significa, porém, que Smith abandone o individualismo metodológico. Pelo contrário, este é um dos pontos fundamentais de sua teoria. O que se pretende afirmar é que o sujeito smithiano possui algumas nuances em relação à noção de indivíduo que veio a se construir na teoria econômica posteriormente. Isto porque, em Smith, o amor próprio é fundamental na explicação da emergência e manutenção da ordem social. A importância do reconhecimento, da aprovação e da mediação do outro para a construção do sujeito smithiano é justamente o que faz com que Dupuy (apud Ganem, 2000) afirme a incompletude substancial como um de seus traços fundamentais.

Portanto, fazendo uma análise da “Riqueza das Nações” a partir da teoria moral apresentada por Smith, percebe-se que a noção de interesse privado não pode ser reduzida ao autointeresse. Isto porque esta noção possui uma moralidade proveniente da noção de amor próprio, que, por sua vez, tem como substância o desejo de reconhecimento (Ganem,

2000). A noção de que o interesse individual se restringiria a tão somente o desejo de ganho privado é, na verdade, um reducionismo operado pelos pensadores marginalistas – assunto que será aprofundado no próximo capítulo.

Aqui cabe fazer um breve comentário a respeito do conceito de interesse, retirado das reflexões de Nascimento da Silva (2010) acerca da obra de Hirschman (1977). Na análise deste último autor, o termo “interesse”, nas reflexões dos filósofos sociais sobre a natureza do comportamento humano, passou a ser um termo genérico para designar paixões que desempenhavam a função de equivalente contrário – isto é, paixões utilizadas para neutralizar outras, consideradas destrutivas. Nas palavras de Nascimento da Silva:

A ideia de que um conjunto de paixões, até então conhecidas como ganância, avareza e amor do lucro, podia ser empregado de modo útil para refrear as outras paixões, tais como ambição e volúpia de poder, elegeu o conceito de interesse como chave para a compreensão humana (Nascimento da Silva, 2010, p.10)

No entanto, segundo o pensamento de Hirschman, mais um passo teria que ser dado para que o interesse se consolidasse enquanto fundamento da ação humana, qual seja, o de transformar o desejo de ganho e a perseguição do interesse individual em algo inofensivo e inócuo. Esta é justamente a inovação apresentada por Smith em relação à perspectiva moral de Mandeville. Para o primeiro autor, o amor próprio e o desejo de ganho deixam de conotar necessariamente vícios, e passam a ser avaliados de acordo com a aprovação ou não pelo espectador imparcial (Cerqueira, 2012). Esta mudança é de extrema relevância para o sucesso da teoria smithiana enquanto explicação da ordem social e marca uma ruptura com a moralidade vigente. Smith, portanto, contribui de maneira significativa para a construção de uma ética compatível com a ordem social capitalista, uma vez que retira o desejo de ganho e a perseguição dos interesses individuais da esfera dos vícios.

Outro fator importante a ser destacado é que este desejo de ganho – conceito também tomado de Hume – seria uma paixão calma, estável e universal, o que permitiria a previsibilidade e sistematização do comportamento individual (Ganem, 2000). Mais ainda, uma vez que o indivíduo é visto como um microcosmo da sociedade, construída a partir dele, este fato também permite a previsibilidade dos fenômenos sociais – compreendidos, portanto, como a soma de comportamentos individuais.

Encontram-se, nestes aspectos, mais alguns traços da racionalidade científica moderna, uma vez que está expressa a tentativa de deduzir a ordem social a partir de alguns princípios – extraídos da observação empírica dos indivíduos e sua organização – e também a afirmação da possibilidade de previsão dos fenômenos sociais, o que, em última instância, leva também a possibilidade de intervenção e modificação dos mesmos.

A partir dos conceitos apresentados, Smith formula uma teoria da ordem social em que interesses privados e coletivos se articulam de maneira benéfica através do mercado, sem a necessidade de intervenção de uma instância externa aos indivíduos – noção que ficou conhecida pela ideia de “mão invisível”. O autor deduz de um princípio – o interesse – a propensão a trocar dos indivíduos e, daí, a divisão do trabalho, que permite a emergência da ordem social, regulada pelo mercado. O valor, por sua vez, tem como substância única o trabalho, ao qual pode ser reduzido e mensurado. Neste ponto é possível perceber, mais uma vez, o reflexo da racionalidade científica moderna na teoria smithiana. Mais ainda, percebe-se também uma valorização do indivíduo, tanto enquanto produtor de valor – através de seu trabalho – quanto como sujeito de uma relação de troca sobre a qual a ordem social e o bem comum são fundados (Dumont, 2000).

Neste contexto, o desejo de ganho deve ser visto não só como expressão de egoísmo, mas também como um meio de atrair o reconhecimento alheio. O interesse, portanto, está vinculado tanto à busca da satisfação pessoal quanto ao desejo de adequação, levando a construção de uma moralidade (Ganem, 2002). Assim, reafirma-se a ideia de que uma leitura de Smith que reduz seu objeto de estudo apenas ao econômico empobrece a compreensão da mesma. Seguindo a análise de Rosanvallon (2002) – expressa nas palavras de Nascimento da Silva (2010) – Smith “não é o pensador que reduz a vida social à econômica, mas o que estende a sociedade ao econômico, pensando filosoficamente a identidade da vida econômica e da filosofia moral” (p.21).

Além desta perspectiva da economia como uma forma de organização social via mercado, Smith também promoveu uma análise da ordem social capitalista através da produção, da acumulação e do excedente, formulando a teoria do valor-trabalho. Deve-se atentar, portanto, para o fato de que a teoria de Smith não se limita àqueles aspectos referentes à ordenação social através do mercado. Há, no pensamento deste autor, uma análise da produção e do valor.

Percebe-se, neste âmbito da investigação do autor, a busca por uma essência e a tentativa de ir além dos aspectos imediatos dos fenômenos, presentes na ideia de que o valor tem sua origem na esfera da produção, e não da circulação. Assim, ainda que expresse, em muitos sentidos, a racionalidade científica moderna, a economia política de Smith não pode ser considerada propriamente uma ciência positiva – em que pese o fato de que sua interpretação do valor se limita apenas aos aspectos quantitativos do mesmo, havendo pouca preocupação com o porquê do mesmo e muito esforço na tentativa de mensurá-lo.

Mais ainda, a definição do valor a partir da esfera da produção mostra uma concepção do mesmo como sendo dependente de condições sociais, institucionais e políticas (Dobb, 1975), incluindo-as na análise econômica. Ademais, a concepção da economia como sendo um sistema que abrange produção e circulação mostra a visão do todo presente na teoria clássica, para a qual a investigação do indivíduo e seu comportamento não é suficiente para compreender o sistema econômico como um todo. Percebe-se, então, que as indagações acerca do valor e da produção envolvem complexidades que vão além do mecanicismo e do quantitativismo matemático da racionalidade científica moderna.

O estudo da produção e da teoria do valor trabalho seria depois aprofundado pelos economistas clássicos – dentro os quais deve-se destacar Ricardo – e também por Marx – cada um se apropriando da teoria a partir de perspectivas e pontos de vista epistemológicos distintos. Já o estudo do mercado enquanto ordenador da sociedade foi apropriado pela teoria neoclássica, para a qual Smith é seu grande precursor. Os pensadores neoclássicos, no entanto, acabam por reduzir diversos aspectos da obra de Smith de maneira a adequá-la ao seu arcabouço teórico, além de promoverem mudanças profundas no processo metodológico de construção e operação da teoria econômica.

O próximo capítulo trata justamente da revolução marginalista que deu origem à teoria neoclássica, em especial no que diz respeito aos seus aspectos epistemológicos. Será investigada a forma de compreender a realidade e o conhecimento desta teoria, bem como suas conexões com a racionalidade científica moderna.

Capítulo III – Revolução Marginalista e racionalidade científica moderna

Neste capítulo serão abordados os principais aspectos epistemológicos da chamada Revolução Marginalista – datada do final do século XIX – entendendo-a, de uma certa forma, como o resultado de um processo de consolidação e aprofundamento dos ideais de ciência moderna construídos a partir da Revolução Científica dos séculos XVI e XVII. As propriedades fundantes da racionalidade científica moderna – quais sejam, o mecanicismo, a quantificação, a mensuração, a ahistoricidade, a neutralidade, o individualismo, o apreço pelo método matemático e os raciocínios dedutivos em combinação com um projeto prático de previsão, dominação e transformação do mundo, bem como a separação entre sujeito e objeto do conhecimento – se tornam ainda mais acentuados na teoria econômica que surge com o método marginalista. Teoria esta que é comumente denominada de neoclássica, apesar das controvérsias a respeito do termo¹⁵.

A Revolução Marginalista será apresentada, primeiramente, através de seu contraste com a economia política clássica. Em seguida, serão explicitados alguns elementos fundamentais da teoria que surge deste movimento teórico, analisados a partir do pensamento de seus autores seminais. Cabe ressaltar que o trabalho irá se deter na apresentação da gênese da teoria neoclássica, tendo como autores seminais e representativos William Stanley Jevons (1835 – 1882), Carl Menger (1840 – 1921), Leon Walras (1834 – 1910) e Alfred Marshall (1842 – 1924) – com destaque para os dois últimos. Assim, será abordado este momento inicial da teoria neoclássica, sem a pretensão de estender a análise aos desenvolvimentos posteriores.

Não obstante, deve-se observar que algumas das características fundamentais do projeto neoclássico de ciência econômica encontram-se de maneira exemplar no momento de sua constituição. Por isso, a investigação epistemológica deste primeiro momento da

¹⁵ A título de exemplificação das controvérsias suscitadas pelo termo, pode-se mencionar as pontuações de Blaug (apud Valentin, 2003) e Dobb (1975). Para o primeiro, não teria havido uma revolução paradigmática, uma vez que os autores marginalistas não teriam rompido com o núcleo rígido da teoria clássica, formulado por Smith. O segundo, por sua vez, afirma que arcabouço teórico neoclássico não dá conta de diversas questões fundamentais da teoria clássica – como a formulação de uma teoria adequada da distribuição e o fornecimento de uma resposta à teoria do valor trabalho – sendo portanto incorreto denominá-los desta maneira.

teoria marginalista se faz pertinente não somente por sua importância para história do pensamento econômico, mas também pela atualidade de alguns dos seus fundamentos. Permeando toda a exposição está, obviamente, a tentativa de observar a expressão da racionalidade científica moderna dentro do pensamento marginalista.

Espelhando-se nos métodos das ciências físicas, os teóricos da Revolução Marginalista acabaram por iniciar a construção da economia enquanto uma ciência positiva (Ganem, 2003), da qual o termo “política” foi eliminado com a pretensão de torná-la pura. Ainda que os autores clássicos tivessem no ideal de ciência moderna espelhado na física uma grande influência, sua abordagem possuía elementos que divergiam do modelo de ciência da racionalidade científica moderna. Já os marginalistas deixam de lado toda e qualquer determinação histórica ou institucional, bem como a tentativa de investigar a essência dos fenômenos, para construir uma ciência que em tudo busca se equiparar à física. Com isso, deixam de investigar a esfera da produção para analisar apenas a esfera das trocas. Nesta, aplicaram os ideais quantitativistas e mecanicistas à análise dos preços e das relações de troca.

No entanto, ao mesmo tempo em que rompem com a teoria clássica na medida em que mudam a ênfase do campo da produção para o âmbito das trocas e do mercado, os marginalistas¹⁶ dão continuidade ao projeto smithiano de afirmar o mercado enquanto mecanismo fundador e regulador da ordem social por excelência, em que pese a forma de postular a teoria geral do mercado tenha diferenças profundas entre uma abordagem e outra. Isto porque, enquanto para Smith o mercado seria um operador social, para os marginalistas se resume a um mecanismo de equalização entre oferta e demanda. Não obstante, a tentativa de dar uma explicação sistemática ao fenômeno econômico através de leis e relações funcionais, tão característica da modernidade, se encontra na teoria neoclássica assim como na teoria clássica, apesar das muitas diferenças metodológicas e teóricas destas duas correntes.

Na próxima seção serão expostos os principais alicerces metodológicos da Revolução Marginalista. Estes, por sua vez, servirão de guia para compreender melhor a concepção de ciência e de mundo subjacente a esta teoria. Ademais, também será explicitada a relação

¹⁶ O termo “marginalista” será utilizado como sinônimo de “neoclássico”, embora se saiba que este último foi cunhado por Veblen, vinte anos após o momento que marca a chamada “revolução marginalista”.

desta mudança metodológica com a mudança de escopo ocorrida na teoria econômica, contrastando as teorias clássica e neoclássica.

III.1 – Revolução marginalista: cálculo marginal, utilidade e homem econômico racional

Na Revolução Marginalista ocorre uma grande transformação de método e escopo na economia política – que então passou a ser denominada apenas economia. Esta mudança data do final do século XIX, momento a partir do qual constituiu-se a escola de pensamento econômico neoclássica. Como aponta Deane (1980), a Revolução Marginalista diz respeito a uma mudança paradigmática não somente no âmbito de teóricos acadêmicos e pesquisadores, mas também de uma vasta gama de outros profissionais, como banqueiros, políticos, funcionários públicos, etc.

A revolução se deu marcadamente a partir da publicação, quase que simultânea, das obras dos autores considerados como seminais para a teoria neoclássica. Em 1871, Jevons e Menger publicam, respectivamente, “Teoria da Economia Política” e “Princípios de Economia”. O que as coloca dentro de um mesmo movimento, em que pese suas diferenças teóricas, é o fato de que em ambas as obras se dá a elaboração de uma teoria subjetiva do valor baseada na utilidade (Deane, 1980). Deve-se observar, neste ponto, que será dado privilégio à análise da obra de Jevons no que concerne à formulação do princípio da utilidade como elemento explicativo do valor, devido a maior representatividade de seus desenvolvimentos teóricos para a constituição da teoria neoclássica e também para os temas a serem abordados neste trabalho¹⁷.

Poucos anos depois, em 1874, Walras publica os “Elementos de Economia Política”, no qual formula a Teoria do Equilíbrio Geral – demonstração lógico-matemática do equilíbrio do mercado sob as condições de concorrência perfeita – também baseada numa teoria subjetiva do valor. Estes três autores – Jevons, Menger e Walras – são aqueles

¹⁷ Deve-se destacar a importância de Menger – considerado o pai da escola de pensamento econômico austríaca – para o pensamento econômico, ainda que a análise detida de sua obra seja dispensada no presente trabalho.

normalmente tidos como inaugurais do marginalismo. Deve-se, no entanto, mencionar ainda mais um pensador marginalista, por sua importância e influência no pensamento econômico. Marshall, ainda que tenha publicado os “Princípios de Economia Política” somente em 1890, pode ser incluído neste mesmo rol de autores por ter dado um tratamento à teoria neoclássica de viés mais empirista, aproximando a teoria da realidade através do estudo dos equilíbrios parciais. Ademais, sua exposição menos matematizada da teoria fez com que sua obra fosse um grande instrumento de divulgação do marginalismo.

Em comum, todos estes autores possuem a intenção de aplicar à economia política os métodos das ciências físicas através de um tratamento matemático formal de suas problemáticas e variáveis. Ainda que os autores clássicos tenham se espelhado no ideal de ciência moderna da síntese newtoniana, o nível de formalização matemática e do uso dos critérios de demarcação científica baseados no ideal das ciências exatas é muito maior na formulação teórica neoclássica, e tem implicações mais profundas. O objetivo desta apropriação irrestrita dos métodos matemáticos, do quantitativismo e do mecanicismo era transformar a economia política em uma ciência positiva (Prado, 2009; Ganem, 2003).

Para tal, foi decisivo o instrumental do cálculo marginal, permitindo a formulação de uma teoria subjetiva do valor baseada na utilidade, fundamento teórico basal dos marginalistas (Deane, 1980). Esta mudança metodológica, que tirava do trabalho a propriedade de princípio explicativo do valor e, portanto, de muitas outras variáveis e relações dentro do sistema econômico, teve consequências profundas para a economia no que diz respeito ao seu escopo e suas principais questões.

Jevons foi o primeiro autor a apresentar uma teoria consistente do valor baseada no cálculo da utilidade marginal. Ainda que com algumas mudanças ou idiossincrasias, a teoria do valor baseada na utilidade foi utilizada por todos os autores da Revolução Marginalista, constituindo um dos elos que permite afirmá-los enquanto participantes de um mesmo movimento teórico. Segundo Jevons a utilidade seria “a qualidade abstrata através da qual um objeto serve a nossos propósitos e adquire o status de mercadoria” (apud Dobb, 1975, p. 203).

Walras, por sua vez, postula que o preço dos bens é determinado pela sua raridade – propriedade que equivale à utilidade marginal. Assim, os marginalistas têm como ponto comum e cerne da teoria proveniente de seu método a afirmação de que o preço dos bens

finais é determinado pelas necessidades dos consumidores. Nas palavras do próprio Walras: “em última análise, as curvas de utilidade e as quantidades possuídas constituem os dados necessários e suficientes para estabelecer os preços correntes ou de equilíbrio” (apud Dobb, 1975, p. 223).

Deve-se destacar que Jevons – assim como os outros autores marginalistas – postulava a utilidade como uma variável passível de quantificação, sendo esta a grande mudança que tornou possível uma teoria do valor de troca nela baseada. Mais ainda, o autor afirmava que todas as variáveis relevantes para a economia eram passíveis de quantificação e mensuração (Valentin, 2003). Concluía, então, que justamente por tratar de variáveis quantificáveis, a economia deveria ser concebida como uma ciência matemática (Prado, 2009). Nas palavras de Jevons:

Parece-me que nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades. (...) As leis usuais da oferta e da procura tratam inteiramente de quantidades de mercadorias procurada e oferecida e expressam a maneira pela qual as quantidades variam em conexão com o preço. Em consequência deste fato as leis são matemáticas. (Jevons apud Mattos, 2008, p. 4)

Observa-se a tentativa de adequação à racionalidade científica moderna baseada nas ciências físicas e naturais, fato ressaltado pelo próprio Jevons:

“a teoria exposta aqui deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual (...). Seu método é tão seguro e concludente quanto aquele da Cinemática ou da Estatística” (apud Valentin, 2003, p. 145).

Percebe-se aí uma dicotomia entre qualidade e quantidade, estando subjacente à escolha de investigar os fenômenos de maneira quantitativa a ideia de que não é possível conciliar estes dois aspectos. Ademais, é um reflexo claro do ideal quantitativista da ciência moderna. O aspecto quantitativo é tido como mais científico, uma vez que, desta forma, se torna possível a aplicação do método matemático para a investigação e explicação dos fenômenos. Como resultado desta visão quantitativista e matemática da ciência econômica – em adição a uma noção da realidade e do conhecimento como estáticos e exteriores ao sujeito –, tem-se a possibilidade de extrair da observação dos fenômenos leis imutáveis e inexoráveis, que se conectam no interior de um sistema mecanicista e racional. Esta é mais uma das expressões da tentativa de realizar o ideal moderno de ciência, espelhando o

método das ciências sociais nos métodos físico-matemáticos, ainda que isto implique na perda de aspectos relevantes dos fenômenos estudados. Percebe-se, portanto, uma primazia do método em relação ao objeto.

Mais ainda, a redução dos fenômenos aos seus aspectos quantitativos é expressão da razão positiva empregada pelos marginalistas. Esta razão reduz a ciência ao método matemático (ou positivista) e estabelece que a verdade só pode ser estabelecida através da adoção dos critérios objetivos positivistas de cientificidade (Ganem, 2003). Numa operação adequada ao ideal de ciência moderna, substitui-se o “por quê” pelo “como” – isto é, as causas finais pelas relações funcionais. Assim, a teoria neoclássica que surge com a revolução marginalista promove um discurso no qual o positivamente dado se conecta intrinsecamente com a formalização lógica. Com isso, torna-se impossível a compreensão dos fenômenos para além de sua aparência, bem como a consideração de seus aspectos qualitativos (Ganem, 2003).

Cabe aqui fazer uma observação. A concepção dos fenômenos em apenas um de seus aspectos – o quantitativo ou mensurável – também reflete a lógica formal subjacente ao ideal de ciência moderna. Isto porque para que seja possível observar um fenômeno apenas em seu aspecto quantitativo é necessário abstraí-lo de seu contexto e seus condicionantes, expurgando suas outras dimensões. Enquanto um dos momentos do conhecimento, este movimento é válido. No entanto, na lógica formal, o conhecimento do objeto se esgota no momento de abstração, o que faz com que sejam retirados da análise toda sua complexidade e contraditoriedade. Chega-se, portanto, à dicotomia quantidade/qualidade – e a muitas outras presentes no ideal de ciência moderno – e também a uma visão empobrecida dos objetos do conhecimento.

Dando prosseguimento à exposição, deve-se ressaltar que é com esta mudança na forma de definição do valor que este deixa de ser determinado na esfera da produção – como ocorria na teoria do valor-trabalho –, na qual era concebido como dependente das condições e circunstâncias em que esta se dá, isto é, de diversos fatores sociais e institucionais (Dobb, 1975). Passa-se, então, a definir o valor a partir dos desejos, necessidades e escolhas individuais no mercado, isto é, da avaliação por parte dos indivíduos acerca da utilidade que cada mercadoria os proporciona.

Segundo Prado (2009), enquanto a teoria clássica compreende a troca como um momento do sistema maior de produção, a teoria neoclássica parte de um ponto de vista puramente individualista. Assim, ao invés da troca ser o resultado de diversos fatores institucionais, políticos e sociais, sendo fruto de condições tanto da produção quanto da circulação de mercadorias – como o é na teoria clássica –, esta passa a ser vista como um processo resultante apenas das preferências individuais – supondo-se um ambiente de livre mercado e concorrência perfeita. Desta forma, os agentes econômicos envolvidos na troca e suas escolhas racionais se tornam os únicos fatores relevantes a serem considerados na análise da troca de mercadorias e do valor das mesmas.

Deve-se observar, neste ponto, que a tentativa de explicar o valor econômico a partir de um princípio minimal, característica marcante da racionalidade científica moderna, se faz presente na Revolução Marginalista. Mais ainda, a mudança em direção a uma definição do valor baseada no indivíduo, sem que seja relevante a referência aos fatores sociais e institucionais, torna mais acentuado o princípio individualista e atomístico da modernidade.

Nota-se, então, que os teóricos marginalistas têm, assim como muitos outros pensadores modernos, o individualismo metodológico como elemento fundante de sua teoria. O que muda, porém, é a noção de indivíduo, cujas ações se tornam cada vez mais independentes e autônomas em relação ao social, e cujo processo cognitivo passa a ser concebido cada vez mais enquanto cálculo matemático.

De acordo com Prado (1994), este é um reflexo da ideia moderna e iluminista de que o indivíduo “é proprietário de sua pessoa e dono de suas capacidades, nada devendo à sociedade por tê-las adquirido” (p.112). O pressuposto de que as ações individuais independem de qualquer referência ao outro ou ao social se reflete no postulado neoclássico de que os agentes, ainda que submetidos à ordem mecânica do mercado, são donos de suas preferências (Prado, 1994).

Assim, na teoria neoclássica radicaliza-se a noção – já presente em diversas teorias modernas que também têm como elemento fundante o individualismo metodológico – de que o indivíduo é o centro explicativo da ordem social, sendo concebido enquanto microcosmo da sociedade. Desta forma, o todo aparece tão somente como a soma das partes e supõe-se ser possível analisá-lo apenas através de seu elemento atomístico – o indivíduo.

Mais ainda, a própria noção de indivíduo sofre um reducionismo, na medida em que o agente econômico passa a ser aquele que calcula suas ações de forma a maximizar sua utilidade, orientando-se por princípios matemáticos que excluem os condicionantes políticos, sociais e morais. A avaliação dos indivíduos acerca da utilidade, por sua vez, é concebida como o resultado de um cálculo racional internalizado em todos os indivíduos.

A racionalidade neoclássica, portanto, é cognitiva e instrumental, no sentido de que “concerne em exclusivo ao modo de dispor de meios para alcançar fins determinados” (Prado, 1994, p. 112). O indivíduo é visto como sendo capaz de analisar corretamente a realidade, uma vez que possui todas as informações necessárias para seu processo decisório e utiliza corretamente seu conhecimento acerca das leis que a regem. Ficam excluídos, desta maneira, qualquer comportamento proveniente das normas sociais ou que expresse qualquer conteúdo de subjetividade que não aquele moldado pela racionalidade científica baseada na matemática e na física (Prado, 1994).

Deixa-se de lado, mais uma vez, todas as questões qualitativas dos fenômenos, concentrando-se nas diferenças de quantidade, intensidade e duração – variáveis passíveis de mensuração e contabilização (Valentin, 2003). Reduz-se, assim, toda discussão acerca da moralidade a um sistema binário, cuja referencia é a dicotomia prazer-dor ou utilidade-desutilidade. A ausência de julgamentos éticos é mais um reflexo da tentativa de tornar a economia uma ciência neutra e exata, autonomizando-a em relação a todas aquelas disciplinas consideradas “menos” científicas, como a moral.

Constitui-se, então, o que se denominou o “homem econômico racional” – conceito formulado inicialmente por John Stuart Mill –, guiado pelo princípio único da satisfação pessoal através do cálculo maximizador racional. Percebe-se, então, que a noção de indivíduo neoclássica distancia-se substantivamente do sujeito smithiano (Ganem, 2012), composto tanto pelo amor próprio quanto pela simpatia, e para o qual a relação com o outro era fundamental em sua constituição.

Outro aspecto relevante desta concepção do agente econômico como o “homem econômico racional” é que ela toma os dados da realidade como sendo externos e indiferentes à ação humana, o que faz com sejam relegados à esfera do natural (Prado, 1994). Esta classificação dos fatos econômicos relevantes para a teoria neoclássica – notadamente o fato da troca e do valor de troca – como naturais é formulada de maneira

mais explícita em Walras (1983), como será visto mais adiante. Aqui, porém, cabe destacar que esta visão de que as variáveis econômicas não expressam e nem são influenciadas pelas relações sociais ou mesmo pelos indivíduos isoladamente traduz de forma inequívoca a separação sujeito-objeto típica da modernidade, em que a realidade é entendida como algo fora do sujeito, da qual este não participa ativamente, e nem está implicado.

Ademais, esta noção dos fenômenos econômicos enquanto naturais, isto é, como sendo ahistóricos, se forma em decorrência da compreensão do objeto do conhecimento apenas através do movimento de abstração – isto é, de separação do fenômeno do todo para investiga-lo, sem reintegrá-lo posteriormente. Isto porque, ao serem isolados do todo, os fenômenos deixam de possuir uma especificidade histórica concreta para se tornarem eternos, de uma natureza intrínseca e, portanto, perfeitamente racionais. Por serem ahistóricas, então, as leis descobertas sob o arcabouço teórico neoclássico possuem, portanto, a pretensão da imutabilidade e da inexorabilidade (Ganem, 2003). Como corolário, a previsão e, portanto, a intervenção na realidade se tornam possíveis, permitindo a dominação da natureza pelo homem – outro traço fundamental do ideal de ciência moderna.

No que diz respeito às mudanças no escopo da economia que decorrem desta mudança metodológica centrada na adoção do cálculo marginal como instrumento essencial à análise econômica, o problema central da economia passa a ser a maximização da utilidade (ou do lucro, no caso das firmas) através da minimização do esforço (ou dos custos). As principais questões a serem respondidas, portanto, passam a ser a determinação dos preços de bens e fatores num sistema de mercado e as condições de maximização da utilidade dos consumidores (Deane, 1980). Percebe-se, então, que a teoria neoclássica não avança nas questões problemáticas da teoria clássica – quais sejam, principalmente aquelas concernentes à teoria do valor trabalho e da distribuição –, mas sim muda a ênfase da teoria econômica de maneira a acentuar outras questões, estas sim passíveis de serem respondidas através do uso do instrumental analítico marginalista.

Desta forma, o ponto focal da teoria econômica deixa de ser a produção e o valor – indagações que envolviam complexidades relacionadas a questões filosóficas, sociais e políticas – para se concentrar no mercado e nos preços (valores de troca) – tarefa passível de ser empreendida de maneira técnica e matemática (Deane, 1980). Esta ênfase da análise econômica nos fenômenos imediatos do sistema econômico – a troca e a circulação – reflete

o viés positivo da teoria neoclássica, uma vez que não há uma tentativa de investigar para além das aparências, seja no sentido de estabelecer uma relação entre a circulação de mercadorias e a produção das mesmas ou entre o valor de troca (preço) e valor – sendo considerações sobre este último praticamente excluídas da esfera teórica econômica.

Com isso, muitas questões típicas da economia política clássica simplesmente deixam de ser abordadas pelos neoclássicos, posto que são definidas como não econômicas ou não concernentes ao campo da economia. As categorias passam a ser vistas como puramente econômicas, isto é, como se dependessem exclusivamente da situação econômica existente e do problema econômico em si (Dobb, 1975). Desta forma, as determinações sociais e institucionais das variáveis econômicas deixam de possuir qualquer papel dentro da forma de observar o sistema econômico da teoria neoclássica, que pretende a neutralidade científica, política e ética como forma de alcançar o status de ciência exata. Assim, a economia se declara autônoma em relação às outras esferas do saber, limitando suas fronteiras, bem como seu alcance explicativo.

Esta restrição e limitação do campo econômico teve como um de seus determinantes fundamentais a orientação ideológica a que o marginalismo servia: a reafirmação de uma teoria individualista e liberal, que endossasse as políticas do *laissez faire* e a reprodução das relações sociais capitalistas. A teoria clássica, que cumpria este papel de defesa do ideal liberal até então, passava por um momento de questionamentos e impasses, principalmente no que diz respeito a sua teoria do valor. Nas décadas de 1870 e 1880, a hegemonia da economia política clássica passou a ser fortemente questionada tanto no que diz respeito às políticas que prescrevia, quanto aos seus princípios, valores, método e escopo (Mattos, 2008). Além das críticas teóricas provenientes dos autores marginalistas, havia ainda aquelas do “método histórico” e do “sentimento humanista” (Foxwell apud Mattos, 2008, p. 3)¹⁸. Ao contrário da primeira, estas duas últimas colocavam em cheque alguns princípios fundantes da ordem liberal, como a defesa do *laissez-faire* (Mattos, 2008).

Assim, nesta época, a filosofia individualista começou a sofrer diversos ataques, estando estes intrinsecamente conectados a alguns fatores sociais e políticos: a recessão

¹⁸ As críticas da escola histórica serão abordadas mais à frente, na seção II.3, quando será explanado o pensamento do Marshall. Como não é central para este trabalho, porém, não será feita uma exposição pormenorizada da mesma, bem como não será explorada a crítica humanista. Para maior aprofundamento do tema ver Mattos, 2008.

econômica na Europa no início da década de 1870; as dificuldades enfrentadas pela indústria britânica devido aos problemas trabalhistas nacionais e à concorrência internacional; o questionamento do dogma do não intervencionismo estatal diante dos problemas engendrados por uma sociedade industrial urbanizada; a maior clareza das desigualdades sociais proporcionada pela convivência nos centros urbanos, conjugada com a extensão do voto ao proletariado (Deane, 1980).

Neste contexto, a substituição da teoria clássica, que incluía fatores políticos e morais, por uma teoria que centra-se na noção supostamente mais científica de equilíbrio no mercado através da alocação racional dos recursos tornou-se um meio bastante eficaz de manutenção do status quo. Isto porque, desta forma, a distribuição desigual de renda e todos os demais problemas resultantes da política de livre mercado e de não intervencionismo estatal passaram a ser justificados através de argumentos supostamente apolíticos e neutros (Deane, 1980)¹⁹.

Desta forma, o abandono de diversas questões econômicas caras aos clássicos – como o bem estar, a distribuição, o crescimento e o desenvolvimento – foi justificado pela necessidade de manutenção do *status quo*. Este viés ideológico, porém, não era em nada explícito. Pelo contrário, os teóricos marginalistas, em suas tentativas de aproximar a economia das ciências exatas, reivindicavam a qualidade de uma ciência neutra e isenta de julgamentos éticos (Deane, 1980). Esta pretensão se reflete na tentativa de constituir uma ciência econômica pura empreendida por Walras. A abordagem axiomática e racionalista do objeto econômico por parte deste autor será o tema da próxima sessão.

¹⁹ Como será visto mais adiante no item II.3, Marshall foi o autor que mais se empenhou em criar um novo consenso na economia, cujo centro seria, obviamente, o método marginalista e a teoria neoclássica. Para tal, este autor agiu de maneira moderada e conciliadora em relação aos diversos críticos da economia política clássica, incorporando os questionamentos que considerava pertinentes e descartando os que considerava nocivos ao novo consenso (Mattos, 2008). Nas palavras de Mattos (2008): “por um lado, ele fez concessões às novas ideias sem, no entanto, tripudiar os antecessores, por outro, rejeitou várias das críticas, mas sempre valorizando algum aspecto do pensamento da corrente que as lançou” (p. 17).

III.2 – Revolução Marginalista e racionalismo: Walras e a Teoria do Equilíbrio Geral

Walras, em sua obra “Elementos de Economia Política Pura”, de 1874, formula a Teoria do Equilíbrio Geral (TEG), que constituiu, mais tarde, através dos neo-walrasianos, o núcleo duro²⁰ da teoria neoclássica (Ganem, 1996). Esta teoria é o cerne do que Walras denominou de economia política pura, isto é, aquela que se preocupa em estudar o fato da troca e do valor de troca – tidos pelo autor como fatos naturais – através do método matemático, isto é, de uma concepção racionalista e axiomática da ciência econômica (Walras, 1983).

Deve-se destacar, neste ponto, algumas diferenças fundamentais da teoria neoclássica em relação à abordagem clássica, em especial de Smith. Primeiramente, o viés empirista de Smith dá lugar a uma perspectiva axiomática – sobretudo em Walras – em que se pretende a demonstração lógico-matemática da ordem do mercado, baseada em hipóteses apriorísticas e em rigorosos axiomas.

Esta mudança não implica num abandono dos objetivos empiristas de previsão e transformação da realidade, como será visto mais adiante, mas significa que o modelo de referência deixa de ser baseado em observações empíricas e comprovações experimentais para fundar-se em raciocínios matemáticos abstratos, apriorísticos e ideais que não têm o real como ponto de partida. O mercado, então, passa a ser um mero operador técnico e lógico, cuja função consiste essencialmente em compatibilizar a oferta e a demanda, deixando de ser um operador da ordem social (Ganem, 2012).

Ainda que Walras admita que a economia política seja composta de outras áreas, como a economia política aplicada e a economia política social, o autor afirma que a economia política pura deve sempre precedê-las, tendo primazia dentro do estudo da economia, posto que considerada a única científica (Walras, 1983). Este ponto será melhor

²⁰ A noção de núcleo duro (ou rígido) de uma teoria foi formulada por Lakatos em sua Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. Segundo esta, os programas de pesquisa seriam compostos por um núcleo duro – rígido, imutável e infalsificável por decisão metodológica de seu formulador – no qual estariam as ideias fundamentais da teoria; e por um cinturão protetor composto por hipóteses e programas auxiliares – estes sim sujeitos à falsificação e mutáveis ao longo do tempo conforme novas descobertas e desenvolvimentos científicos ocorrem (Ganem, 1996; Valentin, 2003). Para aprofundar esta abordagem metodológica ver Lakatos, 1974.

explorado mais adiante, quando for abordada a distinção feita por Walras entre a ciência, a arte e a moral.

Prosseguindo, deve-se pontuar que, para Walras, a ciência econômica teria como fundamento o estudo das trocas dentro do mercado, que levariam ao equilíbrio, comprovando a harmonização – assim como em Smith – dos interesses particulares com o bem estar social. Por isso, pode-se dizer que a Teoria do Equilíbrio Geral é uma nova forma de expressão do projeto ortodoxo de “demonstrar a superioridade do mercado como elemento regulador da economia e constituinte da ordem (Ganem, 1996, p. 105). Assim, são fornecidos ao ideário liberal novos critérios de rigorosidade e uma nova forma de legitimação da sociedade de mercado.

Como já mencionado, porém, ao contrário de Smith – que parte de um método marcadamente empirista para construir sua teoria da mão invisível – Walras constrói sua teoria de maneira abstrata, ideal, apriorística e axiomática, se aproximando metodologicamente do racionalismo cartesiano. Assim, a Teoria do Equilíbrio Geral se constitui enquanto uma demonstração lógico matemática da ordem social do mercado, em que, partindo de hipóteses fortes, abstratas e ideais acerca do comportamento individual e das condições, o equilíbrio é atingido (Ganem, 1996). Tem-se como pressuposto, portanto, que ao objeto do conhecimento subjaz uma ordem intrínseca – característica marcante da racionalidade científica moderna – que é capaz de ser desvendada, segundo Walras, através do uso da razão pura.

Os pressupostos abstratos, axiomáticos e ideais dos quais o pensador parte - como a racionalidade maximizadora individual e a concorrência perfeita – resultam na formulação de leis gerais acerca da coordenação dos interesses particulares através do mecanismo de preços no âmbito do livre mercado. A busca por uma teoria pura e matemática acaba por afastá-lo de seu objeto. Confere-se primazia à coerência lógica, à clareza analítica e à pureza matemática em detrimento dos conteúdos (Ganem, 1996).

Este é um dos traços fundantes da lógica formal, para a qual verificação da coerência interna de um raciocínio é mais importante do que o objeto que pretende-se analisar (Lefebvre, 1991). Com isso, abandona-se toda a complexidade e contraditoriedade do objeto econômico, fundado em relações sociais e não em axiomas matemáticos.

O viés formalista e racionalista do método walrasiano se revela de forma bastante explícita na descrição que o autor faz do procedimento cognitivo da economia política pura:

a Economia Política Pura deve tomar da experiência tipos de troca, de oferta, de demanda, de mercado, de capitais, de rendas, de serviços produtivos, de produtos. Desses tipos reais deve abstrair, por definição, tipos ideais e raciocinar sobre estes últimos (...). Teremos assim, em um mercado ideal, preços ideais que terão uma relação rigorosa com uma demanda e uma oferta ideais. E assim por diante. (Walras, 1983, p. 24).

Observa-se, portanto, que a apreensão dos fenômenos é obtida através da abstração – isto é, do processo de separação e isolamento de um fenômeno do todo em que este se encontra inserido – através da qual se estabelecem relações rigorosas, leia-se matemáticas, que, por isso, podem ser transformadas em leis universais e inexoráveis.

Neste processo revelam-se alguns fundamentos essenciais da racionalidade científica moderna. O primeiro a ser mencionado é o mecanicismo, expresso na tentativa de estabelecer relações rigorosas formais entre os fenômenos, seguindo o modelo das ciências físicas. Por permanecerem isolados e idealizados no movimento de abstração, os fenômenos são considerados estáticos e a conexão entre eles se dá seguindo uma lógica funcional de causa e efeito. Não se admite, portanto, contradições no interior dos fenômenos – na verdade, de seus tipos ideais abstraídos – tampouco na relação entre eles.

Além disso, a separação dos fenômenos do todo em que se inserem implica em um tratamento dos mesmos que é ahistórico, ideal e com atributos inexoráveis. Há, neste movimento, uma naturalização da ordem capitalista, compreendida não como fenômeno sociohistórico, mas sim enquanto algo natural, exato e imanente à sociedade. Desta forma, perdem-se todas as determinações sociais, institucionais, éticas e políticas dos fenômenos, pretendendo assim que o conhecimento destes seja neutro cientificamente.

Esta autonomia da economia pura em relação às condições sociais, históricas, políticas e morais também se reflete na distinção que Walras faz entre ciência, arte e moral, bem como na classificação dos fenômenos em duas espécies de fatos: naturais e humanitários. Segundo o autor, os fatos humanitários são aqueles que “têm sua origem no exercício da vontade do homem, que é uma força clarividente e livre” (Walras, 1983, p. 16), ao passo que os fatos naturais são os que “têm sua origem no jogo de forças da Natureza, que são forças cegas e fatais” (idem).

A distinção mencionada, por si só, já se apresenta como fruto da dicotomia ser humano/natureza, que irá se expressar na separação sujeito/objeto tão característica da ciência moderna. Os indivíduos e a natureza são concebidos como instâncias totalmente separadas, sem que uma não tenha influência ou determinação sobre a outra. A natureza, então, é vista como algo externo e objetivo, guiada apenas por suas próprias forças.

A partir daí, Walras distingue a ciência, a arte – ou a ciência aplicada – e a moral de acordo com o tipo de fato que cada uma toma como objeto de estudo. A arte e a moral têm como matéria os fatos humanitários. Como a força da vontade do homem “se conhece e se possui” (Walras, 1983, p. 16), isto é, é consciente e deliberada, pode ser dirigida e governada, o que faz com que tanto a arte quanto a moral consistam numa série de regras de caráter prescritivo. A diferença é que, enquanto a primeira trata do que deve ser do ponto de vista do interesse ou da utilidade, a segunda trata daquilo que deve ser do ponto de vista da justiça e da equidade.

Esta diferenciação se origina de uma outra qual seja, a de que a arte trata da relação entre as pessoas e as coisas, enquanto a moral trata da relação dos indivíduos entre si. Uma vez que “a finalidade das coisas é racionalmente subordinada à finalidade das pessoas” (Walras, 1983, p. 16), a relação que se dá entre pessoas e coisas toma como base o interesse dos indivíduos, para os quais as coisas devem fornecer utilidade. Já no que diz respeito à relação dos indivíduos entre si, esta deve ser de coordenação, uma vez que a finalidade de uma pessoa não pode subordinar-se à de nenhuma outra. Disto provém “a reciprocidade do direito e do dever existente entre as pessoas” (Walras, 1983, p. 17), isto é, a necessidade de se pensar estas relações do ponto de vista da justiça social.

Porém, nenhum destes dois campos do conhecimento é científico em seu sentido puro, segundo Walras. Isto porque a ciência pura tem como objeto de estudo os fatos naturais. Justamente por estes serem forças “cegas e fatais”, cabe à ciência apenas observar, expor e explicar, não havendo nenhuma pretensão prescritiva. Observa-se, mais uma vez, a concepção característica da racionalidade científica moderna, segundo a qual a natureza seria externa e independente em relação aos indivíduos e a prática humana. Incorre-se, assim na dualidade sujeito/objeto.

A divisão postulada por Walras é endossada por Neville Keynes em sua obra “Campo e Método da Economia Política”, de 1890, na qual este autor disserta sobre a nova

metodologia e o novo campo da economia surgidos com a Revolução Marginalista (Deane, 1980). Segundo Neville Keynes, o campo da economia política que deve ser abordado primordialmente, tendo precedência sobre os outros²¹ é o da economia positiva, que seria “um corpo de conhecimento sistematizado (...) interessado somente no que é (...) cuja incumbência total consiste em estabelecer leis ou uniformidades econômicas” (Neville Keynes apud Deane, 1980, p. 139).

A primazia deste campo, que pode ser identificado com a ciência econômica, se dá através da suposição de que apenas as delimitações da economia positiva, expressas em suposições abstratas e restritivas, poderiam determinar leis quantificáveis e universais (Deane, 1980). Ainda que não representasse a totalidade da economia política, a economia positiva deveria ser “o ponto de partida lógico e o pré-requisito essencial para quaisquer considerações normativas ou de formulação política, ou para qualquer investigação empírica relacionada” (Deane, 1980, p.140). Percebe-se portanto a semelhança desta definição com aquela dada por Walras, o que permite constatar como esta caracterização da economia enquanto ciência se difundiu no pensamento econômico.

Dando prosseguimento à exposição do ideal de ciência de Walras, deve-se apresentar o que o autor considera como sendo objeto da ciência econômica pura. Sendo a economia, na concepção walrasiana, o estudo da riqueza social²², cabe questionar que aspecto desta é interpretado como um fato natural de forma que possa ser apreendido e explicado pela ciência pura. Aí já é possível perceber um importante traço da racionalidade científica moderna, em especial em sua expressão nas ciências sociais, qual seja, a adequação do objeto ao método. Isto porque Walras primeiro formula qual deveria ser o objeto da ciência para então buscar na economia fenômenos que se encaixem nos critérios estabelecidos. O autor prossegue da seguinte maneira.

²¹ Neville Keynes, assim como Walras, postula a existência de mais dois campos da economia política: o campo normativo ou regulador (que pode ser interpretado como equivalente ao campo da moral) e o campo da arte (Deane, 1980).

²² A riqueza social é definida da seguinte forma por Walras: “Chamo de riqueza social o conjunto de coisas materiais ou imateriais (...) que são raras, isto é, que nos são, por um lado, úteis e que, por outro, existem à nossa disposição apenas em quantidade limitadas” (Walras, 1983, p. 19). Esta definição de Walras está inserida no contexto da afirmação de que o problema central da economia é a “alocação de recursos escassos para fins alternativos”. Esta, por sua vez, está intrinsecamente ligada com a mudança ocorrida na teoria do valor e a formulação do princípio da utilidade marginal – equivalente ao conceito de “raridade” de Walras. Uma análise mais detida destes dois temas já foi feita na seção III.1 e, portanto, será dispensada nesta seção.

Ao analisar as consequências da raridade, Walras postula que o fato de determinadas coisas serem úteis e limitadas em quantidade possui as seguintes decorrências: são apropriáveis, isto é, podem tornar-se propriedade de um indivíduo ou alguns indivíduos; são passíveis de serem produzidas industrialmente, uma vez que há interesse em aumentar sua quantidade; e são permutáveis, isto é, podem ser trocadas por outras coisas raras.

Dentre estes três fatos decorrentes das propriedades da riqueza social aqueles considerados como naturais por Walras são a troca e o valor de troca²³. Isto porque, segundo Walras, o enunciado de que determinada mercadoria equivale à determinada quantia de dinheiro “não resulta nem da vontade do vendedor, nem da vontade do comprador, nem de um acordo entre os dois” (Walras, 1983, p. 22), mas tão somente de suas circunstâncias naturais, quais sejam sua utilidade e quantidade limitada²⁴.

Abordando o valor de troca e a troca como fatos naturais, Walras aprofunda a cisão sujeito/objeto, uma vez que postula estes dois fenômenos, seu caráter e suas leis, como sendo externos em relação ao sujeito. Segundo Walras, é justamente por isso – e também pelo fato de que o valor de troca é uma grandeza mensurável – é possível apreender o valor de troca através do método matemático, esterilizando-o em leis fixas e imutáveis.

Mais ainda, novamente se expressa a tentativa de independentizar a economia de suas determinações sociais, políticas e históricas. O fato, por exemplo, de que à troca subjazem relações de propriedades que são determinantes para este processo é completamente ignorado por esta abordagem, que se pretende neutra e exata. Assim, observa-se também a naturalização dos fenômenos, que deixam de ser compreendidos dentro de seus determinantes históricos e sociais, isto é, dentro do contexto da sociedade capitalista.

Percebe-se, portanto, que há uma grande aproximação do ideal de ciência moderna, na medida em que empreende-se um esforço para construir “uma ciência em tudo

²³ O fato da indústria e da propriedade, segundo Walras, devem ser objeto de estudo da economia política aplicada e da economia social, respectivamente. Para um maior detalhamento da concepção walrasiana acerca destes dois campos de estudo ver a Lição IV da Seção I do “Compêndio dos Elementos de Economia Política” (1983).

²⁴ Walras (1983) ressalva que isto não significa que os indivíduos não possam influenciar os preços das mercadorias. É possível modificar as condições em que o valor se constitui, bem como criar empecilhos para que o preço reflita de fato o valor da mercadoria. No entanto, não é possível mudar o caráter e as leis do valor, estando estes fora do alcance da ação humana.

semelhante às ciências físico-matemáticas” (Walras, 1983, p. 23). No entanto, a falta do viés empirista afasta a teoria deste mesmo ideal, que tem no experimentalismo um forte componente, sendo a síntese newtoniana justamente a combinação entre os raciocínios indutivo e dedutivo. O empirismo, como será visto mais adiante, é introduzido de maneira mais significativa na teoria neoclássica através das formulações de Marshall (1982), para quem a referência à realidade é de extrema importância na construção dos modelos teóricos e das leis científicas.

Deve-se ressaltar que, ainda que descarte a referência à experiência como forma de comprovar suas teorias, Walras (1983) afirma que o retorno à realidade deve ser feito no sentido de aplicá-las. Isto porque, devido ao seu grau de abstração e idealização, os conceitos e determinações provenientes da análise matemática dos objetos do conhecimento não são confrontáveis com a realidade, uma vez que a experiência só pode confirmar aproximadamente os postulados de uma ciência pura.

No entanto, ainda que não sejam comprováveis, afirma Walras, estes mesmos tipos ideais podem originar aplicações bastante fecundas e úteis, fornecendo soluções para problemas práticos (Walras, 1983). Sendo assim, deve-se atentar para o fato de que, ainda que no âmbito de uma construção teórica racionalista, está presente na Teoria do Equilíbrio Geral o ideal pragmático de interferência e transformação da realidade através da ciência, outro traço marcante da racionalidade científica moderna – e que inclusive remete a suas características mais empíricas.

Como um exemplo consistente da face empirista da Revolução Marginalista será apresentada a teoria de Marshall. Este autor privilegiou os fenômenos empíricos das teses marginalistas em detrimento da formalização matemática, alcançando um público muito maior com a sua obra, que acabou se tornando um dos grandes instrumentos de divulgação do marginalismo. Mais ainda, através da teoria do equilíbrio parcial, Marshall aproximou o neoclassicismo e o marginalismo da realidade. A orientação empirista do autor, bem como seus critérios de demarcação científicos, serão melhor explorados na próxima seção.

III.3 – Revolução Marginalista e empirismo: Marshall e a teoria do equilíbrio parcial

Marshall é considerado um dos fundadores do paradigma neoclássico, deixando de lado tanto a filosofia hedonista de Jevons quanto a excessiva formalização matemática de Walras para se concentrar na determinação dos preços de equilíbrio através da interseção entre oferta e demanda (Deane, 1980). O autor, diante da crise pela qual passava a ortodoxia econômica e da própria economia nas décadas de 1870 e 1880, empenhou-se em gerar um novo consenso através da afirmação do marginalismo e da teoria que, mais tarde, seria denominada neoclássica. Esta tarefa foi empreendida por Marshall sem, no entanto, adotar um tom de crítica radical em relação à economia política clássica²⁵ – como faziam outros autores marginalistas – e incorporando críticas de outras correntes teóricas, como a escola histórica e os pensadores humanistas (Mattos, 2008).

O sucesso obtido por Marshall na construção de uma nova ortodoxia pode ser relegado, em grande parte, à sua abordagem menos matematizada e mais próxima do real, características que se expressam na teoria do equilíbrio parcial. A análise do equilíbrio parcial de Marshall – em que o autor se propunha a investigar as condições de equilíbrio de um mercado específico, supondo tudo mais constante nos demais mercados – tem importantes implicações.

Primeiramente, ao abandonar a pretensão de equilíbrio geral de Walras, torna mais simples e acessível a determinação dos preços através das técnicas de cálculo marginal (Deane, 1980) – um dos elementos que coloca este autor como um dos principais divulgadores da teoria neoclássica e do método marginalista. Em segundo lugar, aproxima o marginalismo e a teoria neoclássica da realidade, pois visa construir um instrumento analítico a ser aplicado a problemas particulares (Hicks, 1934). Esta aproximação do real e o valor dado por Marshall a fundamentos empíricos na formulação de uma teoria serão abordados mais adiante. Antes, porém, cabe ressaltar as semelhanças deste autor com os demais marginalistas – principalmente Walras, colocado na seção anterior como o

²⁵ Marshall tentou afirmar a existência de alguns pontos de continuidade do marginalismo em relação à economia política clássica na tentativa de atrair os economistas formados nesta tradição para o novo consenso que buscava formar. Com esta atitude, porém, acabou por escamotear algumas rupturas importantes, que, não obstante, estavam presentes em sua teoria (Mattos, 2008).

formulador daquilo que constitui o núcleo duro da teoria neoclássica, a Teoria do Equilíbrio Geral.

Ainda que Marshall tenha se distanciado de Walras em alguns aspectos, Hicks (1934) afirma que as diferenças entre os dois autores se dá muito mais no campo de seus interesses do que no campo concernente às técnicas utilizadas²⁶. Afinal, os dois teóricos fazem parte da mesma escola de pensamento, além de partilhar do mesmo método, qual seja, o marginalismo.

Além disso, analisando a obra de Marshall, pode-se dizer também que as semelhanças se dão não somente no que diz respeito às técnicas, mas também em relação à concepção dos autores de ciência, da economia e das principais questões a serem abordadas por ela. Como será visto a seguir, por mais que Marshall faça ressalvas e ponderações ao longo de sua exposição, as conclusões a que chega em última instância são extremamente próximas às de Walras. Por suposto, os dois partilham do mesmo paradigma.

A começar, Marshall, obviamente, compartilha da noção de valor baseado na utilidade e também da utilização das técnicas de cálculo marginal para a determinação do mesmo. Assim como os autores inaugurais do marginalismo, a concepção marshalliana é de que os fenômenos estudados pela economia são passíveis de quantificação e mensuração²⁷ e, para além disso, que os métodos quantitativos são mais precisos cientificamente (Marshall, 1982). Observa-se, portanto, que este autor segue o mesmo ideal quantitativista e matemático da racionalidade científica moderna, bem como a ideia de que o objeto econômico deve se adequar ao método matemático.

Apesar de reconhecer a economia como uma ciência social, o autor afirma que esta ciência está em busca de um lugar no grupo das ciências exatas pelo fato de estar sempre tentando tornar suas teorias e medidas mais precisas. O que torna possível esta aproximação em relação às ciências exatas através da mensuração e quantificação das variáveis econômicas é o fato de que a economia se concentra em estudar os “motivos que

²⁶ Nas palavras de Hicks (1934): “como os seguidores de Walras não podem se dar ao luxo de serem filósofos puros, e os marshallianos têm seus momentos de reflexão, os dois sistemas tenderam inevitavelmente a avançar um sobre o outro com o passar dos anos” (p. 338, tradução livre).

²⁷ “Cria-se a oportunidade para os métodos e exames científicos tão depressa a força dos motivos de uma pessoa – não os motivos em si mesmos – possa ser aproximadamente medida pela soma de dinheiro que essa pessoa dependerá para obter uma desejada satisfação, ou, do mesmo modo, pela soma necessária para induzi-la a suportar certa fadiga” (Marshall, 1982, p. 33).

afetam, de um modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte comercial da vida” (Marshall, 1982, p. 33).

Segundo Marshall (1982), a parte comercial é exatamente a “parte da vida humana onde a ação dos motivos é suficientemente regular para poder ser predita, e onde o cálculo das forças motrizes pode ser verificado pelos resultados” (p. 42). Por isso, seria possível construir a economia sobre uma base científica, isto é, de acordo com a concepção de ciência da modernidade, seguindo os moldes das ciências exatas.

As motivações individuais mencionadas por Marshall como sendo objeto do estudo econômico são aquelas provenientes do desejo de ganho. Este, afirma o autor, é apenas um dos diversos motivos que impulsionam a ação individual – nos quais estão inclusos o desejo de aprovação e adequação. Os últimos, porém, não podem ser mensurados, descritos analiticamente e nem traduzidos em termos de leis (Marshall, 1982). Por isso, não podem ser objetos de estudo da economia. Percebe-se, mais uma vez, que há uma determinação do objeto da ciência em razão do método a ser utilizado. Com isso, o escopo da economia se reduz para adequar-se ao ideal metodológico matemático, expressando a primazia do método em relação ao objeto – sua natureza e seus conteúdos.

No que diz respeito à visão do indivíduo como um agente calculador, Marshall admite que nem toda ação humana é deliberada e resultante de um cálculo. No entanto, esta ponderação é seguida da afirmação de que, não obstante, as ações humanas estudadas pela economia são aquelas mais frequentemente provenientes de uma ponderação racional e de uma conduta deliberada (Marshall, 1982). Mesmo quando as ações econômicas são resultantes de hábitos e costumes, estes últimos geralmente são frutos de análises e ponderações passadas.

Assim, em última instância, Marshall acaba por endossar a hipótese do homem econômico racional²⁸, o que se expressa em sua afirmação de que “a parte mais sistemática

²⁸ Marshall (1982) afirma que os economistas, em suas análises e previsões, “consideram o homem tal como ele é: não um homem abstrato ou ‘econômico’” (p.42). Esta afirmação, porém, pode ser vista mais como uma crítica à concepção puramente dedutiva e axiomática da economia e do indivíduo, buscando aproximar estas definições da realidade, do que uma crítica à concepção do indivíduo como um agente calculador. O autor ratifica a ideia de homem econômico racional ao postular que a economia trata da parte da vida humana em que as ações costumam ser mais deliberadas, racionais e sistemáticas, ainda que o faça a partir de uma base empírica e não apenas como uma hipótese axiomática. Mais ainda, esta afirmação expressa uma concepção do indivíduo como algo que pode ser fragmentado em diversos compartimentos, sendo cada um passível de ser analisado por uma ciência. Esta ideia endossa a noção científica moderna de que é possível fragmentar o

da vida das pessoas é aquela que elas consagram ao ganho de seu sustento” (Marshall, 1982, p. 38). Assim, reafirma-se a possibilidade de previsão e sistematização mecânica do comportamento humano, características típicas da racionalidade científica moderna, que visa a tradução de todos os fenômenos possíveis às expressões matemáticas e a consequente formulação de leis exatas e inexoráveis.

Assim como os demais autores neoclássicos, Marshall concebe a economia como sendo autônoma e neutra em relação às questões morais e políticas. Segundo o autor, uma vez que as motivações individuais não são estudadas em si, mas sim em suas manifestações, diferentes motivações que geram ação de mesma intensidade são tratadas como iguais no estudo econômico. À economia, portanto, não caberia promover o julgamento ético e nem a investigação dos fundamentos psíquicos ou sociais das ações humanas. Nas palavras do próprio autor:

Evidentemente, não compete à Economia tomar partido em controvérsias de ética: e desde que existe um acordo geral em que todos os incentivos à ação, uma vez que sejam desejos conscientes, podem com propriedade ser considerados sumariamente como desejos de ‘satisfação’ – é possível, por conseguinte, que melhor seja usar esta expressão em vez de ‘prazer’, quando nos referirmos aos fins de todos os desejos, pertençam eles à parte superior ou inferior da natureza humana. (Marshall, 1982, p. 35, nota de rodapé)

No que diz respeito à política, Marshall afirma que a economia deve ser útil para esclarecer quais fins o Estado deve perseguir e qual a melhor maneira de fazê-lo. Neste argumento de viés pragmático e empirista pode-se observar uma diferença em relação aos demais autores do paradigma neoclássico. Paradoxalmente, porém, Marshall afirma que, ao se engajar nestas tarefas, a economia não deveria se envolver em discussões partidárias, abstraindo as circunstâncias políticas. Por isso, o autor propõe que se utilize somente o termo “economia” para definir a ciência econômica, posto que “economia política” teria um uso mais restrito.

Desta exposição, pode-se depreender que o ideal de uma ciência livre de determinações políticas, sociais e morais – campos considerados pouco científicos, por serem concernentes a aspectos das relações humanas caracterizadas pela mutabilidade,

objeto do conhecimento para depois reconstruí-lo segundo uma ordem racional ao mesmo tempo em que afirma a possibilidade de separar, mesmo no interior da consciência individual, a economia da política e da moral.

incerteza e complexidade – também se encontra expresso em Marshall. Assim, reafirma-se a economia como um campo do saber em que devem estar presentes, como atributos necessários, a exatidão e a coerência – reflexo, mais uma vez, da lógica formal subjacente à racionalidade científica moderna.

Cabe agora, então, apontar os pontos de divergência de Marshall em relação ao núcleo teórico neoclássico. O cerne da distinção está no modelo cognitivo elegido para sua construção teórica. Enquanto Walras afirma a ciência pura como aquela que segue os princípios do racionalismo, baseado no apriorismo e na dedução, não podendo nunca ser experimental, Marshall afirma que

[...] todos os recursos para a descoberta das relações de causa e efeito, expostos em tratados sobre método científico têm de ser utilizados oportunamente pelo economista. Não há método de investigação que possa ser propriamente denominado o método da Economia. Mas, todos os métodos lhe podem ser úteis no devido tempo, tanto isolados como em combinação uns com os outros. (Marshall, 1982, p. 43)

Assim, tanto a indução quanto a dedução devem ser utilizadas para a construção teórica econômica²⁹.

A importância da dedução é reconhecida pelo autor em sua afirmação de que os fatos só são úteis se interpretados pela razão. Ademais, Marshall reconhece que há partes da economia que tratam de proposições gerais, sendo abstratas ou puras, o que faz com que não possam ser adaptadas a casos particulares. No entanto, há, na concepção marshalliana, também uma outra parte da economia, qual seja, aquela que trata de questões mais específicas e, portanto, leva em consideração dados da realidade.

Assim, diferentemente de Walras, Marshall afirma a importância dos fatos e da experiência para a formulação de uma teoria econômica. O autor afirma que a solidez científica da economia é proveniente do fato de que seus objetos de estudo são fenômenos passíveis de observação e mensuração, o que torna possível a solução de controvérsias a partir da simples confrontação com os dados (Marshall, 1982). Observa-se nesta afirmação um forte traço empirista, posto que a possibilidade de comprovação empírica da teoria tem papel fundamental na afirmação de sua cientificidade.

²⁹ Sobre esta questão, Marshall cita Schmoller: “A indução e a dedução se fazem tão necessárias para o pensamento científico, como os pés direito e esquerdo são necessário para a marcha” (Schmoller apud Marshall, 1982, p. 43).

Mais ainda, Marshall postula que os enunciados científicos só se tornam leis depois de serem postos à prova de diversas maneiras e por diversas vezes, além de terem obtido êxito preditivo. Nas palavras do autor:

[...] depois de postos à prova por muitas observações independentes e especialmente depois de terem sido aplicados com êxito na previsão de acontecimentos iminentes, ou do resultado de novas experiências, ganham foro de leis. (Marshall, 1982, p. 44).

Novamente, a comprovação empírica é posta como um significativo critério de cientificidade, justamente aquele que autoriza um enunciado a se tornar lei. Aqui deve-se apontar para uma ressalva importante feita por Marshall, qual seja, a de que as leis econômicas, ainda que tratem de um ramo da atividade humana sistemático e cujas variáveis são mensuráveis, são enunciados de tendência.

Estas afirmações de Marshall o distanciam da concepção matemática e axiomática de Walras e apresentam sua perspectiva empirista. Assim, este importante componente da racionalidade científica moderna – a fundamentação nos fatos e a comprovação empírica – é introduzido na teoria que surge da revolução marginalista. Mais ainda, por mais que em Walras estivesse presente a relevância da aplicação empírica da teoria – mas não da comprovação –, em Marshall este fato se torna mais premente. Isto porque, enquanto o modelo de equilíbrio geral walrasiano é de difícil aplicação na realidade, devido a complexidade de suas interdependências, o modelo de equilíbrio parcial marshalliano possui uma operacionalidade relativamente mais simples, possibilitando sua aplicação efetiva.

A importância dada aos fatos empíricos e, portanto, à história, é, em parte, causa da incorporação de críticas dos autores adeptos do “método histórico”³⁰ (Mattos, 2008). Estes autores, mesmo em suas diferenças, questionam a maneira apriorística e dedutiva de fazer ciência, o que tem como consequência o questionamento da inexorabilidade das leis econômicas. Marshall admite que o objeto da economia é dinâmico e histórico, sendo

³⁰ Foxwell (apud Mattos, 2008) agrega autores de correntes de pensamento muito distintas sob essa denominação. Esta agregação pode ser questionada em diversos aspectos, como no que diz respeito à forma como a história é tratada por cada autor. No entanto, o que se pretende neste trabalho é apontar para o fato de que a importância dada à história por um grande número de pensadores de relevo à época teve uma influência significativa no pensamento de Marshall.

necessário considerar diferenças culturais, sociais e institucionais na análise de cada fenômeno econômico (Mattos, 2008).

No entanto, o cerne da teoria marshalliana e principal legado da mesma, qual seja, a teoria do equilíbrio parcial, não incorpora estes fatores não econômicos mencionados – ainda que seja constantemente ilustrada e embasada em dados e fatos da história – e tampouco parte de um método que considera as mudanças e complexidades associadas a um tratamento histórico do objeto econômico. Assim, a influência deste pensamento histórico se expressa principalmente no viés empirista da teoria marshalliana, mas não tem implicações no tratamento e concepção do objeto, uma vez que o método aplicado a este o considera como ahistórico, exato e quantificável.

Por fim, deve-se observar que a história, para Marshall, deveria sempre ser analisada e explicada racional e teoricamente, não sendo possível descartar a dedução, como pleiteavam alguns autores do método histórico (Mattos, 2008). Com isso, mais uma vez observa-se a conjunção feita por Marshall entre os métodos indutivos e dedutivos na construção de sua teoria econômica.

Portanto, ainda que a Teoria do Equilíbrio Geral de Walras constitua o núcleo duro da teoria neoclássica – o que atesta a importância do caráter axiomático e matemático da mesma, que, por isso, se distancia em parte do ideal de ciência moderna expresso exemplarmente na síntese newtoniana –, a teoria do equilíbrio parcial de Marshall ocupa um lugar estratégico no edifício teórico construído a partir da revolução marginalista. É possível afirmar, seguindo a metodologia lakatosiana, que a teoria marshalliana é parte relevante do cinturão protetor do programa de pesquisa neoclássico. Assim, por mais que tenha importância secundária em relação ao modelo de equilíbrio geral, que segue sendo a referência teórica neoclássica, o modelo de equilíbrio parcial restabelece dentro desta algumas propriedades fundantes da racionalidade científica moderna, notadamente aquelas concernentes ao empirismo³¹.

³¹ Aqui cabe apresentar a observação feita por Ganem (1996) de que a tentativa de introduzir imperfeições ao ideal da teoria do equilíbrio geral de forma a aproximá-la da realidade acaba por levar à impossibilidade de manter seus pressupostos ou resultados essenciais. Assim, a ideia de que seria possível alcançar uma teoria mais realista através da subtração ou adição de hipóteses dentro de um quadro teórico axiomático é ilusória. Isto, porém, não impediu que o modelo de equilíbrio parcial fosse amplamente utilizado na divulgação da teoria neoclássica, sendo especialmente presente nos livros-texto de economia.

Este capítulo pretendeu situar a Revolução Marginalista e a teoria dela proveniente dentro da concepção de ciência da modernidade. Como se pode observar, houve certamente um aprofundamento em relação a várias características da racionalidade científica moderna, como a neutralidade, a ahistoricidade, a aproximação das ciências físicas e a utilização do método matemático como principal critério de cientificidade. Agravou-se, portanto, a separação sujeito/objeto já presente na teoria econômica anterior, bem como a pretensão de tornar a economia uma ciência independente de outras áreas das ciências humanas. O tratamento de uma ciência social através de critérios provenientes das ciências exatas resultou na primazia do método em relação ao objeto, que deixou de ser considerado em diversos de seus aspectos. Este, porém, não era o único caminho epistemológico possível. No próximo capítulo será abordado o método do materialismo histórico dialético de Marx como uma alternativa para a apreensão da realidade e construção do conhecimento.

Capítulo IV – Marx e o materialismo histórico dialético: um outro caminho possível

No mesmo século em que se deu a Revolução Marginalista, um outro pensador, também crítico à economia política clássica, pretendeu formular uma nova abordagem à economia política. Este pensador era Karl Marx (1818 – 1883), autor cujo método – o materialismo histórico dialético – será abordado neste capítulo enquanto um caminho alternativo àquele trilhado pelos que seguiram o modelo de racionalidade científica moderna, no qual se espelharam as ciências sociais em seu processo de constituição e desenvolvimento ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Deve-se ressaltar que, ainda que seja crítico aos principais alicerces do modelo de ciência predominante na modernidade, a teoria de Marx contém alguns traços característicos da modernidade. O primeiro deles a ser destacado é o fato de que Marx se propõe a dar uma explicação sistêmica e geral para a sociedade capitalista. Mais ainda, esta explicação tem a pretensão marcadamente moderna de compreender a ordem social sem que seja necessário recorrer a fatores divinos. No entanto, diferentemente da racionalidade científica moderna, esta explicação tem como base a lógica dialética e a filosofia materialista – o que significa que difere essencialmente das explicações dominantes, baseadas na lógica formal e em filosofias metafísicas/idealistas –, implicando que as determinações e categorias a que a teoria marxiana chega são abertas, dinâmicas e históricas. Assim, está implícita a noção moderna de que é possível explicar e analisar a realidade como um todo, alcançando a verdade em alguma instância. Esta verdade, porém, não é vista de maneira acabada e fechada, mas sim enquanto algo mutável e aberto.

O outro traço que permite inserir Marx na esfera da modernidade é o fato de que o pensador propõe um projeto de transformação da sociedade, estando subjacente a isto a noção da racionalidade científica moderna de que é possível interferir na realidade, modificando-a. No entanto, à diferença do que se apresenta na racionalidade científica moderna, Marx pensava esta mudança como fruto das condições materiais, que então se refletiam nas ideias – e não o contrário, ideias que dariam origem a uma mudança. Mais ainda, esta mudança seria fruto de um processo histórico e social, e não da ação individual de sujeitos autônomos.

Cabe agora, então, analisar mais detidamente o método proposto por Marx em sua teoria – da qual, aliás, este não pode ser dissociado – apresentando os principais contrastes deste com os princípios fundamentais da racionalidade científica moderna. Deve-se atentar para o fato de que, justamente por partir de um ponto de vista em que teoria e método, ontologia e epistemologia, são instâncias inseparáveis e que se determinam mutuamente, Marx não produziu um texto que explicitasse seu método de maneira completa. Há um trecho da introdução de sua obra “Para a Crítica da Economia Política” (1982 [1859]), intitulado “O Método da Economia Política”. Este texto, porém, ainda que tenha esclarecimentos importantes de diversos pontos do método marxiano, não contém uma elaboração pormenorizada e abrangente de todos os aspectos deste. Por isso, serão utilizados tanto trechos de outros textos de Marx – com destaque para “O Capital”, principal obra deste autor no campo da economia política – quanto análises e exposições de diversos comentadores da obra deste pensador.

IV.1 – A economia política como chave para a compreensão da sociedade capitalista e o materialismo histórico

Nesta seção será apresentada a filosofia materialista de Marx, que baseia a abordagem teórico metodológica deste autor e tem como cerne a ideia de que há uma primazia das condições materiais em relação à consciência, sendo a primeira, em última instância, o que determina a última³². Desta concepção filosófica, Marx retira a noção de que a compreensão da forma como os indivíduos produzem e reproduzem sua vida material é um dado necessário para compreender a sociedade como um todo. Mais ainda, o pensador afirma a necessidade de compreender a materialidade dentro de suas especificidades sociohistóricas, o que resulta numa aceção dinâmica e mutável da realidade e do pensamento. Desta forma, postula a economia política – compreendida fundamentalmente

³² Como será visto mais adiante, esta determinação não se dá de maneira unívoca e linear, mas sim – respeitando os princípios da lógica dialética – de maneira recíproca, supondo a implicação mútua destas duas instâncias. Assim, Marx não opera com os dualismos consciência/realidade, matéria/espírito, indivíduo/sociedade, sujeito/objeto típicos da racionalidade científica moderna.

enquanto uma teoria social – como chave para a apreensão da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista.

Marx inicia sua trajetória teórica no estudo da filosofia e, posteriormente, do direito. No entanto, no decorrer de sua análise crítica da sociedade capitalista – suas formas e relações sociais – através destas duas instâncias, o pensador chega à seguinte conclusão:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas, nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida (...) a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (Marx, 1982, p. 25).

Neste trecho está expressa a ideia materialista de que as condições materiais determinam, em última instância, a consciência³³. Deve-se ressaltar que a perspectiva materialista marxiana foi construída em grande medida a partir de sua crítica da dialética de Hegel, fundada no idealismo³⁴. Marx assinala, no epílogo da segunda edição de “O Capital”, que, ainda que o método dialético exposto por Hegel esteja correto em diversos aspectos, este deve ser invertido para que se possa descobrir seu núcleo racional por detrás da mistificação³⁵. A mistificação de que fala Marx é o fato de que, em Hegel, o ponto de partida e chegada do pensamento seria a Ideia Absoluta, um ente metafísico, autônomo diante da história e da realidade (Corazza, 2003). Isto porque, do ponto de vista hegeliano, a sociedade seria apenas mais uma forma de manifestação do devir da “Ideia”, sendo o real um produto do espírito, do pensamento humano (Kohan, 2003).

³³ Aqui deve-se ressaltar que, para Marx, o conhecimento da produção material da sociedade capitalista não é suficiente para dar conta de toda riqueza e complexidade das relações sociais dentro de tal sociedade. No entanto, segundo Marx, a compreensão das relações sociais de produção é, de fato, necessária e indispensável para um conhecimento completo das outras dimensões da sociedade capitalista baseada no modo de produção capitalista (Netto, 2011). Não obstante, pode-se questionar a primazia dada à produção material em relação à consciência por Marx, tarefa que não será empreendida neste trabalho, mas que pode render frutos e questionamentos de grande valia no estudo da economia e da sociedade.

³⁴ Segundo Lênin (apud Netto), Marx constituiu sua elaboração teórico-metodológica a partir da crítica de três correntes de pensamento: a filosofia alemã, em especial a dialética de Hegel e o materialismo de Feuerbach; a economia política inglesa, em especial o pensamento de Smith e Ricardo; e o socialismo utópico francês, expresso principalmente nas ideias de Proudhon. A crítica aos filósofos alemães será abordada nesta seção, ao passo que a crítica à economia política inglesa permeará diversos pontos da exposição. Devido à pouca contribuição em relação ao tema abordado neste capítulo, a crítica aos socialistas utópicos não será apresentada.

³⁵ “A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.” (Marx, 1984a, p. 20/21).

Marx, contrariamente, afirma que o ponto de partida e chegada do pensamento deve ser a realidade material, que, por sua vez, existe antes e independentemente da consciência (Germer, 2003). É neste sentido que Marx escreve:

Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 1984a, p.20).

Em sua crítica do idealismo hegeliano, Marx se valeu das ideias de Feuerbach, filósofo alemão materialista. Este último autor, no entanto, enxergava o ser humano como sendo um produto da natureza, visão criticada por Marx, que definia o ser humano como sendo fundamentalmente social (Corazza, 2003). Assim, percebe-se que o materialismo proposto por Marx não está centrado na materialidade físico-natural das substâncias, mas sim na materialidade das relações sociais (Kohan, 2003). Por isso, a importância e primazia em relação à lógica dada por Marx à história – e daí, portanto, a denominação de seu método como “materialismo histórico”.

Desta perspectiva materialista histórica, portanto, é possível compreender a ideia de Marx de que a prática humana – a forma como os indivíduos produzem e reproduzem suas vidas – deve ser a base para compreensão de todos os outros aspectos da sociedade³⁶. Mais ainda, sendo a sociedade capitalista uma forma específica de sociedade, historicamente determinada, deve-se tomar como fundamento para sua compreensão seu modo de produção específico, qual seja, o capitalista (Corazza, 2003).

No entanto, isto não significa que haja um determinismo mecânico, linear, unidirecional e simplista de uma esfera em relação à outra, como fazem crer muitos críticos da teoria marxiana – e também alguns teóricos marxistas –, uma vez que o método dialético adotado por Marx se baseia em relações de determinação recíprocas, complexas e

³⁶ Esta noção se expressa também na formulação de Marx de que a produção deve ser compreendida como um momento dominante em relação à troca, à distribuição e ao consumo, ainda que estes processos façam parte da mesma totalidade, qual seja, o modo de produção capitalista. Isto resulta do fato de que “a produção se expande tanto a si mesma (...) como se alastra aos demais momentos. O processo começa de novo sempre a partir dela. Uma [forma] determinada de produção determina, pois [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas desses diferentes fatores entre si.” (Marx apud Netto, 2011, p. 39/40).

contraditórias. O que está posto é uma primazia do fazer em relação ao pensar, da materialidade em relação à consciência (Germer, 2003).

Esta ideia é expressa de maneira exemplar em um famoso trecho da obra de Marx:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a consciência. (Marx, 1982, p. 25)

Disto, porém, não se deve depreender que os sujeitos possuem um papel passivo em relação à história e às práticas materiais. Pelo contrário, são os indivíduos, inseridos em suas relações sociais, que produzem e reproduzem sua sociabilidade e sua realidade enquanto sujeitos (Konder, 2007). Assim, o que se tem é que o indivíduo isolado não é capaz de influenciar as relações e determinações sociais com que se defronta e que o condicionam. No entanto, o indivíduo entendido enquanto ser social é justamente aquele que produz a história e a sociedade (Germer, 2003). Estas duas instâncias – indivíduo e sociedade ou indivíduo e história– devem ser entendidas dialeticamente em uma relação de condicionamento mútuo, se determinando reciprocamente.

Nas palavras de Corazza:

A natureza da relação indivíduo-sociedade só pode ser entendida, dialeticamente, como relação do todo com suas partes, como relação do fenômeno e essência. (...) nem os indivíduos podem ser concebidos sem suas relações sociais, nem estas sem os indivíduos; estes não são apenas suportes, mas também são sujeitos de suas relações sociais; existe aqui uma permanente in(ter)versão entre sujeito e objeto, entre o indivíduo e suas relações sociais. O indivíduo tanto cria suas relações quanto é por elas criado. (Corazza, 2003, p. 57)

Observa-se, portanto, que não há, em Marx, o dualismo indivíduo-sociedade ou sujeito-objeto presente na racionalidade científica moderna. Isto porque, para o autor, estas categorias se determinam reciprocamente, ou seja, tanto o sujeito produz a realidade em sua prática social e histórica, quanto é por ela produzido de acordo com as determinações

sociohistóricas existentes. Assim, ainda que a existência determine a consciência, as ideias presentes nesta última se materializam na superestrutura, num movimento de realimentação das relações sociais da base econômica que as engendraram em primeira instância (Malta; Castelo, 2012).

O condicionamento das relações sociais em relação aos indivíduos se dá no sentido de que o mesmo trabalho que faz com que o ser humano crie a si mesmo, transforma-se, através da divisão do trabalho e da apropriação privada dos meios de produção – fenômenos cujo maior desenvolvimento se dá no modo de produção capitalista – em uma atividade opressora e alienante, na qual o produto do trabalho e as condições sociais do mesmo se autonomizam frente aos sujeitos, dando origem à alienação e ao fetiche (Konder, 2007).

Assim, deve-se compreender as ações individuais dentro dos limites das relações sociais inseridas no modo de produção capitalista, isto é, dentro de seus condicionantes sociais e históricos. De acordo com Marx:

O que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. (...) as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. (Marx apud Netto, 2011, p. 33/34).

Deste trecho pode-se depreender uma importante diferença em relação à racionalidade científica moderna na abordagem teórico-metodológica de Marx. Enquanto a ciência moderna tem como traço fundamental a crença na possibilidade de transformação da realidade através das ações individuais autônomas – compreendendo aqui o indivíduo como ser fundamentalmente não social –, em Marx apenas o indivíduo pensado como ser social é capaz de modificar as condições materiais de existência. Mais ainda, esta mudança se opera através da prática social e histórica, e não da vontade ou do pensamento.

Além disso, deve-se atentar para a importância – expressa no trecho acima – dada à dimensão histórica no pensamento de Marx. Para este autor, o fato de que as relações sociais e a atividade material humana estão inseridas em um processo histórico que é fundamentalmente dinâmico e aberto faz com que estas sejam transitórias e mutáveis

(Netto, 2011). Assim, as características da sociedade burguesa moderna não devem ser pensadas como características intrínsecas da natureza humana – como fazem os economistas clássicos e neoclássicos – mas sim como atributos produzidos e reproduzidos dentro de um modo específico de produção e pelas relações sociais a este associadas (Germer, 2003).

É esta operação de naturalização das condições sociohistóricas do capitalismo que é feita pelo individualismo metodológico, base fundamental da racionalidade científica moderna – e da economia política clássica e neoclássica. O individualismo metodológico

[...] sustenta precisamente que a explicação da estrutura social atual – que é capitalista – deve ser buscada nas motivações naturais do indivíduo, que confunde com as motivações do indivíduo capitalista, interpretando-as como motivações inatas do ser humano em geral. (Germer, 2003, p. 86)

Com isto, tem-se que a racionalidade do capitalismo, cuja base reside no individualismo, também seria eterna e imutável, chegando-se à conclusão de que a ordem social capitalista é aquela compatível com a natureza humana. É justamente esta conclusão que está implícita na abordagem dos economistas clássicos e neoclássicos.

Adam Smith, por exemplo, postula que a troca é uma propriedade inata do ser humano, extraíndo daí a conclusão de que a ordem mercantil capitalista é uma ordem natural. O mesmo faz Walras quando afirma que a troca e o valor de troca são fatos naturais. Como consequência, tem-se que as problemáticas da economia são tratadas de maneira ahistórica, fora de seus determinantes sociais, como se fossem fixas e imutáveis. Percebe-se, portanto, que há nestas abordagens da economia a tentativa de adequá-la aos padrões de cientificidade moderna, cujos critérios colocam como menos científicas aquelas ciências nas quais estão presentes as dimensões social e histórica. Ademais, ambas as teorias servem a uma legitimação do capitalismo, entendido não só como a ordem que mais se adequa à natureza humana, mas também como algo eterno e imutável.

Marx, em contraposição, afirma não somente a dimensão histórica das relações sociais capitalistas, mas também o caráter marcadamente social dos indivíduos. Não somente as características dos indivíduos inseridos no modo de produção capitalista não são imanentes e imutáveis, como também não são preexistentes à sociedade. A ideia subjacente ao individualismo metodológico de que o indivíduo precede o social é ilusória

tanto no que diz respeito às formas sociais anteriores pré-capitalistas – quanto mais antigas as formas sociais mais dependentes da sociedade eram os indivíduos, sendo a própria noção de indivíduo algo característico da modernidade – como no que concerne ao próprio capitalismo, na qual as relações sociais alcançaram um alto nível de desenvolvimento, aprofundando o condicionamento social dos indivíduos. Por isso, o conhecimento deve ter como pressuposto não indivíduos isolados, mas sim indivíduos produzindo em sociedade (Corazza, 2003).

Ademais, a noção da economia política como uma teoria social, posto que é constituída por relações sociais, vai de encontro à tentativa de transformar a ciência econômica em uma ciência análoga à física, expressa de maneira incipiente na economia clássica – uma vez que há divergências importantes desta escola em relação à racionalidade científica moderna – e de maneira desenvolvida e aprofundada na economia neoclássica.

A compreensão da estrutura econômica enquanto algo constituído pelas interações entre os indivíduos em um determinado contexto histórico e social se contrapõe à concepção da economia como algo exato, eterno e imutável, tendo em um primeiro plano a abertura, dinamicidade, transitoriedade e mutabilidade desta estrutura – posto que se baseia em relações sociais igualmente transitórias, dinâmicas e mutáveis, uma vez que são históricas, e não exatas ou naturais. Justamente por isso, a linguagem matemática não dá conta de traduzir completamente o objeto econômico, pois não suporta a complexidade, contraditoriedade e dinamicidade do mesmo.

Deve-se agora explicitar melhor alguns pontos fundamentais acerca da lógica dialética subjacente ao método marxiano. Este será o objeto da próxima seção.

IV.2 – Lógica dialética: o ponto de vista da totalidade

Após esta exposição da concepção marxiana da economia política e seu objeto, deve-se acrescentar que Marx concebia a realidade como “um todo social e histórico, complexo e contraditório” (Corazza, 2003, p. 44). Segundo Luckács (apud Netto, p. 14): “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas que distingue de forma

decisiva o marxismo da ciência burguesa”. É justamente a visão do todo que torna possível que o sujeito descubra a estrutura significativa da realidade – ou seja, a totalidade – que pretende investigar (Konder, 2007). Por isto, nesta seção, será exposta a concepção de totalidade subjacente à lógica dialética de Marx. Mais ainda, serão apresentados alguns elementos essenciais desta lógica – a contradição, a mediação, a síntese, a superação – e suas implicações no pensamento marxiano.

Segundo o pensamento dialético de Marx, só seria possível compreender os diversos elementos de um todo através de um exame de suas múltiplas relações e determinações dentro da totalidade. A totalidade, deve-se sublinhar, não se resume a mera soma de seus elementos, pois estes assumem novas características dentro de sua articulação uns com os outros no interior do todo (Konder, 2007).

Desta forma, pode-se observar uma diferença fundamental da teoria marxiana em relação ao mecanicismo característico da racionalidade científica moderna, que enxerga a realidade como *locus* de relações funcionais, em que seus diversos elementos se encadeiam coerentemente segundo relações de causa e efeito. Marx, contrariamente, afirma que as determinações entre os elementos da realidade são recíprocas, não havendo uma causalidade unívoca. Ademais, também afirma o todo social como sendo inerentemente contraditório, aspecto que será melhor explorado posteriormente.

Outro ponto que se pode salientar é o de que a visão de disciplinas compartimentadas e autônomas em relação umas às outras, típica da racionalidade científica moderna, não se apresenta como possível no interior do método marxiano. Há, obviamente, um recorte no sentido de determinar que elementos se pretende estudar – e Marx destaca aqueles que constituem o objeto da economia política. No entanto, há também, como mencionado, o importante reconhecimento da determinação recíproca e da interdependência das partes dentro de uma totalidade – ainda que Marx postule uma primazia da economia, sua lógica dialética não permite que a realidade seja vista estaticamente como sendo dividida em instâncias incomunicáveis.

Deve-se ressaltar neste ponto, que, ainda que seja possível, para Marx, apreender a realidade através do pensamento e dos movimentos de totalização, não é possível esgotar a realidade de determinada totalidade no processo de conhecimento. Isto porque, além de ser mutante e dinâmica, a realidade é sempre mais complexa do que o conhecimento que se

tem dela. Nas palavras de Konder (2007): “Para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (p.36).

Assim, o conhecimento nada mais é do que uma tentativa sem fim de apreensão da realidade, que por sua complexidade e constante mudança exige do sujeito do conhecimento que este se volte para a materialidade e reformule seu pensamento criticamente de acordo com novas percepções, novos fenômenos ou novas formas de um mesmo fenômeno.

Por isso, a totalidade nada mais é do que o momento de um processo de totalização infindo, não podendo ser fixa ou estática. Esta concepção vai de encontro à noção da racionalidade científica moderna segundo a qual seria possível ter um conhecimento acabado e fechado da realidade. Está subjacente a esta ideia uma visão não dinâmica e não mutável da realidade e, conseqüentemente, do conhecimento. Marx, em contraposição, vê a realidade e o conhecimento que se pode apreender da mesma de maneira fluida, em que deve-se considerar a realidade enquanto momento de um processo histórico. Assim, afirma que a materialidade está em constante processo de mudança, de devir, fato que deve se refletir no pensamento acerca da mesma.

Esta noção do mundo e do pensamento como instâncias em movimento, dinâmicas e, portanto, não acabadas e abertas, é um reflexo da lógica dialética, tomada por Marx como uma das bases de seu pensamento teórico-metodológico. Deve-se, neste ponto, investigar alguns aspectos fundamentais da dialética. Estes serão contrapostos, por sua vez, com aspectos da lógica que baseia o pensamento científico moderno – a lógica formal.

Uma das características fundamentais do pensamento dialético se encontra em sua concepção da contradição. Na lógica formal, a contradição é uma falha do pensamento, uma falta de coerência dos pressupostos em relação à conclusão de determinado raciocínio (Lefebvre, 1991). Neste sentido, atesta um problema que deve ser corrigido, sendo um conhecimento correto aquele que é livre de contradições. Esta é a concepção da racionalidade científica moderna, apropriada pelas ciências sociais em sua busca por legitimação enquanto saber no contexto da modernidade.

Na lógica formal, portanto, há uma preocupação com a forma em detrimento do conteúdo, reduzindo o último de maneira a se adequar à primeira (Lefebvre, 1991). Esta

operação faz com que o conteúdo, o real, seja concebido como algo externo ao sujeito cognoscente, incorrendo no dualismo sujeito/objeto, que tem grande expressão na racionalidade científica moderna. Pode-se perceber, por exemplo, que tanto os esquemas explicativos clássicos quanto os neoclássicos são estáticos, coerentes – no sentido de que, supostamente³⁷, não há contradição entre pressupostos e conclusões – e explicados através de relações de causa e efeito. O que resulta é uma ciência fechada, cindida com a realidade, e situada fora da história – isto é, uma ciência em que o objeto do pensamento e o sujeito pensante são instâncias incomunicáveis. A primazia dada ao método faz com que o objeto do conhecimento tenha que ser alijado em diversos de seus aspectos. Desta forma, esta concepção de ciência, ao produzir uma cisão entre sujeito e objeto, não considera estas instâncias em algumas de suas dimensões mais essenciais.

A lógica dialética, ao reconhecer a contradição como momento essencial da realidade e do conhecimento, postulando a unidade dos contrários, acaba com este dualismo sujeito/objeto, indivíduo/sociedade³⁸. Para a dialética marxiana, a contradição é fundante, tanto no âmbito do pensamento como também – e principalmente – no âmbito da realidade, da qual é uma propriedade imanente. Isto porque, em muitos de seus aspectos, a realidade não se apresenta de maneira coerente e positiva. Sob o ponto de vista dialético, para compreender os fenômenos reais deve-se observar a conexão com aquilo que não são – seu aspecto negativo – e para tal é necessário ir além de seu aspecto imediato (Konder, 2007; Gianotti, 1983). As distintas realidades em suas conexões dentro de uma totalidade formam unidades contraditórias, sendo a contradição o “princípio básico do movimento pelo qual os seres existem” (Konder, 2007, p. 49), isto é, do devir.

Segundo Llanos (1988), a percepção de que cada fenômeno, categoria ou conceito contém dentro de si o seu contrário, que pode ser extraído dele, realizando a tarefa de diferença e, assim, dando movimento ao pensamento e a realidade, é um dos aspectos

³⁷ Como já visto no Capítulo II, a Teoria do Equilíbrio Geral falha em comprovar a estabilidade do equilíbrio, o que demonstra a existência de uma contradição lógica em seu interior. A coerência lógica, porém, não deixa de ser um valor dentro desta corrente de pensamento.

³⁸ É importante ressaltar que a lógica formal deve ser compreendida não como absurdo ou erro, mas sim como um momento da lógica dialética. Afinal, o pensamento, mesmo em seu movimento, em sua apreensão de um conteúdo também mutável, deve permanecer coerente. Mesmo – e sobretudo – diante das contradições do conteúdo a coerência deve ser mantida, sendo as contradições admitidas somente quando conscientes e refletidas, sob o risco de relegar o pensamento a um conteúdo informe caso contrário (Lefebvre, 1991).

fundantes da dialética hegeliana – aspecto este que foi incorporado por Marx em sua abordagem crítica da filosofia de Hegel. Este movimento que provém da contradição, por sua vez, pode ser expresso na tríade tese-antítese-síntese.

A primeira categoria – a tese – é sempre afirmativa, mas se identifica com e contém em si mesma seu oposto, a segunda categoria – antítese –, que é, portanto, negativa. O fato de que a diferença se apresenta como o negativo baseia-se no princípio de que toda negação é determinação. Ao acrescentar o negativo ao que é inicialmente genérico o que ocorre é uma limitação deste, isto é, uma determinação (Llanos, 1988). Essas duas categorias, então, se enfrentam e se contradizem, conciliando-se finalmente na síntese. Esta última, portanto, contém dentro de si a oposição das outras duas categorias, mas combinadas numa unidade, de forma a, ao mesmo tempo, eliminar e preservar a diferença entre tese e antítese. Esta é justamente a ideia de superação dialética, que implica, simultaneamente, “a negação de determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (Konder, 2007, p. 26)³⁹.

Neste sentido, pode-se depreender da dialética de Marx mais um ponto de divergência em relação à racionalidade científica moderna. Esta, estando baseada na lógica formal, não admite terceiros princípios ou sínteses. A teoria marxiana, por sua vez, enxerga o movimento da realidade e do pensamento através de sínteses – que permitem justamente a superação dos diversos dualismos presentes no pensamento moderno. Ademais, as sínteses são expressão da inclusão da contraditoriedade no pensamento de Marx – contradições estas que são concebidas, como já mencionado, enquanto um aspecto inerente à realidade.

Mais ainda, como já dito, para que seja possível chegar às contradições da totalidade investigada é necessário ir além da dimensão imediata dos fenômenos, isto é, da aparência dos mesmos. Não que esta dimensão seja irrelevante na compreensão dos fenômenos. Pelo contrário, a aparência é parte constituinte e relevante da realidade, mas, ao mesmo tempo em que revela alguns aspectos da mesma, também esconde e escamoteia outros. Por isso,

³⁹ Konder (2007) dá como exemplo, no âmbito da realidade, da superação dialética, o processo de trabalho. Neste, a matéria prima é negada durante o processo de produção – na medida em que perde algumas de suas propriedades – ao mesmo tempo em que é conservada, posto que é parte constituinte do produto final. Este último, por fim, representa uma elevação da matéria prima a um novo estágio, em que seus aspectos positivos e negativos se encontram em uma unidade de contraditórios, elevados a um nível superior.

deve-se ultrapassar o que está imediatamente dado, compreendendo-se os fenômenos como uma unidade contraditória entre aparência e essência (Konder, 2007). O que Marx postula não é a rejeição ou esquecimento da aparência, mas sim sua análise crítica, de maneira a superá-la dialeticamente, enxergando por detrás das manifestações superficiais dos fenômenos. Nas palavras de Marx (1984b): “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (p. 271).

O que faz com que seja possível perceber a contradição e a unidade entre essência e aparência, partes e totalidade, é a percepção dos fenômenos em seus aspectos mediados (Konder, 2007). As mediações, por sua vez, são as articulações específicas de uma totalidade (Netto, 2011). Para desvendá-las são necessários os processos de investigação, análise e reconstrução da realidade no âmbito do pensamento, de forma a compreendê-la não como um todo caótico, cujos fenômenos são entendidos apenas em seus aspectos imediatamente dados, mas sim como um todo concreto, em que os fenômenos são considerados em todas suas relações e determinações, sendo, portanto, complexos e contraditórios.

Observa-se aí mais uma distinção do materialismo histórico dialético em relação à racionalidade científica moderna. Nos critérios de cientificidade propostos pela última o que se faz relevante é demonstrar “como” os fenômenos acontecem, não sendo, portanto, necessário investigar sua essência, uma vez que a descrição da aparência seguindo a lógica de causa e efeito da lógica formal é capaz de fornecer a explicação pretendida. Assim, a ciência moderna se limita a descrever os fenômenos em seus aspectos positivos, isto é, em suas relações aparentes, o que reafirma a concepção mecanicista da realidade e do conhecimento característica da racionalidade científica moderna. Deixa-se de lado, portanto, o lado negativo e contraditório dos fenômenos, bem como o entendimento de suas causas últimas, sua essência (Gianotti, 1983). O materialismo histórico dialético de Marx, ao visar a investigação do “por quê” dos fenômenos, vai além de sua aparência, procurando compreendê-los em suas relações complexas e contraditórias dentro do todo, as quais se chega através da superação dialética de seu aspecto aparente – imediato e positivo.

Deve-se agora, portanto, prosseguir para a exposição do método utilizado por Marx para investigar e compreender a sociedade capitalista através da economia política. Esta compreensão, por sua vez, se dá de acordo com os fundamentos apresentados: pensar a

realidade através de uma determinação reflexiva, isto é, como unidade de contraditórios, em que os elementos opostos são inseparáveis, essenciais em sua especificidade e em sua relação mútua (Konder, 2007). Ademais, o real é entendido como um processo histórico – dinâmico e mutável. Mais ainda, a economia política é vista como uma teoria social, como já observado, tendo como objeto a estrutura de relações sociais específica do modo de produção capitalista.

IV.3 – Materialismo histórico dialético: algumas observações preliminares

Antes de iniciar a exposição do que seria o método de investigação e exposição – instâncias que formam uma unidade dialética do processo de conhecimento – deve-se destacar alguns pontos fundamentais que baseiam a noção de método e de conhecimento em Marx. Será, portanto, apresentada a ideia de primazia do objeto em relação ao método, bem como a unidade entre este último e a teoria.

Ademais, a explanação também tocará num ponto essencial do pensamento de Marx, já mencionado nas seções anteriores: a importância das dimensões histórica e social do objeto do conhecimento. Isto porque esta concepção da economia política resulta numa aceção do conhecimento como sendo fundamentalmente aberto, uma vez que se baseia em uma materialidade dinâmica e mutante. Assim, faz-se necessário o eterno retorno da teoria à prática, instância de crítica do conhecimento. Por fim, será também abordada a implicação entre sujeito e objeto do conhecimento, que tem como consequência o reconhecimento da impossibilidade da neutralidade científica.

Dando prosseguimento a exposição, deve-se, antes de mais nada, atentar para o fato de que, em Marx,

[...] o método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme sua vontade, para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação. (Netto, 2011, p. 52)

Isto porque, para este pensador, o conhecimento de um objeto não consiste em aplicar ao mesmo um sistema de categorias pré estabelecido, mas sim extrair deste objeto a estrutura e dinâmica que lhe são próprias. Trata-se de dar primazia ao objeto, ao conteúdo, deixando-o “comandar” os procedimentos metodológicos.

Observa-se aqui uma grande diferença em relação aos critérios de racionalidade científica moderna na qual as ciências sociais se espelharam, adequando os conteúdos aos procedimentos metodológicos. Através deste procedimento, o objeto do conhecimento acaba sendo reduzido a sua parte que é passível de ser apreendida pelo método da ciência moderna, que considera como científico apenas o que é quantificável, mensurável, coerente e comprovável. No âmbito da economia, que é uma ciência social, perde-se de vista seus aspectos humanos, contraditórios, complexos e qualitativos. Ao dar primazia ao objeto em relação ao método, Marx inclui as diferentes instâncias do objeto econômico em sua análise.

Justamente por essa primazia dada o objeto do conhecimento, do qual o sujeito cognoscente deve extrair suas múltiplas determinações, é que Lenin (apud Netto, 2011) afirmou que Marx não produziu uma “lógica” como fizeram muitos filósofos, mas sim a lógica d’ “O Capital”. Este fato expressa também a relação imbricada entre teoria e método presente na obra marxiana, em que estes dois aspectos se apresentam como uma unidade, determinando-se reciprocamente. Mais ainda, demonstra mais uma vez a importância da dimensão histórica, pois a lógica pensada por Marx dirige-se a um objeto específico na história, o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa moderna, sendo pautado pelas especificidades destas materialidades. Segundo Netto (2011): “o seu interesse [de Marx] não incidia sobre um abstrato ‘como conhecer’, mas sobre ‘como conhecer um objeto real e determinado’” (p.27).

Aqui deve-se fazer uma observação importante que decorre desta primazia do objeto, da materialidade, em relação ao método. O fato de que a reprodução ideal do objeto, o conhecimento deste, depende das condições materiais do mesmo faz com que a teoria proposta por Marx seja, fundamentalmente, uma teoria aberta (Netto, 2011). Isto porque a materialidade do objeto econômico é concebida como estando em constante transformação, uma vez que, com o desenrolar do processo histórico, novos fenômenos surgem na dinâmica do capital – fenômenos estes que não existiam quando da análise de Marx e que, portanto, não foram abordados pelo autor. Assim, a apreensão da realidade deve também se

deixar modificar por estas novas materialidades, sendo necessário constantemente voltar à realidade para pensar a teoria, utilizando-se do método materialista histórico para analisar criticamente os novos fenômenos postos, buscando desvendar suas dinâmicas e estruturas (Netto, 2011).

À esta noção está subjacente, novamente, o reconhecimento do movimento histórico e da constante transformação da realidade. Mais uma vez, percebe-se um grande contraste com a racionalidade científica moderna, que, ao naturalizar os aspectos historicamente determinados da realidade, os torna imanentes e eternos, excluindo de sua análise a transformação e o movimento. A realidade e, conseqüentemente o conhecimento que se tem dela, é vista como um mundo de fenômenos estáticos e fixos.

Assim, a teoria se torna um sistema fechado e imutável, pois supostamente trata de fenômenos eternos. Expressa-se, desta forma, a exclusão da dimensão histórica típica da apropriação dos critérios da racionalidade científica moderna pelas ciências sociais. As últimas – e em especial a economia política – ao serem tratadas como fenômenos puramente quantitativos e exatos, perdem seu aspecto dinâmico, proveniente, por sua vez, de sua existência no interior de um processo histórico e social.

Esta diferença entre o materialismo histórico marxiano e a racionalidade científica moderna se faz presente no fato de que Marx opera com determinações, e não definições. Enquanto as últimas são um reflexo de uma teoria estática e fechada, sem a possibilidade de se transformar de acordo com as mutações das condições materiais que pretende analisar, as primeiras são resultado da incorporação das diversas relações e dimensões do objeto, sendo abertas à mudança (Netto, 2011).

Outro aspecto que deve ser esclarecido é o de que a existência objetiva e independente da realidade em relação à consciência não significa que haja uma separação entre sujeito e objeto no processo de conhecimento. Isto porque, uma vez que o objeto da economia política é justamente a estrutura e a dinâmica da sociedade capitalista, que é um sistema de relações sociais, o que ocorre é que o sujeito está implicado no objeto (Netto, 2011). O reconhecimento desta implicação mútua entre sujeito e objeto é o que faz com que a teoria marxista supere o dualismo sujeito/objeto presente na racionalidade científica moderna, em que o objeto do conhecimento é entendido como algo externo ao pesquisador, no sentido de que estas duas instâncias são tidas como separadas, incomunicáveis e não

relacionadas. Mais ainda, como já mencionado anteriormente, em Marx, a realidade existe de maneira independente do sujeito individual, mas não da prática histórica humana.

Ademais, na perspectiva marxiana, a relação do sujeito com o objeto do conhecimento não é de mera observação, descrição e classificação, como é postulado pela racionalidade científica moderna. A reprodução da realidade no plano do pensamento não consiste num reflexo mecânico da mesma, mas sim numa atividade crítica e ativa do sujeito (Netto, 2011).

Percebe-se, assim, que não há, sob esse ponto de vista, nenhuma pretensão de neutralidade científica, apontando-se, mais uma vez, para um ponto de divergência entre a concepção marxiana de ciência e a racionalidade científica moderna. Esta última tem a neutralidade científica como um valor fundamental, como se não houvesse na atividade de pesquisa e investigação nenhum condicionamento social e, portanto, nenhuma perspectiva ideológica. Marx, pelo contrário, reconhece a existência da ideologia e dos condicionamentos sociohistóricos do pesquisador ao considerar a determinação mútua e a unidade dialética entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível. Para o autor, a observação da realidade histórica e a visão de mundo subjacente a esta observação são instâncias inseparáveis (Malta; Castelo, 2012).

A objetividade do conhecimento, então, existe no método de Marx não através de uma postura supostamente neutra do pesquisador ⁴⁰ ou de uma separação entre sujeito e objeto, mas provém do fato de que a teoria possui na prática social e histórica uma instância de verificação de sua verdade (Netto, 2011). Deve-se ressaltar que a ideia da prática como critério de verdade não possui o mesmo significado para Marx e para os empiristas. Primeiramente, para os últimos a pesquisa científica deveria partir da observação de casos particulares e depois voltar-se à realidade para testar seus resultados. Já para Marx, o que se deve ter, antes de tudo, é uma compreensão, ainda que caótica, da totalidade que se pretende investigar. Assim, para que seja possível abstrair os elementos essenciais para a investigação é necessário ter uma noção do todo. Mais ainda, o retorno à prática se dá não através de testes quantitativos e mensuráveis da teoria, mas sim como crítica. Em segundo lugar, Marx não segue uma cadeia de causalidade unívoca que vai dos fatos particulares às

⁴⁰ É importante observar que, na concepção marxiana, objetividade não implica neutralidade – como ocorre na racionalidade científica moderna.

generalizações, mas parte de um movimento dialético, que caminha através de sínteses, havendo uma determinação mútua do particular em relação ao geral.

Por fim, deve-se ressaltar que a prática não é concebida por Marx no sentido apenas de prática científica, isto é, dos experimentos ou da observação de fenômenos específicos para fins de pesquisa. Pelo contrário, Marx se refere à prática principalmente como a atividade de produção e reprodução da vida material por parte dos indivíduos, inseridos em relações sociais e historicamente determinados. É a prática neste último sentido que serve como ponto de partida e chegada do conhecimento, sob a perspectiva de Marx. Assim, o processo de conhecimento pressupõe, necessariamente, uma etapa material, qual seja, o processo de produção (Germer, 2003).

Ao exercer uma atividade produtiva⁴¹, transformando os elementos naturais através de uma atividade coletiva, os indivíduos passam a interpretar os efeitos de sua ação sobre a natureza e sobre suas relações sociais o que implica, em última instância, numa interpretação da própria natureza e das próprias interações humanas. Mais ainda, os indivíduos criticam continuamente sua interpretação através da observação dos efeitos de sua prática, modificando suas ações de acordo com estas observações. Este processo incessante de ação e interpretação contínua do ser humano em relação à natureza e também entre si é justamente o que origina o conhecimento e é por isso que, do ponto de vista do materialismo histórico, o critério de verdade é a prática (Germer, 2003).

Ademais, a representação da realidade no pensamento não é concebida de maneira linear, partindo dos sentidos e findando no conhecimento, mas é concebida como “um processo de repetição contínua, que integra o processo contínuo de intercâmbio do ser humano com a natureza, através do trabalho, na produção dos seus meios de vida” (Germer, 2003, p. 71). Há, portanto, um eterno retorno do conhecimento à prática, que serve para balizar e criticar o primeiro.

⁴¹ Germer (2003) menciona brevemente alguns importantes pressupostos de Marx em relação ao trabalho. O primeiro se refere ao fato de que o que faz com que o ser humano não seja um mero animal é justamente o fato de que os indivíduos produzem seus meios de vida, isto é, trabalham. A necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência é, assim, o condicionamento social mais forte, estando presente em todas as organizações sociais. Por isso, a forma como uma sociedade produz seus meios de subsistência e, portanto, organiza o trabalho, é um fator essencial para a compreensão de sua formação social. Já o segundo pressuposto concerne ao fato de que só depois de passar a produzir seus meios de sobrevivência o ser humano se torna um ser pensante, uma vez que os pensamentos são a representação mental dos atos de produção, que expressam tanto a relação dos seres humanos com a natureza, como também entre si.

Esta primeira etapa do conhecimento – a etapa material – é o que faz com que o concreto real, objetivo e independente, se transforme num concreto sensorial, isto é, na percepção – ainda que caótica – através dos sentidos da realidade material (Germer, 2003). A transformação desta representação caótica no concreto pensado, ou seja, numa totalidade rica em determinações, complexidades e articulações como resultado do processo de pensamento será abordada na próxima seção.

IV.4 – O método de Marx: a elevação do abstrato ao concreto

Uma vez esclarecidos os pontos da seção anterior – a primazia do objeto e as unidades dialéticas entre teoria e método, sujeito e objeto, conhecimento e prática – é possível prosseguir para a explanação de mais uma unidade dialética, qual seja, a existente entre o processo de investigação e o de exposição. O primeiro momento é aquele que vai do concreto real – caótico e indeterminado – às abstrações mais simples, ao passo que o segundo retorna das abstrações ao concreto, agora determinado, complexo e contraditório. Estes dois momentos serão melhor explicitados a seguir, bem como a superação do dualismo indutivismo/dedutivismo operada pelo método marxiano e seu contraste com os métodos utilizados pelos clássicos e neoclássicos. Finalmente, será sublinhada mais uma vez a unidade entre teoria e prática, ponto de extrema relevância na abordagem teórico-metodológica de Marx.

Marx, em “O método da Economia Política” (1982), afirma que o processo de conhecimento começaria com um todo caótico – neste caso a população – indo

do concreto como representação a abstratos cada vez mais tênues, até chegar a determinações mais simples. Daí seria necessário retomar a viagem em sentido inverso até (...) chega[r] novamente à população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Marx, 1982, p. 14)

Segundo o pensador, o primeiro caminho – do todo caótico às abstrações – “constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente da economia” (idem), isto é, pelos

clássicos. No entanto, é o caminho de volta – das abstrações ao concreto pensado – que constitui “o método cientificamente exato” (ibidem).

Deve-se esclarecer, antes de mais nada, a acepção específica do termo “concreto” em Marx. Ainda que também seja utilizado tanto no sentido de designar a realidade material, independente e objetiva – o concreto real – como a percepção imediata da realidade através dos sentidos – o concreto sensorial –, o termo “concreto”, em Marx, possui um significado específico, qual seja, o de uma totalidade orgânica compreendida e interpretada pelo pensamento (Germer, 2003). Nas palavras do próprio Marx:

O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo. (Marx, 1982, p.14).

Aqui cabe uma observação interessante. O fato de que a concepção da realidade como todo concreto, isto é, compreendido em todas as suas determinações, contradições, articulações, relações e complexidades, seja um resultado do processo do pensamento é o que faz com que Hegel – e muitos outros metafísicos e idealistas – entenda o real como produto do pensamento, e não o contrário⁴². Assim, percebe-se que a concepção idealista segundo a qual a esfera material é um reflexo da esfera ideal tem base no próprio processo de conhecimento. Ademais, esta percepção é ainda mais acentuada pela separação entre trabalho intelectual e trabalho material, que alimenta a ideia de que a atividade intelectual é autônoma em relação à prática (Germer, 2003).

Dando prosseguimento à explanação do método marxiano, deve-se significar melhor também o que se compreende pelo termo “abstração”, ainda que esta significação já tenha sido feita em capítulos anteriores. Este termo designa a operação através da qual o pensamento isola e separa determinado objeto do todo para compreendê-lo (Lefebvre, 1991). Pode-se dizer também que a abstração é um processo que consiste em eliminar as características não essenciais de um conjunto de fenômenos, agrupando-os de acordo com seus atributos comuns (Germer, 2003). Além disso, as abstrações podem ser

⁴² Nas palavras de Marx (1982): “Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto” (p.14).

compreendidas como categorias simples e indeterminadas, no sentido de que não contêm em si todas as informações para a compreensão do objeto a ser analisado (Kohan, 2003).

É neste sentido que Marx afirma:

Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição, prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. (Marx, 1982, p.14).

É por isso que o todo real de que se parte, na medida em que não é compreendido em todas as suas determinações e relações, é, em certa medida, uma abstração (Germer, 2003) – mesmo que também seja, sob certo ponto de vista, concreto, no sentido de que é uma primeira apreensão geral da materialidade efetiva na qual os sujeitos estão inseridos enquanto seres sociais (Lefebvre, 1991).

A abstração é uma etapa fundamental do processo de conhecimento, uma vez que é através dela que se chega às determinações mais simples a partir das quais se compreende o objeto do conhecimento em uma primeira instância. No entanto, a compreensão do objeto não está completa neste momento, posto que não estão sendo consideradas todas as suas determinações, relações, contradições e complexidades (Germer, 2003). Por isso, não é possível reduzir o processo de conhecimento a esta etapa, como o faz a racionalidade científica moderna.

Esta última finda seu processo de conhecimento no momento da abstração, apreendendo os objetos apenas em alguns de seus aspectos – os mensuráveis, quantificáveis – sem compreendê-los em todas as suas relações e determinações na totalidade. Esta compreensão dos fenômenos de maneira isolada e separada do todo, proveniente da lógica formal subjacente à concepção moderna de ciência, possui duas implicações importantes.

A primeira é um reforço da dualidade sujeito/objeto, uma vez que os objetos são compreendidos fora de suas relações, não somente com os outros objetos do conhecimento, mas também com o sujeito, havendo uma cisão entre pensar e pensado. A segunda é a uma percepção dos fenômenos que exclui sua dimensão histórica. Em sua representação

abstrata – isto é, isolada do concreto – os fenômenos são entendidos como formas fixas, estáticas e eternas, fora de suas determinações sociohistóricas.

A economia política clássica, por exemplo, chega a um entendimento do valor que é apenas quantitativo, posto que só considera seu aspecto abstrato. Assim, ainda que tenham chegado à compreensão de que é o trabalho que produz valor – assim como Marx – os clássicos não compreendem este trabalho como sendo o trabalho assalariado, fruto de condições sociohistóricas específicas, tampouco se questionam acerca do porque de determinada mercadoria possuir determinado valor, preocupando-se apenas em mensurá-lo (Kohan, 2003).

Desta forma, observa-se que há, nos clássicos, uma tentativa de ir além das aparências imediatas dos fenômenos, buscando uma essência. No entanto, uma vez que o pensamento se fixa no momento da abstração, a investigação não consegue ultrapassar os limites do positivamente dado. Portanto, o valor e sua substância – o trabalho – são vistos sob uma ótica quantitativista que retira da análise tudo o que é qualitativo, complexo e contraditório. Logo, a categoria permanece abstrata, no sentido de que lhe faltam determinações essenciais para sua compreensão – determinações estas que só poderiam ser descobertas no retorno ao concreto.

Os economistas neoclássicos, por sua vez, não compreendem o valor como unidade entre essência e aparência, trabalhando apenas com o aspecto imediato do mesmo, qual seja, o preço (valor de troca). Observa-se aí o aprofundamento da racionalidade científica moderna, posto que não há sequer a admissão de que é possível haver algo além da aparência.

Como expressão exemplar deste aprofundamento pode-se tomar a fórmula trinitária do capital, segundo a qual o lucro (ou juros) seria proveniente do capital; o salário, do trabalho; e a renda, da terra. Estas categorias, portanto, são vistas como independentes entre si, posto que compreendidas apenas em sua forma abstrata – fixas e isoladas. Mais ainda, as fontes de rendimento e os rendimentos são postos em uma relação de causa e efeito, isto é, de causalidade unilateral. Perde-se de vista, assim, a determinação recíproca entre as categorias. Percebe-se, portanto, que o fato de não haver o retorno ao concreto, isto é, à totalidade rica em determinações e relações, faz com que os economistas neoclássicos não consigam compreender o juros, o salário e a renda como sendo partes provenientes de

uma substância comum, o trabalho, bem como retira destas categorias sua dimensão histórica.

Para Marx, contrariamente, o conhecimento só está completo uma vez que os elementos abstraídos são reinseridos no todo, de forma a serem apreendidos em todas as suas determinações e relações (Corazza, 2003). Assim, são compreendidos de maneira complexa e contraditória, dentro de seu movimento histórico e de seus condicionamentos sociais. Este caminho de volta, de elevação do abstrato ao concreto é o que Marx denomina de “método cientificamente exato”, pois é aquele que fornece a representação concreta – no sentido de ser refletida, rica em determinações, complexa, unidade de contrários, e percebida em todas as suas relações e articulações – da totalidade investigada.

Como já mencionado, pode-se denominar o caminho que vai do todo caótico às abstrações de processo de investigação, ao passo que o caminho das abstrações ao todo concreto é o caminho de exposição (Corazza, 2003). Enquanto a investigação parte de questões, problemas acerca do objeto a se investigar, a exposição parte dos resultados alcançados no escrutínio destas questões⁴³ (Netto, 2011). Não obstante, estas duas etapas são indissociáveis no processo do pensamento, uma vez que

[...] ir do abstrato ao concreto (...) sem ir, ao mesmo tempo, do concreto ao abstrato, fazendo a crítica das abstrações, levaria a um conjunto vazio de abstrações; mas, por outro lado, ir do concreto ao abstrato, ao azar, sem hipótese, também não levaria a uma teoria, mas apenas a um conjunto de abstrações desordenadas. (Corazza, 2003, p. 52)

Assim, mesmo na passagem da representação caótica do todo às abstrações há uma concepção prévia da totalidade, pois somente desta forma é possível selecionar os fenômenos a serem abstraídos. Percebe-se, portanto, que apesar da totalidade concreta ser o ponto de chegada de uma cadeia de mediações, o conhecimento – ainda que incipiente – da totalidade concreta já está pressuposto desde o início (Kohan, 2003). Daí pode-se depreender, também, que o materialismo histórico dialético supera a dualidade presente no pensamento moderno entre os métodos indutivo e dedutivo.

⁴³ Marx, em “O Capital”, apresenta a etapa de exposição, começando por uma categoria em alto nível de abstração – a mercadoria – para, ao longo da obra, reconstruir a totalidade concreta do modo de produção capitalista, que é o objeto de estudo da obra. O momento da investigação, ainda que não esteja explícito, está pressuposto enquanto momento complementar e necessário à etapa da exposição.

Um pensamento puramente indutivo não é possível, pois, antes de uma análise empírica de fatos particulares, é necessária uma noção do que se pretende analisar, uma determinada concepção da totalidade em que os elementos estão inseridos, além da consideração da própria função destes elementos dentro do todo, isto é, “uma ideia ‘geral’ do particular” (Corazza, 2003, p.48). Ao mesmo tempo, um pensamento puramente dedutivo não é possível, na medida em que os conceitos têm como base a realidade material. Assim, para que seja possível ir do geral ao particular é necessário ir do particular ao geral. Conclui-se, portanto, que “a indução e a dedução fazem parte do mesmo processo do conhecimento; uma se realiza dialeticamente através da outra, enquanto seu momento abolido” (idem).

Por fim, uma vez construído o concreto pensado, isto é, recriada a realidade no plano do pensamento, esta representação deve se voltar novamente para a prática material. Sublinha-se, mais uma vez, que o conhecimento deve dialogar com a prática, tanto no sentido de realimentá-la como para ser por ela contestado e aperfeiçoado (Germer, 2003).

Percebe-se nessa infinda relação entre teoria e prática um importante traço do materialismo histórico dialético já mencionado anteriormente, qual seja, a de que estas duas instâncias são indissociáveis, devendo determinar-se reciprocamente. Não há no pensamento marxiano, portanto, o dualismo trabalho intelectual/trabalho material ou espírito/matéria que se encontra na racionalidade científica moderna. Ademais, a necessidade de sempre retornar à prática, que é, em Marx, mutável e dinâmica, reforça a noção de que o conhecimento é um processo em aberto, que deve ser sempre criticado e revisado. Esta relação entre o conhecimento e prática, categorias do pensamento e processo histórico real, concreto pensando e realidade efetiva, será explorada na próxima seção.

IV.5 – Materialismo histórico dialético: lógica e história, pensamento e realidade

Esta seção tem como objetivo esclarecer alguns pontos cruciais da abordagem teórico-metodológica de Marx, uma vez que contribuem para a melhor compreensão de seu método e a relação deste com a teoria. O primeiro ponto é a relação entre a dimensão lógica

e histórica das determinações e categorias a que chega Marx. Serão abordadas tanto a questão acerca da não coincidência entre a ordenação lógica e a ordenação histórica, quanto a questão da mudança e permanência no interior das categorias através do tempo. Ademais, a relação entre o concreto pensado e a realidade empírica será também objeto desta última seção. Deve-se passar, então, para a exposição mais detalhada destas pontuações.

A recriação da realidade pelo pensamento, isto é, a construção do concreto real, é um processo tanto lógico quanto histórico – havendo uma primazia da última instância em relação à primeira. No entanto, a ordenação lógica das categorias não deve ser confundida com sua ordem histórica. Isto porque, ainda que categorias mais simples – ou seja, mais abstratas, indeterminadas – expressem relações econômicas também mais simples, elas devem ser compreendidas enquanto momento da exposição acerca da forma social estudada, qual seja, a sociedade capitalista.

Assim, ao iniciar “O Capital” pela mercadoria, Marx não está seguindo uma ordenação histórica, na qual seria necessário explicar primeiro as formas sociais pré capitalistas. Contrariamente, a mercadoria é o ponto de partida desta obra – que contém apenas o momento de exposição – posto que é a determinação abstrata de alguns dos fenômenos essenciais do capitalismo, a produção e a troca (Corazza, 2003). A partir de um nível elevado de abstração, Marx introduz diversas determinações até chegar na categoria concreta de capital e, posteriormente, nas categorias de capital industrial, capital a juro, etc. – que contêm ainda mais determinações (Kohan, 2003).

Em Marx, portanto, todas as categorias devem ser analisadas de acordo com suas relações no interior do modo de produção capitalista, que é a forma mais desenvolvida de organização histórica já existente (Marx, 1982). Nas palavras do pensador:

Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem, em que se sucedem, se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. (...) Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa (Marx, 1982, p.19).

Assim, tem-se, em Marx, que o mais complexo explica o mais simples, uma vez que as categorias da sociedade capitalista representam uma superação dialética das categorias

anteriores, conservando-as – seja na forma de desenvolvimento, disfarce ou atrofiamento – em um nível superior. Isto não significa, porém, que não há diferenças históricas fundantes entre distintas formas de organização social. Diz Marx (1982): “pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. Mas não se deve identificá-los.” (p. 17). Desta forma, as categorias devem ser estudadas tanto de maneira diacrônica – isto é, em sua gênese e desenvolvimento históricos – como também de modo sincrônico – de acordo com suas estruturas e funções na organização atual (Netto, 2011).

Mais ainda, mesmo que as categorias se conservem de maneira dialética em formas de sociedade diferentes, sua compreensão não pode se dar de maneira absoluta, mas sim de acordo com seu papel específico dentro de um modo de produção determinado. Assim, nas sociedades agrárias, a categoria predominante era a da propriedade rural, isto é, para compreender todas as demais categorias seria necessário compreender, antes, a propriedade rural. Já na sociedade burguesa, a categoria que é “superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influencia sobre as outras” (Marx, 1982, p. 18) é o capital⁴⁴.

A esta transitoriedade na concepção das categorias correspondente ao desenvolvimento histórico e à noção da realidade como estando sempre em mutação, Konder (2007) dá o nome de “fluidificação”. Neste ponto, é necessário atentar para o fato de que a utilização de um mesmo conceito para designar materialidades em constante processo de mudança não significa que as categorias estejam acima da história ou fora dela – como se dá na racionalidade científica moderna, em que os conceitos se pretendem fixos e imutáveis. O que permite a utilização de um mesmo conceito ao longo do tempo é o fato de que algumas de suas características essenciais perduram no interior do processo histórico – ainda que devam sempre ser analisados de acordo com sua posição no interior de uma forma social específica. Como já visto, a superação dialética possui um momento de negação, mas também implica em uma conservação.

Nas palavras de Konder:

⁴⁴ “[Na sociedade burguesa] não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca.” (Marx, 1982, p. 18/19).

Mudança e permanência são categorias reflexivas, isto é, uma não pode ser pensada sem a outra. Assim como não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação a que ele pertence (dentro da totalidade dinâmica de que ele faz parte), também não podemos avaliar nenhuma mudança concreta se não a reconhecermos como mudança de um ser (quer dizer, de uma realidade articulada e provida de certa capacidade de durar) (Konder, 2007, p.54).

Mais uma vez, observa-se que o método de Marx não admite os dualismos típicos da racionalidade científica moderna, sendo esta compreensão da relação entre mudança e permanência apenas mais um exemplo da análise da realidade através de determinações reflexivas, pensando os contraditórios como parte de uma mesma unidade.

Por fim, deve-se apontar para a relação entre o concreto pensado e a realidade empírica. Isto porque, se é suposto que o processo do conhecimento se deu corretamente, conclui-se também que o concreto pensado representa adequadamente a realidade da qual partiu. No entanto, a comparação da representação mental da realidade com a realidade empírica propriamente dita não costuma resultar na constatação de uma coincidência entre estas duas instâncias. Isto decorre do fato de que o concreto pensado, na medida em que é síntese de várias abstrações, é uma representação abstrata – no sentido de que exclui diversos aspectos da realidade para que seja possível enxergar sua essência – do mundo material (Germer, 2003). Em níveis muito altos de abstração, portanto, é quase impossível que a representação mental da realidade e a própria realidade coincidam. Mais ainda, por ser fruto de uma investigação que vai além da aparência dos fenômenos – superando-a dialeticamente – o concreto pensado desvenda relações e articulações que não estão imediatamente dados na realidade empírica.

Assim, o concreto pensado “modo de produção capitalista” representa a essência deste sistema, mas não pode ser tomado como representação exata de nenhuma economia capitalista específica. Isto, porém, não deve ser confundido como uma visão idealista da realidade, como a que resulta na Teoria do Equilíbrio Geral. Primeiramente porque a construção do concreto pensado parte da realidade efetiva, sendo por esta balizado e criticado constantemente – ao contrário do que ocorre numa visão idealista, em que um constructo totalmente hipotético é erigido sem nenhuma referência ao processo real, se voltando para este último somente para aplicar seus resultados. Além disso, no

materialismo histórico essência e aparência são uma unidade de contraditórios, o que implica que a representação da essência não ignora a aparência, mas parte de uma superação dialética da mesma, que é, portanto, ao mesmo tempo negada e conservada. Por isso, a representação mental da realidade, ainda que não coincida exatamente com os aspectos imediatos da última, os contém como um de seus momentos.

Observou-se, portanto, que a formulação teórico-metodológica de Marx difere significativamente daquela expressa na racionalidade científica moderna. Pensando dialeticamente, o materialismo histórico pode ser visto como uma superação da racionalidade científica moderna. Supera-se os dualismos sujeito/objeto, prática/teoria, quantidade/qualidade, mudança/permanência, lógica/histórica, e muitos outros, pensando a realidade – e também o conhecimento – como uma unidade de contraditórios, cuja luta resulta no movimento da história. Supera-se também a lógica formal e seus princípios como critérios de verdade, incluindo-a como momento incompleto da lógica dialética.

No entanto, em alguns aspectos, a superação dá lugar à contraposição. A concepção da economia como uma teoria social, posto que construída através da investigação das relações sociais em um modo de produção específico, vai de encontro à noção de economia como uma ciência exata, espelho da física, já presente em alguns aspectos da economia política clássica e aprofundada pelos marginalistas. Do mesmo modo, a análise da sociedade capitalista a partir do ponto de vista da totalidade e o entendimento do indivíduo como um ser profundamente social se contrapõem ao individualismo metodológico que embasa a ciência moderna.

Finalmente, deve-se ressaltar a perspectiva crítica que Marx imprime à sua análise do modo de produção capitalista, revelando a alienação e o fetiche presente nesta sociedade, bem como postulando a exploração da força de trabalho e a instituição da propriedade privadas não como fatos naturais, mas sim como resultados de processos históricos – mutáveis e transitórios. Desta forma, há tanto uma denúncia das contradições existentes no interior da sociedade capitalista, quanto a afirmação de que as condições materiais de existência são mutáveis e passíveis de transformação.

Não é de se espantar, portanto, que a teoria marxista, profundamente revolucionária, tenha sido tanto criticada e marginalizada pelo *status quo*. Este prefere, obviamente, o

conhecimento produzido pela racionalidade científica moderna⁴⁵, que dá justificativas exatas, quantitativas e racionais – isto é, nos termos desta própria racionalidade, científicas – para os fenômenos sociais do capitalismo, como a desigualdade social, que são, desta forma, naturalizados como propriedades imanentes da sociedade e dos indivíduos. Reitera-se assim a ideia de que não é possível uma mudança do quadro social, favorecendo-se, portanto, as camadas mais ricas da população que, não por acaso, são justamente aquelas que mais se dedicam ao trabalho intelectual⁴⁶.

⁴⁵ Como Löwy (1998) aponta, a visão social de mundo de uma classe diz respeito não somente aos interesses materiais, mas também a toda uma situação social. Assim, é possível que cientistas representem ideologicamente uma classe sem necessariamente serem movidos por um interesse econômico direto.

⁴⁶ Aqui deve-se ressaltar que, ao contrário do que muitas vezes é afirmado, são as relações materiais de dominação que precedem as ideias que as justificam. A divisão do trabalho e a instituição da propriedade privada resultaram na cisão entre a prática material e a prática intelectual. Isto porque a exploração do trabalho alheio faz com que a classe trabalhadora produza os valores necessários para a reprodução da sua própria vida e também da classe proprietária. Com isso, parte desta última pode se preocupar apenas com a produção de ideias. Desta forma, a classe que possui o poder material acaba por possuir também o poder intelectual, produzindo ideias que refletem sua posição de dominação (Germer, 2003).

Considerações finais

Este trabalho buscou investigar, através de um recorte que remete à gênese da economia enquanto disciplina e de dois de seus mais importantes desenvolvimentos, de que forma esta ciência – fundamentalmente social e histórica – construiu-se e desenvolveu-se buscando se assemelhar mais e mais ao ideal de ciência moderno – leia-se: quantitativo, ahistórico, universal, matemático, exato, coerente, neutro e com vistas a um projeto de dominação da natureza e da realidade pelo ser humano. Mais ainda, buscou apresentar uma alternativa a esta forma de conceber a economia e o conhecimento.

Para tal, foi necessário pensar a economia dentro do contexto maior da história das ideias, compreendendo a teoria de Adam Smith como um momento do processo que se inicia na Revolução Científica Moderna dos séculos XVI e XVII e permeia toda a elaboração científica desde então, o que a torna subordinada aos critérios e valores da racionalidade científica moderna. A ordem social do mercado smithiana é um dos produtos mais bem acabados da tentativa marcadamente moderna de explicar a ordem social sem recorrer a explicações divinas e tendo como ponto de partida o indivíduo. Além disso, esta explicação se dá através de relações funcionais de causa e efeito dentro de um sistema fechado e coerente – expressões da lógica formal e do mecanicismo.

Não obstante, a abordagem de Smith não pode ser identificada completamente com o ideal de ciência moderno, visto que possui traços de complexidade e inclui outras dimensões – como por exemplo, a moral – em sua análise. Ademais, sua análise vai além das trocas, dando importância fundamental à produção, o que explicita uma visão que passa do positivamente dado, além de conectar as variáveis econômicas – como o valor – a questões sociais e institucionais.

Deste momento inaugural da economia, foi possível traçar dois caminhos opostos, mas que ainda sim se inserem no contexto da modernidade. O primeiro deles foi o da Revolução Marginalista, que reduz o escopo de análise da economia à esfera da circulação e fornece uma explicação do valor que independe de fatores institucionais e sociais, centrando-se apenas no indivíduo e suas preferências. A Teoria do Equilíbrio Geral de Walras cumpre o papel de formalizar matematicamente a teoria da mão invisível de Smith –

tarefa, porém, que é empreendida através da supressão e exclusão de importantes traços da abordagem smithiana.

Assim, com os marginalistas, aprofunda-se a tentativa de aproximação da economia do ideal de ciência moderno baseado nas ciências exatas, que toma a matemática como linguagem científica por excelência e tem na coerência e na neutralidade dois de seus valores primordiais. O ideal pragmático de dominação e a transformação da realidade também se faz presente, tendo como expressão exemplar o equilíbrio parcial de Marshall. Este último coloca de lado a excessiva formalização matemática do equilíbrio geral – mas não os valores quantitativistas – para propor uma teoria que, além de ter como ponto de partida a realidade, possui mais fácil aplicação empírica.

Em contraposição a este caminho apresentou-se aquele trilhado por Marx através da crítica da economia política. Antes de tudo, deve-se ressaltar que Marx, ainda que crítico de diversos aspectos da racionalidade científica moderna, incorpora em sua teoria diversos traços da modernidade. Os principais são a tentativa de fornecer uma explicação global para a ordem social e a crença numa possibilidade de mudança da mesma pelo ser humano – em que pese que esta explicação seja fundada na contradição e tenha como característica seu eterno devir; bem como que a mudança social é creditada por Marx ao ser humano dentro de sua prática histórica e social, e não aos indivíduos isolados.

Dito isto, deve-se pôr em relevo o fato de que a abordagem marxiana – tratada principalmente sob a ótica de seu método, o materialismo histórico dialético – difere em muitos aspectos dos critérios da racionalidade científica moderna, uma vez que abrange as dimensões qualitativas e contraditórias do fenômeno econômico, além de incluir em sua análise fatores sociais e históricos. Mais ainda, a teoria de Marx não tem como ponto de partida o indivíduo, isto é, não tem como uma de suas bases epistemológicas o individualismo metodológico típico das teorias sociais modernas.

Para melhor compreender a oposição entre a visão de ciência e de mundo presentes na Revolução Marginalista e no materialismo histórico dialético de Marx, é possível apontar alguns contrastes fundamentais entre estas duas abordagens. Primeiramente, o individualismo metodológico subjacente ao método marginalista – que coloca o indivíduo como centro de toda explicação da ordem social, bem como identifica as condições sociais e históricas do capitalismo com características intrínsecas do ser humano em geral,

naturalizando a ordem social do capital – se contrapõe à visão dialética da totalidade de Marx, segundo a qual o todo deve ser o ponto de partida e chegada de toda construção teórica e as partes analisadas só podem ser plenamente compreendidas em suas relações no interior deste mesmo todo.

Além disso, deve-se atentar para o fato de que, em Marx, esta totalidade é parte de um processo histórico e social. Assim, sublinha-se as especificidades da sociedade capitalista, que deixa de ser vista enquanto ordem social natural, como o é para os marginalistas. Com isso, contrapõe-se à ahistoricidade típica da ortodoxia econômica, que pretende formular leis universais e inexoráveis, a importância fundamental da compreensão dos fenômenos dentro de seus contextos históricos, isto é, da compreensão dos fenômenos como momentos de um constante devir.

Outro ponto a ser destacado é a oposição entre a lógica formal subjacente ao método marginalista e a lógica dialética presente no método marxiano. Enquanto a primeira tem como um de seus valores fundamentais a coerência, a segunda postula a contradição como traço imanente da realidade e do pensamento, sendo essencial para o movimento do mesmo. Ademais, a lógica formal é uma lógica da abstração, em que a compreensão dos fenômenos se dá através de seu isolamento do todo, ao passo que a lógica dialética postula o concreto – entendido como síntese de múltiplas determinações – como momento de superação da abstração, em que os elementos isolados devem ser reinseridos no todo, de forma que seja possível apreendê-los em todas suas relações e complexidades.

Além disso, ao marginalismo está subjacente a construção de uma ciência positiva, em que é considerado científico apenas aquilo que é imediatamente dado, ou seja, somente a dimensão aparente dos fenômenos. O materialismo histórico dialético, por sua vez, busca investigar o que está além da superfície, pretendendo chegar à essência dos fenômenos – que são compreendidos como uma unidade dialética entre aparência e essência. Assim, tem-se que o objeto do conhecimento passa a ser investigado não somente com vistas ao que ele é – seu aspecto positivo – mas também em relação que ele não é – seu aspecto negativo ou contraditório.

A esta concepção formalista e positiva da ciência e do mundo presente na abordagem marginalista se relacionam algumas outras características desta perspectiva metodológica. Uma é a concepção da matemática como linguagem científica por excelência, sendo os

fenômenos analisados apenas em seus aspectos quantitativos e mensuráveis – o que reflete tanto a necessidade de coerência lógica quanto a lógica da abstração, que retira dos fenômenos alguns de seus aspectos essenciais no momento em que os isola de suas relações. Observa-se, aqui, a primazia do método em relação ao objeto, que é destituído de algumas de suas características essenciais de forma a ser encaixado em um tratamento matemático e formal.

Já o método marxiano, a partir do momento em que trata os fenômenos em suas relações e determinações no interior do todo, apreende-os em seus diversos aspectos, inclusive os qualitativos. Desta forma, o objeto do conhecimento é compreendido para além de seus aspectos mensuráveis, o que implica afirmar que a matemática não pode dar conta de explicar em sua integralidade os fenômenos econômicos. Percebe-se, neste ponto, um dos traços fundamentais do materialismo histórico dialético de Marx, que é a primazia dada ao objeto em relação ao método, devendo este último adaptar-se ao primeiro – e não o contrário.

Mais ainda, ao apreender os fenômenos através da lógica formal, reduzindo-os de maneira a poder aplicar o método formal e quantitativo da racionalidade científica moderna, o marginalismo incorre na separação sujeito/objeto típica da modernidade. Isto porque os fenômenos são compreendidos fora de suas relações com o sujeito, de maneira ahistórica e quantitativa. Marx, ainda que afirme a existência objetiva da realidade material – no sentido de que esta existe independentemente dos indivíduos particulares, mas não da prática histórica humana – afirma a relação intrínseca e implicada entre sujeito e objeto do conhecimento, que formam uma unidade dialética. Assim, a realidade é compreendida não como um fenômeno exato, mas fundamentalmente social e histórico.

A esta cisão entre sujeito e objeto presente no marginalismo associa-se a neutralidade como um valor científico fundamental. Assim, afirma-se a observação imparcial dos fenômenos como algo possível e desejável na prática científica. A abordagem marxiana, contrariamente, enxerga como não sendo possível retirar os sujeitos – compreendidos em sua dimensão social – da explicação da realidade. Assim, não somente a neutralidade é impossível como as ideologias devem ser reconhecidas dentro dos sistemas de pensamento enquanto um de seus fundamentos essenciais.

Chega-se, por fim, à última distinção entre o marginalismo e o materialismo histórico dialético. O primeiro nega a dimensão social do objeto econômico, compreendendo-o como exato, e extraindo do mesmo leis universais e inexoráveis. Serve, desta forma, a um propósito ideológico específico, qual seja, a justificação do capitalismo enquanto forma de ordenação social, o que se dá através da explicação de seus fenômenos por meio de postulados científicos supostamente neutros. Já o segundo, enxerga o capitalismo em suas dimensões contraditórias, compreendendo o objeto econômico enquanto algo essencialmente histórico e social. Aponta, portanto, para uma crítica do capitalismo enquanto sistema de ordenamento social, enxergando-o como momento de um processo histórico, sendo possível superá-lo e transformá-lo a partir da práxis.

O que acabou por predominar, dentro da economia, é a visão de mundo e de ciência do marginalismo. Houve, ao longo do tempo, um aprofundamento desta tentativa de aproximar a economia das ciências exatas e positivas - principalmente na ortodoxia, mas também na heterodoxia. Ainda hoje, o marginalismo é o *mainstream* da ciência econômica e as explicações científicas para o funcionamento da sociedade capitalista sobrepujaram a crítica da mesma. Diante deste quadro, o estudo do método e das ideias de Marx ainda se fazem importantes, pertinentes e relevantes. A compreensão da economia enquanto uma ciência social, a importância da dimensão histórica dos fenômenos, a necessidade de tratá-los segundo aspectos que transcendem sua aceção matemática e imediata, e o reconhecimento da contradição como elemento fundante da realidade e do pensamento se fazem hoje ainda mais necessários.

Somente desta forma é possível recuperar uma visão da economia que se proponha não somente a observar e descrever os fenômenos, mas sim a criticá-los, estabelecendo uma relação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível que não se caracteriza pela separação, mas sim pela determinação mútua, em que o sistema econômico não seja visto tão somente como um *locus* de relações causais e funcionais, mas ponto de partida para questionamentos filosóficos, políticos e sociais.

Referências bibliográficas

Almeida Mello, L. I. John Locke e o individualismo liberal. In: Weffort, F. C. (Org.) **Os clássicos da política – primeiro volume**. São Paulo: Ática, 2004. p. 79 – 110.

Bartholo, R. S. **Os Labirintos do Silêncio**. São Paulo: Marco Zero, 1986.

Bianchi, A. M. **A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith**. São Paulo: Hucitec, 1987.

Bobbio, N. O modelo jusnaturalista. In: Bobbio, N.; Bovero, M. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Cerqueira, H. A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. **Estudos Econômicos**, v. 36, n. 4, p. 667 – 697, outubro-dezembro, 2006.

Cerqueira, H. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. In: Freitas, F.; Ganem, A; Malta, M. M. (Org.). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 53 – 84.

Corazza, G. O caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx. In: ____ (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 43 – 60.

Deane, P. A revolução marginal e o triunfo neoclássico. **A evolução das ideias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. (Série Manuais de Economia Cambridge).

Dobb, M. La Revolución Jevoniana. **Teorias del valor y de la distribución desde Adam Smith**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1975 (1973).

Dumont, L. **Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. São Paulo: EDUSC, 2000.

Ganem, A. Demonstrar a ordem racional do mercado: considerações em torno de um projeto impossível. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 2, abril/junho, 1996.

Ganem, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 4, n. 2, p.9 - 36, julho/dezembro, 2000.

Ganem, A. Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 4, p. 104 - 118, outubro/dezembro, 2002.

Ganem, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek: uma perspectiva crítico-filosófica. In: Freitas, F.; Ganem, A; Malta, M. M. (Org.). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 125 - 146.

Ganem, A. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: Corazza, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 117 - 132.

Germer, C. M. A relação abstrato/concreto no método de economia política. In: Corazza, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 61 - 92.

Gianotti, J. A. Marx e a filosofia. In: Konder, L; Cerqueira Filho, G.; Figueiredo, E. L. (Org.). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Hicks, J. R. Léon Walras. **Econometrica**, v. 2, n. 4, outubro, 1934, p. 338-348

Hirschman, A. **As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

Hobsbawm, E. J. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Japiassu, H. **A revolução científica moderna**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1984.

Japiassu, H. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

Kohan, N. **El Capital: historia y método – una introducción**. Buenos Aires: Universidad Popular de las Madres de Plaza de Mayo, 2003.

Konder, L. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

Lakatos, I. **The Methodology of Scientific Research Programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

Lefebvre, H. **Lógica formal/Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Llanos, A. **Introdução à Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

Löwy, M. **As aventuras de Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

Luz, M. **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Maria, M. M. ; Castelo, R. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. In: Freitas, F.; Ganem, A; Malta, M. M. (Org.). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 85 – 100.

Marshall, A. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Marx, K. (1859). **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Pensadores).

Marx, K. (1873). **O Capital: crítica da economia política**, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. (Coleção Os Pensadores).

Marx, K. (1894). **O Capital: crítica da economia política**, Tomo III. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. (Coleção Os Pensadores).

Mattos, L. V. Marshall e os críticos à economia política clássica. In: **XXXVI Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia, 2008. Salvador.** Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807071128270-.pdf>.

Nascimento da Silva, J. **A história das ideias e o nascimento da economia: a contribuição de A. Hirschman, P. Rosanvallon e A.M. Bianchi.** Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Netto, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Prado, E. F. S. A abstração mercantil e a teoria neoclássica. **Economia, Complexidade e Dialética.** São Paulo: Plêiade, 2009, p. 79 – 104.

Prado, E. F. S. A constelação pós-walrasiana. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4, outubro/dezembro, 1994, p. 110-117.

Rosanvallon, P. **O liberalismo econômico: história da ideia de mercado.** São Paulo: EDUSC, 2002.

Smith, A. (1759). **The theory of moral sentiments.** Oxford: Clarendon Press, 1996.

Smith, A. (1776). **A riqueza das nações.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Valentin, A. A economia positiva: considerações sobre o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclássico. In: Corazza, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 133 – 152.

Walras, L. **Compêndio dos Elementos de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.